

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**GEORGE SALIBA MANSKE**

**DA EDUCAÇÃO DE ATLETAS BIOTECNOLÓGICOS: MODOS DE GOVERNO SOBRE OS  
ESPORTES E DOPING CONTEMPORÂNEOS**

**PORTO ALEGRE**

**2014**

**GEORGE SALIBA MANSKE**

**DA EDUCAÇÃO DE ATLETAS BIOTECNOLÓGICOS: MODOS DE GOVERNO SOBRE OS  
ESPORTES E DOPING CONTEMPORÂNEOS**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.**

**Linha de Pesquisa: Estudos Culturais em Educação**

**Orientador: Prof. Dr. Luís Henrique Sacchi dos Santos**

**PORTO ALEGRE  
2014**

### **CIP - Catalogação na Publicação**

Manske, George Saliba

Da Educação de Atletas Biotecnológicos: modos de governo sobre os esportes e doping contemporâneos / George Saliba Manske. -- 2014.

140 f.

Orientador: Luís Henrique Sacchi dos Santos.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Esportes. 2. Doping. 3. Biotecnologias. 4. Biopolíticas. 5. Políticas da Própria Vida. I. Sacchi dos Santos, Luís Henrique, orient. II. Título.

**GEORGE SALIBA MANSKE**

**DA EDUCAÇÃO DE ATLETAS BIOTECNOLÓGICOS: MODOS DE GOVERNO SOBRE OS  
ESPORTES E DOPING CONTEMPORÂNEOS**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. Luís Henrique Sacchi dos Santos  
Presidente da Banca – Orientador  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

---

**Profa. Dra. Maria Lúcia Castagna Wortmann  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

---

**Prof. Dr. Alex Branco Fraga  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

---

**Prof. Dr. Luiz Felipe Zago  
Universidade Luterana do Brasil**

**Porto Alegre  
2014**

**À Malu, com todo amor e carinho.**

## AGRADECIMENTOS

A escrita de uma tese, como bem descrevemos na folha de rosto, é um requisito parcial para a obtenção de um título, neste caso, de Doutor em Educação. É um requisito parcial, visto que além da tese há muitos outros elementos que constituem nossa trajetória de vida, sejam eles profissionais, acadêmicos ou pessoais, que acabam por constituir aquilo que somos, o que podemos ser, e que condicionam as possibilidades da obtenção de um determinado título. Desse modo, é preciso agradecer não somente aqueles que diretamente me ajudaram a construir esta tese, mas também, aqueles que contribuíram e criaram condições para que este estudo e curso de doutorado pudessem ser realizados. Frente a esse emaranhado de pessoas e de situações agradeço pois,

- À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por ser um espaço público, de qualidade e comprometido politicamente com a sociedade, atuando na formação de professores e pesquisadores, assim como, na produção de conhecimento e de atividades de extensão à comunidade, espaço no qual tive o privilégio de participar, quase que ininterruptamente, durante dezoito anos na construção de minha formação acadêmica e profissional, de 1996 a 2014;
- À Escola de Educação Física e a seu Programa de Pós-graduação, e a Faculdade de Educação e a seu Programa de Pós-graduação, pela formação acadêmica que construí em seus espaços, desde a graduação até o doutorado, respectivamente;
- Ao Prof. Dr. Luís Henrique Sacchi dos Santos, pelo aceite do desafio da orientação mesmo sabendo das dificuldades impostas pela distância, pela sua sempre qualificada leitura e considerações, pela excelente parceria acadêmica, e especialmente pelas inúmeras vezes que compreendeu minhas dificuldades e as transformou em soluções;
- À Profa. Dra. Maria Lúcia Castagna Wortmann, pelos aceites de participação das bancas de qualificação do projeto de tese e, por fim, da tese, pelo modo cândido, zeloso e construtivo que tece suas críticas e considerações, e pela convivência que tive o prazer de desfrutar desde 2004, em meu primeiro ano de mestrado enquanto aluno de suas disciplinas;

- Ao Prof. Dr. Alex Branco Fraga, por ter oportunizado e estimulado, ainda na graduação, a reflexão e discussão de temas e práticas pertinentes à Educação Física, os quais conduziram minha atuação profissional e acadêmica para as atividades que hoje desenvolvo. Por ter participado de minha formação acadêmica na graduação e especialização enquanto professor, no mestrado enquanto orientador de estágio docente, e no doutorado como membro da banca avaliadora;
- Ao Prof. Dr. Luiz Felipe Zago, pelo aceite para ler o trabalho e compor a banca avaliadora, e pelos poucos, mas muito produtivos e instigantes encontros e debates que tivemos no Grupo de Estudos do Prof. Dr. Luís Henrique Sacchi dos Santos;
- Aos meus colegas de orientação Letícia, Alana, Ze, Jonathan, Circe e Vera pelas conversas e leituras coletivas de nossas produções;
- Aos meus colegas professores da UNIVALI e UNIASSELVI com quem partilhei em inúmeros momentos as distintas etapas desse processo. Com o receio de listar nomes e correr o risco de esquecer alguns, agradeço-os em nome do Santiago Pich, Gilberto Zonta e Diná Silveira (UNIVALI) e Clarete Erbs (UNIASSELVI).
- Aos meus alunos/as e orientandos/as por terem, mesmo sem saber, dividido inúmeras discussões e reflexões comigo referentes aos meus objetos de estudo ao longo do doutorado, muitas vezes ouvindo meus pensamentos e reflexões;
- À Jerusa pelo convívio em diferentes etapas deste processo e, em especial, por ter assumido o cuidado da Malu nos momentos em que não pude me fazer presente em função do doutorado e da tese;
- À minha avó e mãe Lorena, por tudo que passamos juntos, e pelo amor incondicional que tem por mim;
- E, por fim, à Malu, por todo o amor, afeto, carinho, alegria e descobertas que me proporciona, e por me fazer um ser humano melhor a cada dia.

*Ajustamos para nós um mundo em que podemos viver – supondo corpos, linhas, superfícies, causas e efeitos, movimento e repouso, forma e conteúdo: sem esses artigos de fé, ninguém suportaria hoje viver! Mas isto não significa que eles estejam provados. A vida não é argumento; entre as condições para a vida poderia estar o erro. (Nietzsche)*



## RESUMO

Inscrito no campo dos Estudos Culturais problematizo os saberes, estratégias, tecnologias e aparatos utilizados pela Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA) para regular os usos das biotecnologias contemporâneas em atletas de alto rendimento, assim como, os efeitos destas práticas no que tange ao doping esportivo e à construção de subjetividades esportivas. Para esta tarefa tenho a seguinte questão central de pesquisa: quais os saberes e estratégias utilizados pela Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA) para regular os usos das biotecnologias contemporâneas em atletas de alto rendimento e que efeitos decorrem destas práticas no que tange à construção de subjetividades esportivas? Nesse empreendimento analisei as publicações oficiais da WADA-AMA, em especial, a revista *Play True*, de publicação trimestral e tida como a publicação referência da WADA-AMA, como material principal de análise, entendendo-a como um artefato cultural. A partir da noção de sujeito desenvolvida nos trabalhos de Michel Foucault, e de Biopolítica e Políticas da Própria Vida, nos trabalhos de Michel Foucault e Nikolas Rose, respectivamente, estabeleci as estratégias e categorias de análise da tese. O primeiro grande eixo de análise se refere à constituição contemporânea de atletas biotecnológicos. Tomando as condições biotecnológicas atuais como pontos de partida das transformações dos seres humanos, e, em especial, fazendo este recorte no campo esportivo, apresento como, na atualidade, novas subjetividades esportivas estão sendo forjadas. Num segundo eixo analítico apresento e discuto, a partir das atualizações da noção de biopoder foucaultiana, elaboras especialmente por Paul Rabinow e Nikolas Rose, três vetores em que a biopolítica contemporânea, ou a política da própria vida, se engendram no governo dos atletas por parte da WADA-AMA. O primeiro destes vetores é a presença do *experts* ou especialistas somáticos na enunciação e interpelação discursiva das estratégias antidoping. O segundo vetor diz respeito à construção de coletividades biosociais, nas quais a potencialização da vitalidade é o elo comum entre os atletas que compõem esta comunidade. Por fim, o terceiro vetor diz respeito às tecnologias de si, nas quais os imperativos do controle a si mesmo, conheça a si mesmo e cuide de si mesmo são postos em funcionamento pela WADA-AMA através de inúmeras estratégias. Ao final da tese retomo estas discussões e problematizo um panorama mais amplo em que o esporte moderno mediado pelas biotecnologias precisa ser constantemente questionado na direção de aberturas do futuro pelo presente.

**Palavras-chave:** esportes; doping; biotecnologias; biopolítica; políticas da própria vida.

## RESUMEN

Inscrito en los Estudios Culturales busco problematizar los conocimientos, estrategias, tecnologías y dispositivos utilizados por la Agencia Mundial Antidopaje (AMA) para regular los usos de la biotecnología en los atletas de alto rendimiento, así como los efectos de estas prácticas en relación con el dopaje y construcción de subjetividades deportivas. Para esta tarea tengo la siguiente pregunta central de la investigación: ¿cuáles son los conocimientos y las estrategias utilizadas por la Agencia Mundial Antidopaje (AMA) para regular los usos de la biotecnología en los atletas de alto rendimiento y que efectos se derivan de las prácticas relativas a la construcción de subjetividades deportivas? Para esto analizo las publicaciones oficiales de la AMA, en particular, la revista *Juega Limpio*, con publicación trimestral, y que se toma como la publicación de referencia de la AMA, como el material principal para el análisis, entendiéndola como un artefacto cultural. A partir de la noción de sujeto desarrollado en la obra de Michel Foucault, y la Biopolítica y Políticas de la vida misma, en la obra de Michel Foucault y Nikolas Rose, respectivamente, establecí las estrategias y las categorías de análisis de la tesis. El primer punto importante de análisis se refiere a la creación de los atletas biotecnológicos contemporáneos. Tomando las condiciones biotecnológicas actuales como puntos de partida para la transformación de los seres humanos, y en particular, en lo campo de deportes, a presiento como las nuevas subjetividades de los deportes se están forjando. En un segundo eje analítico presento y discuto, a partir de los cambios de la noción de Biopoder del Foucault, especialmente elaboras por Paul Rabinow y Nikolas Rose, tres vectores de la biopolítica contemporánea, o la política de la vida misma, los cuales se engendran en governmento de los atletas por la AMA. El primero de estos vectores es la presencia de expertos somáticos o especialistas en la enunciación y la interpelación discursiva de estrategias de dopaje. El segundo vector es respecto a la construcción de las colectividades biosociales, en el que la potenciación de la vitalidad es el vínculo común entre los atletas que integran esta comunidad. Por último, el tercer vector es las practicas con respecto a sí misma, en el que los imperativos de tecnologías de control de ti mismo, conoce a sí mismo y cuidarse son iniciados por la AMA a través de numerosas estrategias. Al final de la tesis y devolviendo estas discusiones problematizo una mayor comprensión de la biotecnología moderna en el deporte que necesita ser constantemente cuestionado frente a la aberturas hacia el futuro para el presente.

**Palabras clave:** deportes; dopaje; biotecnología; biopolítica; política de la vida misma.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Excerto da <i>Home Page</i> da WADA-AMA.....	24
FIGURA 2 - Excerto da página da WADA-AMA e links dos recursos e publicações.....	25
FIGURA 3 - Excerto da página das publicações da WADA-AMA.....	25
FIGURA 4 - Excerto da página da revista <i>Play True</i> da WADA-AMA.....	26
QUADRO 1 - Edições da <i>Play True Magazine</i> e seus respectivos temas.....	27
FIGURA 5 - Excerto da capa da primeira edição da revista <i>Play True</i> , intitulada <i>WADAnews</i> .....	30
FIGURA 6 - Excerto da capa da quarta edição da revista <i>Play True</i> , com seu atual <i>layout</i> .....	30
FIGURA 7 - Logo da WADA-AMA.....	31

## SUMÁRIO

<b>1. MAPA DO ESTUDO: das recorrências culturais às perspectivas de pesquisa.....</b>	<b>12</b>
1.1 PERCURSO DA PESQUISA.....	23
<b>2. LIMIARES E GRADIENTES DE DOPING E SUJEIÇÕES: A conformação do atleta biotecnológico.....</b>	<b>37</b>
2.1 DO OBJETO DE ESTUDO: marcações conceituais.....	38
2.1.1 Esportes.....	38
2.1.2 A Agência Mundial Antidoping e o doping no esporte.....	44
2.1.3 Biotecnologias.....	51
2.2 GRADIENTES DE DOPING E DEFINIÇÕES DE FRONTEIRAS.....	60
2.3 O ATLETA BIOTECNOLÓGICO.....	72
<b>3. DA BIOPOLÍTICA À POLITICA DA PRÓPRIA VIDA: governo da vitalidade no esporte de alto rendimento.....</b>	<b>85</b>
3.1 CONSELHEIROS ESPORTIVOS.....	91
3.2 COLETIVIDADE BIOSOSSOCIAL.....	101
3.3 GOVENANDO A SI MESMO.....	114
<b>4. RÉQUIEM PARA O ESPORTE MODERNO: ou de um prelúdio do meio.....</b>	<b>122</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>130</b>
<b>6. FONTES.....</b>	<b>138</b>

## 1. MAPA DO ESTUDO: das recorrências culturais às perspectivas de pesquisa

Quando o corredor sul-africano Oscar Pistorius melhorou seu tempo na prova dos 400m do atletismo, em abril de 2011, alcançando inclusive a marca necessária para competir na Olimpíada de Londres em 2012, renovou-se uma polêmica no âmbito da Federação Internacional de Atletismo (IAAF), do Comitê Olímpico Internacional (COI), da Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA) e dos mais diversos setores envolvidos com o esporte de alto rendimento: Poderia Pistorius participar da Olimpíada de 2012? Tal como previsto, Pistorius não apenas participou da Olimpíada de Londres como, principalmente, disputou uma final olímpica no revezamento 4 x 400m com sua equipe, a África do Sul, tornando-se o primeiro atleta biamputado a disputar uma final olímpica. Tal fato, passados apenas três anos, já se tornou um capítulo da história do esporte mundial.

A polêmica envolvendo Pistorius ocorreu pelo fato desse atleta permear, violar, ameaçar e transcender os distintos critérios e categorias utilizadas atualmente para os participantes dos Jogos Olímpicos, seja no âmbito da Olimpíada tradicional, destinada aos atletas tidos como ‘normais’<sup>1</sup>, ou a Paralimpíada, destinada aos atletas paralímpicos, sujeitos tidos com alguma deficiência física. Pistorius incorporava, por assim dizer, a expressão da mobilidade entre fronteiras do que é um atleta normal e um atleta paralímpico, a partir da materialidade das promessas biotecnológicas tocantes às transformações e otimizações do corpo do homem contemporâneo (PAIVA, 2007).

Oscar Pistorius teve suas pernas amputadas, abaixo dos joelhos, quando tinha apenas onze meses de idade. A partir daí seu pai investiu em inúmeras próteses para substituir as pernas amputadas a fim de que Pistorius pudesse ter uma vida que fosse o mais próximo possível do que se considera como normal. Passados alguns anos, o menino tido como deficiente começou a praticar esportes e se tornar, rapidamente, um fenômeno do esporte

---

<sup>1</sup> Gostaria, nesse momento, de esclarecer os usos das marcações textuais que aparecerão ao longo da tese. Utilizarei “aspas” duplas para excertos extraídos de fontes diversas que não são de minha autoria, dentre elas, as literaturas utilizadas e os materiais empíricos analisados. Utilizarei ‘aspas’ simples quando para marcar um termo, seja para dar destaque a ele, ou ainda, para coloca-lo em suspeição. Utilizarei *itálico* para os termos estrangeiros que ainda não foram incorporados aos dicionários de língua portuguesa. E utilizarei **negrito** para destacar alguma palavra ou termo dentro de citações de outras fontes.

paralímpico, alcançando marcas inimagináveis para um portador de necessidades especiais e quebrando recordes no atletismo mundial<sup>2</sup> (OSCAR PISTORIUS, 2011). Atualmente Pistorius possui próteses que, segundo as análises realizadas por laboratórios especializados em treinamento e rendimento esportivo, ofereceriam vantagens de pelo menos 25% em relação aos demais atletas ‘normais’ (MOORES, 2008).

No Brasil também temos um atleta de alto nível com características semelhantes às daquelas de Pistorius. Aliás, segundo a Confederação Paralímpica Brasileira (CPB), Alan Fonteles é o único atleta brasileiro com próteses, e este já competiu contra Pistorius em inúmeras oportunidades. Nas Olimpíadas de Pequim em 2008 e no ano de 2010 em prova do campeonato mundial, por exemplo, Fonteles não conseguiu superar o *Blade Runner* (apelido dado a Pistorius em razão de suas próteses), e acabou ficando em segundo lugar no pódio. Porém, nos Jogos Paralímpicos de 2012, em Londres, Fonteles chegou à frente de Pistorius, e ficou em primeiro lugar na prova de velocidade dos 200m.

A figura desses atletas representa, por assim dizer, uma ciborguização do humano, tal como sugerido por Haraway (1984). Esta outra realidade corporal – a da ciborguização do humano –, parte do pressuposto de que na atualidade possibilitamos a existência de criaturas cibernéticas, as quais são “híbridos de máquina e organismo, criaturas de realidade social e ficção”, ou ainda, e no limite, são entes “simultaneamente animais e máquinas, que vivem em mundos ambigualmente naturais e artificiais” (HARAWAY, 1984, p. 1). Portanto, não se trata de mero acoplamento de partes mecânicas ao corpo para lhe dar sustentação, antes, como bem aponta o conceito de Haraway, trata-se de uma extensão corporal que, na forma de próteses de pernas, passam a constituir os próprios corpos de Pistorius e Fonteles. Como argumenta Couto (2001, p. 88), “esses novos componentes técnicos integrados, confundidos na estrutura física, promovem uma nova natureza, uma outra realidade corporal” que, neste caso, não está nem mais para ‘atletas convencionais’ e, tampouco, para ‘atletas deficientes’. Estaria, quiçá, conformando outra categoria de atleta, o ‘atleta supereficiente’.

Frente a tais circunstâncias um problema que estava fecundando e fermentando no cenário mundial do esporte de alto rendimento veio à tona e tornou-se publicamente uma

---

<sup>2</sup> Saliento que os textos em língua estrangeira que não possuírem notas de rodapé identificando o autor da tradução foram livremente traduzidos por mim.

polêmica generalizada: como lidar com as articulações e usos das tecnologias contemporâneas (inclusive a biotecnologia gênica) nos esportes de alto rendimento? Haveria um lugar específico para este tipo de atleta, não mais concebido como normal e, tampouco, como deficiente, mas como um ser humano otimizado? Seria necessário organizar outro tipo de Jogos Olímpicos para uma nova categoria de atleta emergente, em oposição aos Jogos Olímpicos tradicionais e as Paralimpíadas? As próprias Paralimpíadas desenvolver-se-ão, inevitavelmente, para um tipo de competição que incorpore hibridações orgânico-tecnológicas nos sujeitos atletas? Ou ainda, como propõem alguns autores (SIBILIA, 2002), estaríamos num momento de redefinição do que devemos entender por humano?

A partir de situações esportivas como as descritas acima, como o aumento das potencialidades de atletas a partir de recursos biotecnológicos, os quais lançam permanentemente novos desafios para as agências reguladoras do esporte, novas reflexões e direcionamentos para os esportes de alto rendimento passam a ser, se não efetivadas, ao menos postos em discussão.

Os casos de incorporação de implantes ou mecanismos possíveis de serem vistos à ‘olho nu’ para a melhoria da performance<sup>3</sup>, mesmo que chamem muita atenção das agências reguladoras e do público em geral, ainda não são se configuram como o *frisson* das polêmicas de aumento do rendimento esportivo. As maiores dificuldades de fiscalização, investigação, controle e implantação de políticas regulatórias se referem aos casos de incorporação de substâncias, implantes, alterações que não são vistas a ‘olho nu’, mas que operam na potencialização da performance esportiva em nível microscópico, molecular, genético, ou, usando uma concepção que permeará este estudo, alterações que atuam na “própria vida”<sup>4</sup> dos sujeitos atletas.

---

<sup>3</sup> Utilizarei o termo performance, neste estudo, para me referir ao desempenho humano, tomando-os, portanto, como sinônimos. Faço tal apontamento na medida em que tenho conhecimento de que a palavra performance no campo das artes, e outros afins, pode adquirir distintos significados, voltados, por exemplo, à performance artística ou espetacular.

<sup>4</sup> Discutirei mais adiante, e ao longo deste estudo, tal concepção. Por ora, é possível indicar que este termo está relacionado às ações e intervenções que atuam na “própria vida” dos sujeitos enquanto “criaturas viventes”, como parte de uma política contemporânea voltada e preocupada com os controles, administração, regulação e ampliação das capacidades vitais dos seres humanos, podendo ser compreendida, também, como uma “política vital ou da vitalidade” (ROSE, 2013, p.15-16).

Um caso emblemático recente que ilustra bem esse processo é o do ex-ciclista Lance Armstrong, sete vezes campeão da Volta da França, que em 2012 foi banido do esporte mundial por ter assumido que fez uso de doping em todas as provas em que obteve conquistas. Armstrong não apenas usava substâncias proibidas em si mesmo como, também, distribuía e ministrava tais substâncias e procedimentos em toda sua equipe de competição.

A balbúrdia envolvendo Armstrong se deu, principalmente, por este atleta representar a excelência da performance esportiva, na medida em que foi multicampeão nas competições que disputou. O fato de esse atleta ter assumido o uso do doping em sua carreira promoveu uma série de especulações e, necessariamente, posicionamentos e tomadas de decisão em nível mundial. Não obstante a WADA-AMA, também em 2012, ano do caso Armstrong, já havia lançado como tema da sua primeira edição da revista *Play True*<sup>5</sup> a necessidade de revisão das ações contra o doping, tendo como título desta edição “A revisão do Código”. A partir do caso do ex-ciclista, em 2013, após os jogos Olímpicos de Londres, finalmente o caso Armstrong foi abordado na revista *Play True*, ocupando todo o seu editorial, que se posicionou, em linhas gerais, afirmando e enfatizando que ninguém estava acima das leis do esporte e da própria agência reguladora. Além do mais, a revista destaca que em 2015 haverá a confecção de um novo Código Mundial Antidoping (WADA-AMA, n. 2, 2013), tendo em vista o constante avanço e aprimoramento dos usos de procedimentos e substâncias proibidas e, especialmente, daquelas que ainda não se tem conhecimento e, portanto, ainda não foram proibidas.

De algum modo a repercussão do caso Armstrong abalou a comunidade esportiva internacional, pois colocou à tona o fato de que para resultados de excelência no esporte há, frequentemente, o uso de procedimentos e substâncias proibidas para o aumento de performance. No entanto, tal constatação não surge como reveladora. Há muito se tem conhecimento que o ser humano faz uso de substâncias e procedimentos para a melhoria do seu rendimento, seja esportivo ou não. O que esse acontecimento trouxe de estarrecedor para o esporte mundial foi o fato de que o caso pôs à prova a WADA-AMA, expondo-a à falta de credibilidade e escancarando a ineficiência do controle antidoping da Agência. Nesse ínterim, o uso de substâncias, procedimentos, recursos, mecanismos de dopagem não vistos

---

<sup>5</sup> A revista *Play True* é a principal publicação oficial da WADA-AMA. Mais adiante a detalharei melhor.



à 'olho nu' tornam-se um problema a ser resolvido pela Agência Mundial Antidoping. Daí decorre a necessidade de Códigos Mundiais Antidoping mais atualizados, embora anualmente a WADA-AMA incorpore em sua lista de substâncias e procedimentos proibidos novos elementos.

Ambas as situações ilustradas, os casos de Pistorius e Fonteles, por um lado, e de Armstrong, por outro, indicam que há, contemporaneamente, investimentos de diversas ordens na alteração do corpo humano na busca de uma performance ou de uma excelência no desempenho atlético desportivo. Sejam esses investimentos operados nas alterações-incorporações de objetos exteriores ao corpo na conformação de um ciborgue – ao modo como o entendemos a partir de Haraway (1984) –, seja na ótica da alteração e incorporação de substâncias que potencializam a 'própria vida' – ao modo como o entendemos a partir de Rose (2013) – dos sujeitos atletas. Tais fatos, embora distintos, tem como elemento comum o aumento da performance e do desempenho dos atletas, mesmo que operando em níveis distintos de potencialização. Em ambos os casos compete à WADA-AMA a regulação do que é permitido ou não. Para tanto, a Agência vale-se de argumentos de diversas ordens (como arrolarei adiante), e ao organizar o escopo de possibilidades de participação dos atletas (em seus códigos antidoping, em seus textos e nos exames a que submete os atletas) não apenas arbitra sobre o esporte mundial, mas, sobretudo, constrói posições de sujeitos, governa corpos produz saberes dentro e fora da arena do esporte de alto rendimento.

Assim, tomando tais apontamentos e fatos contemporâneos sobre esporte e biotecnologias como ponto de partida, e contornando inicialmente este tema a partir de algumas reflexões sobre o lugar das transformações do corpo na sociedade, de um modo geral, e do atleta de alto rendimento, de modo mais restrito, é que passo a apresentar mais detidamente os elementos que constituem esta tese de doutorado.

Seguindo considerações de Corazza (2002) poderia delimitar como objeto de estudo as relações e usos das biotecnologias contemporâneas em atletas de alto rendimento e a maneira pela qual a Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA) se posiciona quanto a essas relações. Porém, indo mais adiante nessas delimitações e procurando melhor delinear minhas intenções quanto a esse objeto, investigo saberes, estratégias, tecnologias e aparatos utilizados pela Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA) para regular os usos das

biotecnologias contemporâneas em atletas de alto rendimento, assim como, os efeitos destas práticas no que tange ao doping esportivo e à construção de subjetividades esportivas. Nesta direção, minha questão central de pesquisa está assim delineada: Quais os saberes e estratégias utilizados pela Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA) para regular os usos das biotecnologias contemporâneas em atletas de alto rendimento e que efeitos decorrem destas práticas no que tange à construção de subjetividades esportivas?

Nesse empreendimento analisei as publicações oficiais da WADA-AMA, que se compõem por suas revistas e/ou 'recursos' oficiais, os quais servem para "auxiliar atletas e treinadores a compreenderem os perigos e consequências do doping, bem como suas responsabilidades acerca do Código Mundial Antidoping" (WADA-AMA, 2014)<sup>6</sup>. Tais publicações são divididas em oito tipos distintos, desde revistas até informes, passando por livros e Manuais/Códigos de conduta no esporte. Entrementes, com a intenção de melhor circunscrever o material empírico, tomei a Revista *Play True*, de publicação trimestral e tida como a publicação 'referência' da WADA-AMA, como material principal de análise.

No entanto, é importante destacar que a organização deste estudo foi delineada a partir da assunção de algumas perspectivas que indicaram os olhares possíveis de serem lançados para a o objeto de pesquisa. Desse modo, os conceitos e perspectivas lidos e discutidos no âmbito da linha de pesquisa filiada ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU/FACED/UFRGS) do qual faço parte, a saber, Estudos Culturais em Educação, indicaram não apenas as possibilidades de pensar e tensionar o objeto de estudo aqui apresentado, mas também, delinear as maneiras de discuti-lo e marcaram o estilo pelo qual este foi escrito. Assim, parece-me necessário delimitar, mesmo que inicialmente, quais dessas perspectivas foram assumidas e como elas auxiliaram na construção do objeto de estudo de um modo particular e específico. É necessário também enfatizar que a assunção destas não implica somente em assumir conceitos, mas, sobretudo, implica em assumir uma maneira teórica e metodológica de conduzir um problema de pesquisa, na medida em que as concepções apresentadas e o referencial aqui assumido pressupõem que

---

<sup>6</sup> Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA). Disponível [www.wada-ama.org](http://www.wada-ama.org). Acesso em 02 de julho de 2014. Aproveito para salientar que todas as vezes em que a fonte da WADA-AMA referir ao ano de 2014 as informações foram extraídas deste mesmo endereço e nesta mesma data de acesso. Faço isso para evitar a repetição demasiada, ao longo da tese, desta mesma fonte e endereço do site da WADA-AMA na Internet.

os aspectos teóricos e metodológicos de uma problematização estão subjacentes um ao outro. O primeiro delineamento assumido neste estudo é a problematização.

A perspectiva teórica proposta advoga que coloquemos em suspensão as verdades daquilo que por ora investigamos, que suspeitemos do que constitui, naturaliza, legitima e estabiliza nosso objeto de estudo, que busquemos, enfim, tornar incertas suas especificidades naquilo em que elas pareçam mais coesas e bem estruturadas. Para isso, a problematização de um objeto de estudo requer a elaboração e transformação de um fato, de uma materialidade, de um discurso, de uma prática em um problema, em questões, em questionamentos, e “essa transformação de um conjunto de complicações e dificuldades em problemas para os quais as diversas soluções tentarão trazer uma resposta é o que constitui o ponto de problematização e o trabalho específico do pensamento” (FOUCAULT, 2004a, p. 233).

Tal pressuposto permite, então, que possamos olhar e tornar problemático os fatos, os ditos, os escritos que nos são pertinentes, permite um movimento que não gira em torno do bem e do mal, do certo e do errado, tampouco daquele olhar que exige uma solução final e derradeira para os problemas que investigamos. A não proposição de verdades e soluções finais não implica que não seja possível realizar considerações ou alguns apontamentos acerca daquilo que pesquisamos, mas implica estar atento para o fato de que inclusive aquilo que estamos considerando também é passível – e diria até mesmo necessário – de ser posto em suspensão, de averiguar as singularidades que possibilitaram determinadas inferências e não outras.

Tal movimento requer que delimitemos inclusive aquilo que produzimos como conhecimento. Ou, ainda, como ressalta Foucault, é preciso questionar não apenas “como puderam ser construídas as diferentes soluções para os problemas; mas também como essas diferentes soluções decorrem de uma forma específica de problematização” (FOUCAULT, 2004a, p. 233). Assim, os produtos oriundos de uma forma específica de problematização são efeitos das escolhas teórico-metodológicas assumidas pelo pesquisador na realização de seu empreendimento e, como efeito disso, irão delinear a maneira pela qual se pode construir uma proposta de possibilidades de caminhos de pesquisa. Fraga (2006, p. 9) corrobora com este argumento quando salienta que “tema, objeto de estudo, corpus,

estratégias de análise, metodologia dependem visceralmente dos vínculos, filiações e pressupostos teóricos pelos quais somos ‘arremessados’ à prática de pesquisa para dar conta de uma tarefa que não é nada fácil”.

Desse modo, a própria maneira pela qual procurei pensar os saberes, estratégias, tecnologias e aparatos utilizados pela Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA) para regular os usos das tecnologias contemporâneas em atletas de alto rendimento, e os efeitos destas práticas, no que tange ao doping esportivo e à construção de subjetividades esportivas, estão intimamente vinculadas às possibilidades que tenho para problematizá-lo. Dentre as inúmeras possibilidades de discussão deste estudo, as concepções de sujeito e de “políticas da própria vida” nortearam as discussões subsequentes.

A partir dos estudos de Michel Foucault delineei a compreensão de sujeito aqui assumida, a qual remete às possibilidades e produtividades de discutir os processos de constituição de um tipo específico de ser atleta e os processos que conformam tais práticas e modos de pensar sobre este indivíduo. É. Para o autor “há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito à” (FOUCAULT, 1995 p. 235). Tornar-se sujeito a alguma coisa, a partir de alguma coisa. No início de “O sujeito e o poder”, Foucault destaca que o objetivo de seus trabalhos “foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 231). Seu comentário segue na direção de esclarecer que seus estudos lidaram com três distintos modos de objetivação dos sujeitos, a saber, i) o modo pelo qual os indivíduos tornam-se sujeitos, definidos como objetos de determinados saberes científicos e nos discursos; ii) o modo pelo qual os indivíduos tornam-se sujeitos no interior de práticas divisoras, de classificação; iii) e o modo pelo qual os indivíduos reconhecem-se como sujeitos de um determinado domínio de conhecimento.

Rose (2001, p. 35), na mesma linha argumentativa de Foucault (2005), afirma que o “ser humano é aquele tipo de criatura cuja ontologia é histórica”. Isto significa que o ser humano, ou ainda o sujeito, são frutos de formações de sistemas de pensamento e práticas que constituem modos de ser; que conformam, no limite, as maneiras pelas quais podemos

existir e dar significado a essa existência. Na esteira dos processos de sujeição, Rose (2001) chama atenção para algumas dimensões que os compõem e que, para o autor, deveriam servir como indicadores de possibilidades de análises sobre os processos de sujeição. Uma delas se refere ao fato de que o processo de sujeição se dá através de inúmeras estratégias, dispersas, heterogêneas, em que os indivíduos passam a se reconhecer (e reconhecer os outros) como sujeitos de certo tipo de saberes, e passam a estabelecer cuidados sobre si no interior destas formas de pensamento.

No que tange a esse estudo, as perspectivas teórico-metodológicas anteriormente aludidas (a ação da problematização e a noção de sujeito) indicam caminhos de construção de problemas que poderiam ser investidos ao longo das discussões, como, por exemplo, investigar as técnicas, tecnologias, práticas, aparatos e recursos utilizados pela WADA-AMA para definir os usos das biotecnologias pelos esportistas de alto rendimento; ou, ainda, discutir as estratégias utilizadas pelo órgão responsável pela regulação do que é permitido e proibido no esporte de alto rendimento para definir os usos das biotecnologias. Questionar os modos pelos quais a WADA-AMA governa a conduta dos atletas, analisar as maneiras pelas quais os atletas são incitados a cuidarem de si mesmos, ou problematizar que saberes são postos em movimento para tais empreendimentos, poderiam se constituir em outros desdobramentos possíveis de análise. Embora tais perguntas não constituam o problema central desse estudo, elas servem como indicação dos caminhos que permearam sua construção, e que foram possíveis de serem pensados a partir das concepções antes aludidas. Sua exposição neste momento, contudo, serve para demonstrar, mesmo que de modo incipiente, algumas potencialidades que a noção de sujeito e de problematização aqui propostas poderiam proporcionar. Entrementes, a continuidade das discussões sobre o objeto de estudo somente pôde ser desencadeada a partir da inclusão de outra concepção, a saber: “políticas da própria vida” (ROSE, 2013). Tal concepção foi potencialmente produtiva na medida em que possibilitou problematizar aberturas para a discussão de contextos contemporâneos, tendo em vista que o objeto de estudo mais amplo aqui investigado, corpos e tecnologias, está sempre em constante abertura. Assim, pensar este tema a partir de Rose (2013) possibilitou fazer inferências específicas e singulares sobre o objeto em questão.

Rose (2013), ao apresentar a maneira pela qual desenvolveu recente estudo sobre biomedicina, poder e subjetividade no século 21, comenta que, no que tange ao uso das biotecnologias contemporâneas, seria necessário ir além de desestabilizar o presente pelo apontamento de suas contingências (embora isto também seja importante). Segundo ele, seria preciso desestabilizar o futuro pelo reconhecimento das aberturas do presente (ROSE, 2013) – foi nesta tarefa que procurei me lançar ao analisar aquilo que a WADA-AMA diz ser a verdade de nosso tempo em termos das possibilidades e potencialidades dos atletas de alto-rendimento. Um dos principais argumentos sustentados por Rose (2013), e que condicionaram a leitura e problematização desta tese, se refere à concepção de “políticas da própria vida” ou da “vitalidade”. Aqui, o autor reflete, pondera e discute a atualidade do conceito de biopoder e de biopolítica, propostos na obra de Foucault (1997a, 1997b, 1988). Rose (2013) argumenta que as políticas sobre a vida desenvolvidas nos séculos XVIII e XIX, abordadas por Foucault, se definiam muito mais enquanto políticas de saúde, voltadas a compreender e regular as taxas e números de nascimentos e mortes, de doenças e epidemias, de saneamento e distribuição de água, alimentos e outros fatores que compunham as capacidades vitais da população das grandes cidades europeias. Avançando na primeira metade do século XX, tais políticas vitais ganharam impulsos de incremento da vida através do melhoramento da raça, do controle de periculosidades, do gerenciamento das famílias, da compreensão das características populacionais através de compreensões eminentemente biológicas. No entanto, segue o autor, as políticas sobre a vida no século XXI operam em outros domínios, em distintos níveis, através de distintos processos daqueles referentes aos séculos XVIII, XIX e primeira metade do XX. As políticas de vida do século XXI buscam elementos, fatores, dados, e taxas diferentes dos momentos anteriores, pois elas não são apenas delimitadas “pelos polos de doença e saúde, nem focadas na eliminação das patologias para proteger o destino da nação”, mas, antes, são concebidas e recombinaadas a partir do aumento de nossa capacidade para controlar, gerenciar, refazer e modular as distintas capacidades vitais que o ser humano pode vir a ter, tomando o ser humano enquanto criatura viva manipulável. A esses processos, capacidades, destrezas, estratégias, saberes e pulsões que Rose (2013, p. 16) denomina políticas da “própria vida”.

O uso desta compreensão auxiliou a pensar e problematizar os recursos, substâncias e procedimentos utilizados por atletas de alto rendimento para o incremento de suas

performances, na medida em que tais otimizações – e esse é o termo empregado por Rose (op. cit.) neste contexto – parecem fazer parte de um contexto mais amplo vinculado ao aumento da produtividade vital humana, nos diversos níveis sociais e culturais. Assim, discutir a premência contemporânea de tais otimizações e os modos como a WADA-AMA procura regulá-las, a partir de determinadas estratégias e saberes, tornou-se um foco produtivo a ser investido nesse estudo. Cabe ressaltar, por fim, que, ainda com a intenção de fazer marcações teórico-conceituais pelas quais este estudo foi concebido, assumi a noção de tecnologia vinculada ao esporte de forma mais ampla, enquanto “um conjunto de relações sociais e humanas dentro do qual equipamentos e técnicas são apenas um elemento” (ROSE, 2013, p. 32). Assim, não me detive em analisar especificamente os aparatos técnicos ou os usos da biotecnologia nos esportes, mas, de forma mais geral, procurei compreender os “agenciamentos estruturados por racionalidades práticas, dirigidas por uma meta mais ou menos consciente” (IBID.), que implicam modos de pensar, de construir saberes e autoridades, de estabelecer relações institucionais, de conduzir modos de conduta, especificar conselheiros com habilidades técnicas singulares, proporcionar e incentivar coletividades sociais, criar instrumentos, programas e outras facetas que, de forma hibridizada, configuram maneiras pelas quais os humanos podem se relacionar entre si e com o mundo.

A partir dessas incursões teórico-metodológicas pude orientar e estabelecer as análises aqui empreendidas. Para isso, entretanto, foi necessário organizar de diversas maneiras, em distintos momentos, e desde diversas perspectivas de leitura, o material empírico às reflexões que aqui apresento. Uma ilustração desse movimento teórico-metodológico pode ser encontrada no fato de, numa primeira leitura do material empírico, ter procurado analisá-lo a partir de conceitos e categorias que havia previamente definido como importantes, os quais, de certa maneira, foram elencados no projeto de tese. Esta análise incipiente mostrou-se infrutífera para as discussões subsequentes, tal como foram, por exemplo, as análises acerca das distinções de gênero no esporte e os modos como a WADA-AMA lidava com elas, ou ainda, as distinções entre natureza e cultura na confecção dos argumentos proibitivos do doping (MANSKE, 2011). Assim, após novas leituras do material empírico e aprofundamento do referencial aqui apresentado, pude ‘ler’ os exemplares da revista *Play True* do modo como aqui os apresento. Modo esse que, segundo

entendo, tornou mais produtivo o estudo em questão, na medida em que nem atribuí a esta leitura prerrogativas conceituais pré-determinadas e tampouco assumi uma ‘total liberdade’ de meu ‘olhar na leitura’. É nesta direção que a seção que se segue está organizada, apresentando questões e delineamentos, assim como descrições e modos de operação sobre o material empírico.

### 1.1 PERCURSO DA PESQUISA

Na incursão no sitio da WADA-AMA na Internet, com a intenção de especificar que material poderia ser analisado neste estudo, percorri algumas etapas e estabeleci algumas delimitações, as quais geraram material suficiente para construir as análises subsequentes. A seguir detalho como tal percurso ocorreu, assim como, quais foram os modos de estabelecimento do material aqui estudado.

Na delimitação do *corpus* de análise visitei o sitio da WADA-AMA (2010-13) na Internet (Imagem 1), a fim de compreender como a instituição se organiza para difundir as informações que lhe são relevantes. No sitio encontramos *links* que nos remetem aos mais diversos temas e assuntos relacionados à WADA-AMA e ao doping no esporte, que vão desde notícias, relatos de atletas ou de eventos esportivos, informações sobre a Agência, ciência, educação, prevenção e outros. Nesse ínterim as informações, *links*, conteúdos mudam rapidamente, tendo em vista que isso é próprio de um “hipertexto”, pois esse “altera os conceitos de tempo e espaço, radicaliza a falta de centro e de margens, rompe com a linearidade própria das narrativas tradicionais, torna mais evidente o ‘hibridismo textual’: escrita, imagem, som, movimento que compõem essa textura digital” (FRAGA, 2006, p. 7).

A seguir, a página na Internet da WADA-AMA.



Figura 1 – Excerto da *Home Page* da WADA-AMA (2014).

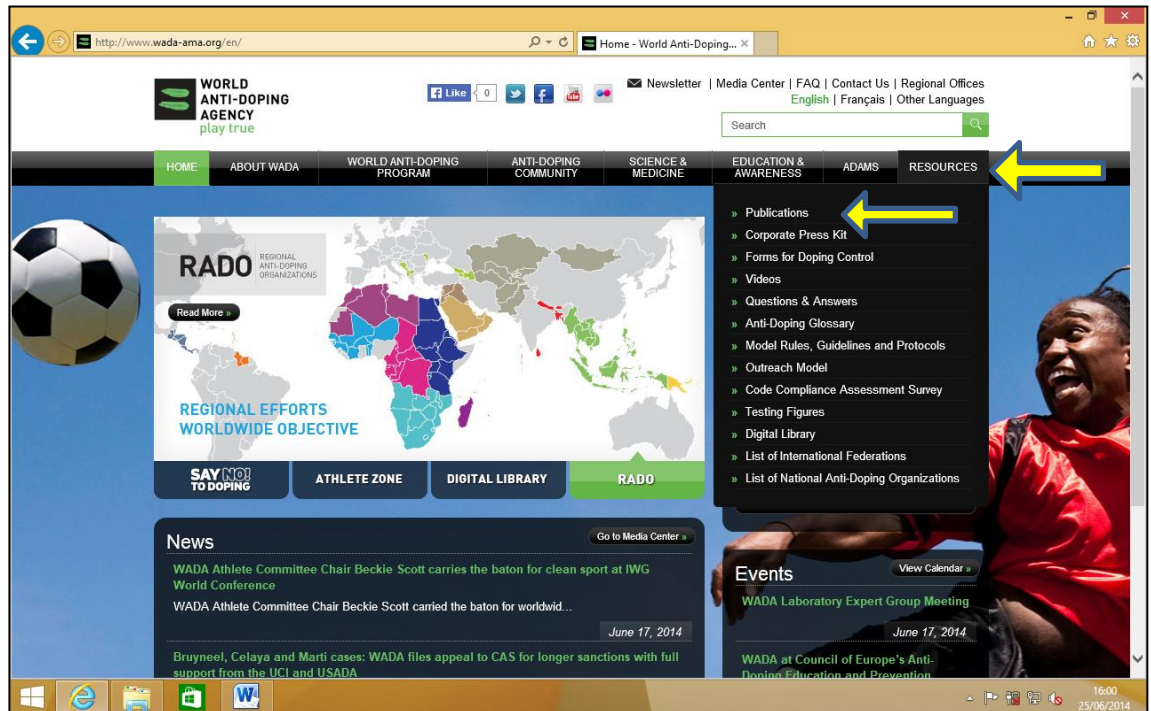


Fonte: Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA). Disponível em [www.wada-ama.org](http://www.wada-ama.org). Acesso em 02 de julho de 2014.

Ao lado direito encontra-se um link intitulado “Recursos”. Estes recursos *on line* envolvem glossários sobre doping esportivo, vídeos educativos, protocolos, guias, livreria digital, lista de federações e organizações internacionais vinculadas aos esportes, perguntas e respostas mais comuns, formas de controle antidoping, entre outros. Nesta lista de recursos, o primeiro item citado – e talvez o mais celebrado – se refere às publicações oficiais da WADA-AMA, que são uma compilação de revistas, documentos oficiais, códigos de conduta e folders que, com base científica, divulgam e subsidiam as ações e posicionamentos da WADA-AMA contra o doping.

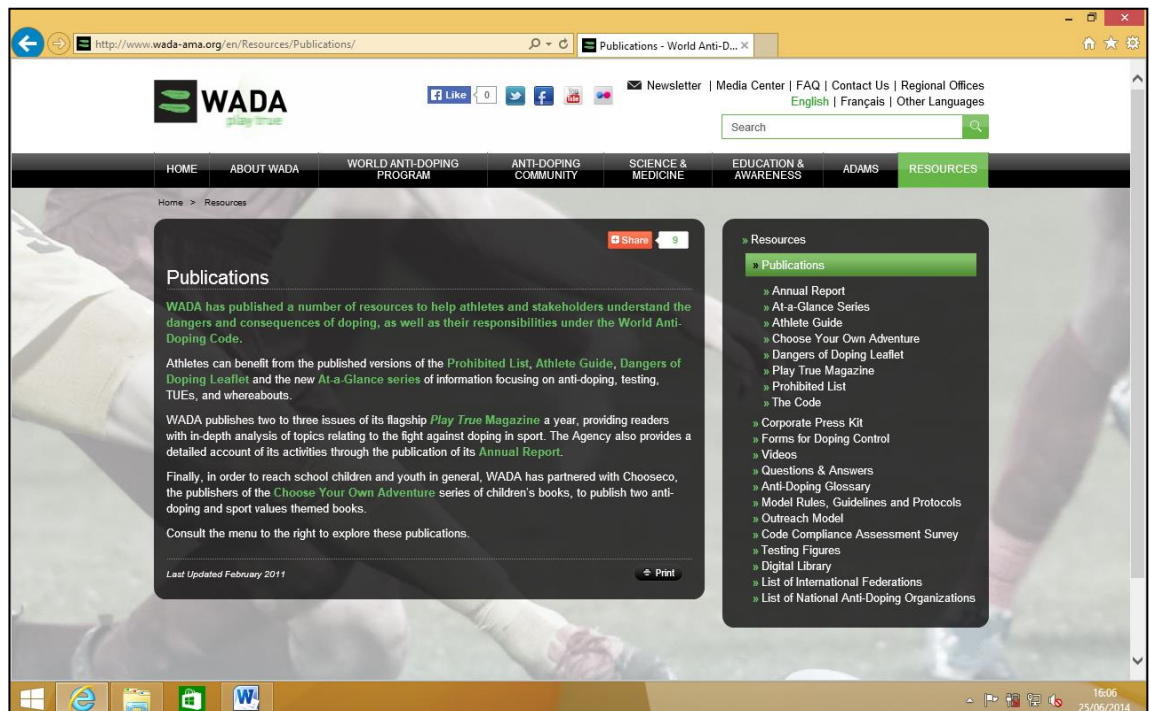
A seguir duas imagens que ilustram o *link* das publicações.

Figura 2 – Excerto da página da WADA-AMA e links dos recursos e publicações.



Fonte: Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA). Disponível em [www.wada-ama.org](http://www.wada-ama.org). Acesso em 02 de julho de 2014.

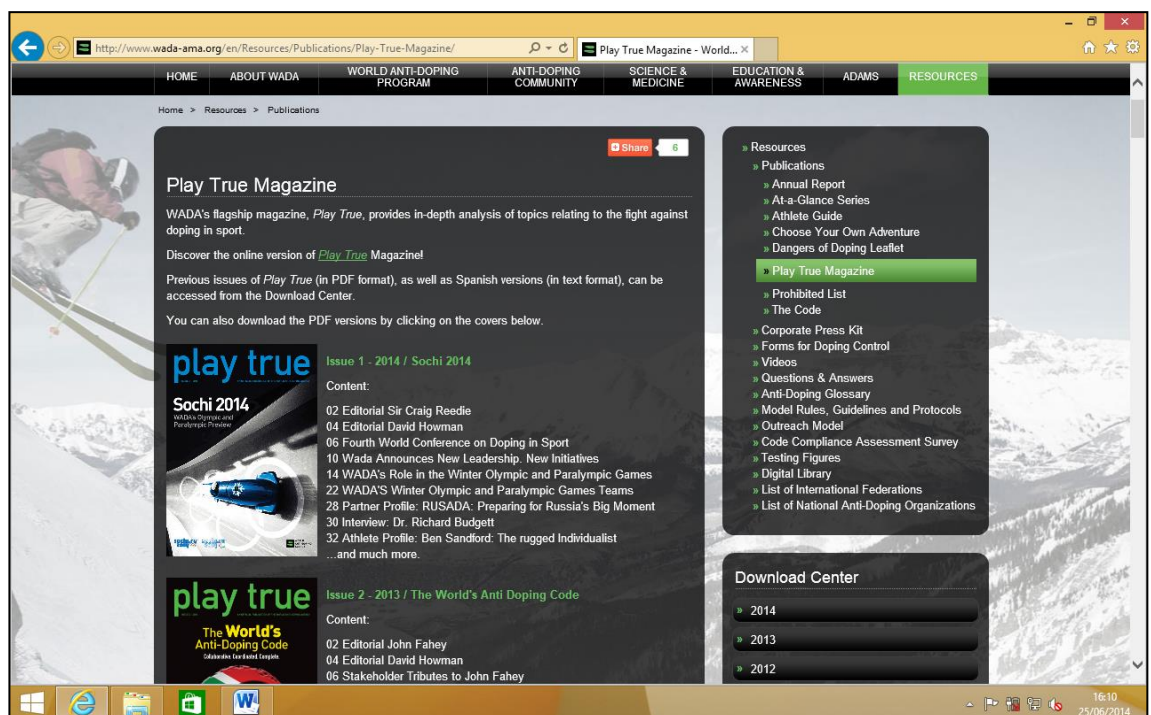
Figura 3 – Excerto da página das publicações da WADA-AMA.



Fonte: Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA). Disponível em [www.wada-ama.org](http://www.wada-ama.org). Acesso em 02 de julho de 2014.

Na lista dessas publicações oficiais encontramos a *Play True Magazine*, que é citada como a publicação carro-chefe, emblemática, ou ainda, aquela que melhor representa e estabelece “uma análise profunda dos tópicos principais referentes à luta contra o doping realizada pela WADA” (WADA-AMA, 2014). Essa revista é publicada desde 2002, com periodicidade média quadrimestral – além dos números especiais e comemorativos –, e computa atualmente (agosto, 2014) 29 exemplares, com publicações em inglês desde seu início e em espanhol desde 2004. Em média, a Revista possui 20 páginas por exemplar, o que totaliza mais de 500 páginas já publicadas. Porém, ela também funciona como um “hipertexto” na medida em que, constantemente, cita, refere, indica, sugere outros documentos oficiais da WADA-AMA para consulta ou como referência, tal como o Código Mundial Antidoping.

Figura 4 – Excerto da página da revista *Play True* da WADA-AMA.



Fonte: Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA). Disponível em [www.wada-ama.org](http://www.wada-ama.org). Acesso em 02 de julho de 2014.

Cada um desses exemplares é temático, e congrega os mais variados temas sobre esporte e doping. Apresento, a seguir, um quadro que indica as publicações e edições e seus respectivos títulos e temas:

Quadro 1 – Edições da *Play True Magazine* e seus respectivos temas.

<b>Ano</b>	<b>Número / Edição</b>	<b>Título / Tema</b>
2002	1	<i>Play True</i>
	2	Nós queremos Heróis, não apenas vencedores
	3	O real significado do <i>Play true</i>
2003	1	Um novo começo para o esporte
	2	Confiando nas pesquisas
	3	Política em prática
2004	1	Suporte regional
	2	WADA e os jogos de Atenas
	3	Curvas de aprendizagem na educação de atletas
2005	1	Doping genético
	2	ADAMS (Sistemas de gerenciamento e administração antidoping)
	3	Harmonização
2006	1	Turim
	2	Missão global
	3	O Código Mundial Antidoping
2007	1	Para além do atleta
	2	Ciência forjando o doping
	3	O passo do recorde
2008	1	A maior resolução de um código forte
	2	Pequim 2008
	Especial	A riqueza comum dos jogos da juventude
2009	3	Nivelando o campo de jogo
	1	Engajando o atleta
	2	Especial décimo aniversário
2010	1	Vancouver
	2	Enviando a mensagem certa
2011	1	Experimentado, testado, verdadeiro
2012	1	O Código em revisão
	2	Os Jogos de Londres
2013	1	Prevenção através da educação
	2	O código mundial antidoping: Colaborativo. Coordenado. Completo.

Além das publicações *Play True* há, ainda, uma série de outros recursos produzidos e veiculados pela WADA-AMA. Aliás, comumente, tais recursos são citados pela WADA-AMA na *Play True*, quando se refere a algum outro documento ou assunto. Desse modo, é possível citar:

- o “Relatório Anual da WADA”, produzido com o intuito de veicular e divulgar as principais ações realizadas no ano, incluindo aí suas receitas (em termos financeiros) e estratégias adotadas;
- a coleção de livros “Escolha sua própria aventura”, dedicada especificamente para as crianças, e que são divididas em dois exemplares, um para crianças entre 8 e 12 anos e outro para crianças acima de 12 anos;
- a “Lista de substâncias proibidas”, atualizadas anualmente ou quando há a necessidade de incluir alguma substância ou procedimento recém descoberto;
- o “Guia do Atleta”, material que designa e descreve o que se espera do atleta de alto nível, assim como, as ações que este deve ter em relação as suas condutas;
- e, por fim, “O Código Mundial Antidoping”. Esse último é compreendido como “o documento principal que fornece o quadro para a harmonização das políticas antidopagem, regras e regulamentos no seio das organizações desportivas e as autoridades públicas” (WADA, 2014).

A tradução do nome da revista *Play True*, em sua versão oficial para o idioma espanhol, é *Jogo Limpo*. No entanto, esta tradução se confunde com a alusão a outro termo, comumente mais empregado no esporte, a saber, *fair play*. Cabe ressaltar, também, que a revista passou por transformações em sua apresentação ao público. No primeiro ano, nas três primeiras publicações, a revista não se intitulava *Play True*, mas *WADAnews*, e teve como título principal de capa a definição e propagação do slogan *Play True* (Figura 5). No entanto, essa diferenciação não implica, para a WADA, que fossem diferentes publicações. Ambas estão alocadas no *link Play True* no site da WADA-AMA, sendo consideradas as três primeiras edições como as primeiras publicações da *Play True*. Além do mais, desde 2009, a revista *Play True* possui um formato específico *on line*, com mais recursos que a versão

tradicional disponível para *download* em arquivo PDF. Esta versão eletrônica da revista possui recursos como vídeos (com entrevistas, mensagens, divulgação de ideias e eventos, etc.) e pode ser atualizada diariamente com novas informações. Conforme o diretor geral, David Howman, “a versão eletrônica da *Play True* é outro passo importante da WADA-AMA como estratégia global de comunicação e dá à agência e seus parceiros e apoiadores outra plataforma na qual possa enviar a mensagem antidoping” (WADA-AMA, 2012, n. 1, p. 25). No entanto, mesmo tendo disponível esta plataforma eletrônica e tendo visitado, lido e analisado, me vali muito mais da versão tradicional para download, não apenas devido à maior facilidade de manusear o material tradicional para as análises, mas igualmente porque penso que talvez esta seja a forma como os próprios atletas, confederações, etc., operam sobre os materiais. Além do mais, não identifiquei nenhuma informação presente na versão eletrônica que não fosse também descrita na versão tradicional. Por fim, cabe ressaltar que o material empírico de análise compreendeu especificamente a revista *Play True*, na medida em que, sendo oficialmente o veículo de comunicação e divulgação da WADA-AMA, incorporando em si informações respectivas a todos os outros documentos disponíveis pela Agência, nela aportavam todos os elementos que, na opinião da WADA-AMA, eram relevantes e necessários de serem oficialmente difundidos, havendo, em boa parte das vezes, recorrências e saturações acerca das informações ali contidas.



Figura 5 – Excerto da capa da primeira edição da revista *Play True*, intitulada *WADAnews*.



Fonte: Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA). Disponível em [www.wada-ama.org](http://www.wada-ama.org). Acesso em 02 de julho de 2014.

Figura 6 – Excerto da capa da quarta edição da revista *Play True*, com seu atual layout.



Fonte: Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA). Disponível em [www.wada-ama.org](http://www.wada-ama.org). Acesso em 02 de julho de 2014.

É possível perceber, na figura 5, que há um logo no canto esquerdo superior, e este representa a revista. Abaixo, em destaque, esse logo.

Figura 7 – Logo da WADA-AMA.



Fonte: Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA). Disponível em [www.wada-ama.org](http://www.wada-ama.org). Acesso em 02 de julho de 2014.

O logo da WADA-AMA foi desenvolvido para expressar o espírito do esporte praticado naturalmente, sem artificialidades, dentro das regras esportivas e livre de aprimoramentos artificiais do desempenho humano. É composto por um símbolo de igualdade, que representa a equidade, envolto por um quadrado, que indica as regras que devem ser respeitadas. A cor preta interna evoca a neutralidade e remete às cores tradicionais dos árbitros e, por fim, o verde, que indica a saúde e a natureza, também usada em boa parte dos campos de jogo (WADA-AMA, 2002, n. 1, p. 15). Aliás, as primeiras palavras da revista Play True parecem ter sido escolhidas meticulosamente: “O slogan ‘play true’ foi escolhido para encarnar os principais valores da WADA. Representa o espírito universal dos esportes praticados sem artifícios e com total respeito às regras estabelecidas”. A revista possui uma organização própria de elementos que a configuram, tendo temas recorrentes e tópicos permanentes na sua apresentação. No sumário de todas as edições temos o editorial, redigido pelo Presidente da WADA-AMA, seguido por tópicos que envolvem, frequentemente, glossários, atualidades, ações e programas, fundos de



financiamento, entrevistas, descrição dos cargos, funções e sujeitos dentro da WADA-AMA e uma breve apresentação de outras organizações esportivas filiadas à WADA-AMA.

Nas primeiras edições o foco da revista estava na propagação do objetivo principal da Agência Antidoping: a idealização de uma política internacional antidoping que pudesse ser regida a partir de um órgão controlador, a própria WADA-AMA. Assim, as três primeiras edições (ao longo do ano de 2002) foram direcionadas à divulgação e organização deste propósito, tendo duas das três edições o título de *Play True*, e apresentando e anunciando os rascunhos do que viria a ser o Código Mundial Antidoping. Já a primeira edição de 2003 marca o início não apenas de um novo *layout* da capa da revista, mas da concretização deste principal ideal: a realização da Conferência Mundial Antidoping que define a primeira versão oficial do Código Mundial Antidoping. A partir de então, os tópicos da *Play True* passaram a focar nas políticas de controle antidoping, especialmente a partir da Olimpíadas de Atenas (2004), momento em que o Código foi aplicado em larga escala em âmbito internacional. Desde então a revista *Play True* aborda os mais diversos temas pertinentes às políticas antidoping, e procura demonstrar, enquanto a principal porta voz da WADA-AMA, os objetivos, ações, programas, controles, atualidades e parcerias estabelecidas pela Agência na sua missão de ‘limpar’ o esporte do jogo ‘sujo’ do doping. Não obstante, como já aludido, determinados tópicos e assuntos permeiam a revista desde suas primeiras edições.

A intenção de reunir e me apoiar nos documentos aqui descritos para analisá-los se deve ao fato de que eles são utilizados como referência para a veiculação de informações, de modos de conduta, de códigos de proibições, de verdades sobre atletas, doping e esportes, além de constituírem a base para as ações a serem empreendidas pelos sujeitos a partir desses saberes e práticas. Os documentos que problematizo atuam nos processos de atribuição de sentidos sobre o que é doping, o que é um atleta e como este deve se portar em relação a sua prática, assim como, quais são os deveres e atribuições de cada parte envolvida no processo. Além do mais, nesses documentos se indica como os processos e saberes ali relacionados devem ser realizados. Esses materiais serão analisados enquanto artefatos culturais.

O termo artefatos culturais compreende um amplo conjunto de produções culturais (textos, registros, imagens, revistas, documentos, páginas da Internet, músicas, álbuns, entre outros) como objetos imersos em culturas específicas (neste caso, uma cultura científica de uma dada compreensão de esporte de elite), os quais atuam como significantes e significadores de conjuntos de saberes e possibilidades de pertencer a um registro maior de sentido que permitem, por sua vez, que tais artefatos signifiquem de uma determinada maneira. Os artefatos culturais são o “resultado de um processo de construção social” e constituem um “campo de lutas em torno da significação”, lutas essas que envolvem relações de estabelecimentos de significados (SILVA, 1999, p. 134). Ao entender os documentos e registros como artefatos culturais implicados com os efeitos de descrever, nomear e indicar modos de compreender as coisas e a si mesmo numa determinada cultura, atuando, dessa forma, na constituição de sujeitos, poder-se-ia pensar que estes objetos tornam-se possíveis e até mesmo necessários de serem investigados. Discutir tais elementos como artefatos culturais implica pensá-los em suas relações na rede de produção cultural a que estão vinculados, visto que tais artefatos não interessam por si mesmos, mas pelo sentido que recebem nas práticas culturais a que estão vinculados.

A proposta de tomar tais materiais enquanto artefatos culturais encontra apoio nas perspectivas de construção de pesquisas realizadas no campo dos Estudos Culturais<sup>7</sup>. Esse campo de estudos pode ser considerado como “temático”, sendo as escolhas teórico-metodológicas “pragmáticas, estratégicas e auto-reflexivas” (CORAZZA, 2002, p. 124). Como bem enfatizam Nelson *et al* (1995), desenvolver investigações a partir desse campo de estudos requer a compreensão de que a produção de conhecimento que desse processo resulta ocorre no momento mesmo de sua elaboração, e que, conforme os delineamentos que da pesquisa vão surgindo – e que a própria investigação solicita – algumas escolhas se fazem necessárias para o desenvolvimento do estudo, de acordo com as possibilidades daquele que o elabora no momento em que o faz.

---

<sup>7</sup> Os Estudos Culturais estão implicados com um movimento de transformação política e epistemológica ocorrido em meados dos anos 1960 e que alguns teóricos chamam de “virada cultural”, tal como referido no capítulo 2. Este movimento de estudos organizado em torno da cultura ganhou mais força no momento da institucionalização de um centro de pesquisas de pós-graduação, o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, na Universidade de Birmingham, Inglaterra, em 1964 (SILVA, 1999). O Centro, para estabelecer suas matrizes intelectuais iniciais, se aproximou de diversas linhas de teorização, como a de análise textual, linguística, antropologia, semiótica, pós-estruturalismo, entre outras. Tais matizes epistemológicas ainda hoje constituem a base para a realização de investigações que se inserem nesse campo.

Autores que discutem as condições de realização de pesquisas qualitativas também reforçam o caráter contingente da construção de investigações realizadas a partir dessas perspectivas, atentando inclusive para o fato de a construção dessas pesquisas ocorrerem sem uma fórmula ou padrão de referência (FROW; MORRIS, 2006). Denzin e Lincoln (2000), ao discutirem alguns pressupostos teóricos e epistemológicos que produziram as distintas ênfases das pesquisas qualitativas no decorrer do século XX, consideram o pesquisador qualitativo como um *bricoleur*, ou seja, “um fazedor de colchas”, que busca tomar metodologias e perspectivas teóricas de empréstimo de diferentes disciplinas. É possível atentar para esse fato nos diversos estudos que são realizados sob a ótica da cultura no campo dos Estudos Culturais (FROW; MORRIS, 2006). Dentre esses estudos podemos destacar aqueles relacionados aos esportes, que vem se “desenvolvendo rapidamente como campo interdisciplinar por seus próprios méritos” (FROW; MORRIS, 2006, p. 322). O reconhecimento de estudos acerca do esporte no campo dos Estudos Culturais também é referido por Miah (2006, p. 304), quando destaca a relevância dos Estudos Culturais acerca das modificações corporais que consideram o uso das tecnologias de aprimoramento nos esportes como objeto de investigação.

Frente às indicações até então apresentadas, desde a recorrência do tema aqui proposto na cultura contemporânea, ilustrada nos casos dos atletas Pistorius, Fonteles e Armstrong, passando pela apresentação do objeto de estudo e material de análise, a saber, as produções oficiais da WADA-AMA, em especial a revista *Play True*, delineando perspectivas teórico-metodológicas centrais, a partir das noções de problematização, sujeito e “políticas da própria vida”, e assumindo um lugar de pesquisa no âmbito dos Estudos Culturais, é que o estudo desenvolvido e o restante das discussões foram realizadas. Foi inscrito nesses pressupostos de pesquisa que realizei os recortes principais do material empírico, assim como, os modos que estabeleci as categorias de análise. Assim, a definição dos caminhos e escolhas da pesquisa, no que se refere à operacionalização das informações analisadas, foram desenvolvidas durante o processo mesmo da tese, em que as leituras do referencial teórico e do material de análise se embrenharam com os princípios metodológicos – e vice-versa. Desse modo, os conceitos utilizados para as análises foram desenvolvidos durante o próprio ensaio analítico, não havendo, assim, como convencionalmente se estrutura, nas investigações em perspectivas científicas mais

tradicionais, uma seção ‘teórica’ de discussão conceitual para, depois, propor a aplicação desses conceitos, e tampouco, houve uma seção destacada e nomeada como ‘Metodologia da Pesquisa’. Procurei ao longo da tese explicitar os modos como conceitos, análises, metodologias foram trançadas na construção desse texto. Como descrito anteriormente, ao final da primeira seção deste capítulo introdutório, não houve uma premência em relação a conceitos, metodologia ou material empírico, uma vez que todos estes elementos foram se arregimentando ao longo das leituras do referencial teórico e do material empírico analisado para esta tese.

As discussões que se seguem estão organizadas em três capítulos distintos, os quais foram construídos seguindo as orientações até então apresentadas. No próximo capítulo - o segundo da tese - apresento, num primeiro momento, marcações conceituais acerca dos três termos que compõem o objeto de estudo desta tese, a saber, esportes, doping e a Agência Mundial Antidoping, e as biotecnologias contemporâneas, a fim de descrever e revisar estudos que os caracterizam para, ao fim, delimitar os modos como os compreendendo neste estudo. Na segunda parte deste capítulo discuto os modos como o doping contemporâneo no esporte é definido, assim como as distintas maneiras e critérios que a WADA-AMA usa para regulá-los, procurando tornar problemáticas estas práticas de definição. Também, nesta seção, relaciono estes acontecimentos acerca do doping no esporte como correlatos dos usos de outras drogas e medicamentos por indivíduos em geral na sociedade contemporânea. Na terceira seção deste capítulo discuto, detidamente e a partir das considerações acerca do doping anteriormente elaboradas, a configuração de um tipo específico de atleta: o atleta biotecnológico.

No terceiro capítulo desta tese problematizo os modos de governo organizados pela WADA-AMA na regulação do doping contemporâneo nos atletas de alto rendimento, valendo-me, sobretudo, dos conceitos de “biopolítica” e de “políticas da própria vida”. A partir destas reflexões, e seguindo pistas deixadas por Rabinow e Rose (2006), discuto três frentes nas quais a “biopolítica contemporânea” ou as “políticas da própria vida” são organizadas e postas em funcionamento pela Agência Mundial Antidoping: a) os *experts* ou “especialistas somáticos”; b) a “coletividade biossocial”; c) e as práticas do cuidado de si. Ao longo deste capítulo procuro considerar que tal conjunto de estratégias configura práticas

de governo contemporâneas voltadas à regulação da vitalidade dos atletas de alto rendimento, se inserindo num rol de estratégias de governo mais amplo que fazem parte das sociedades hodiernas.

No quarto capítulo e último capítulo apresento duas proposições. De um lado, procuro retomar os argumentos até então elaborados de modo a direcionar os encaminhamentos finais da tese, e, por outro, tenho a intenção de circunscrever algumas problematizações e reflexões acerca do objeto de estudo em questão para que sejam incorporadas nas agendas de discussão de pesquisadores acerca deste tema. Desse modo, este capítulo cumpre duas funções: a) sintetizar, a partir da retomada das discussões até então realizadas, os principais argumentos desenvolvidos na tese acerca do objeto de estudo em questão; e b) questionar, desde o pressuposto de que, por ser um tema balizado no presente com prelúdios do futuro, os modos como os esportes e as biotecnologias, especialmente àquelas concernentes às questões do doping, devem ser constantemente postos em suspeição e discussão, na direção de aberturas a problematizações futuras. Ao fim deste capítulo procuro situar a elaboração deste trabalho enquanto um efeito específico de minhas atividades acadêmicas no âmbito da pesquisa e da docência.

## **2. LIMIARES E GRADIENTES DE DOPING E SUJEIÇÕES: A conformação do atleta biotecnológico**

Este capítulo está dividido em três seções distintas. A primeira seção aborda três termos-chave que permeiam a construção desse estudo, quais sejam, esportes, a WADA-AMA e o doping, e biotecnologias. Embora tais discussões ocorram ao longo da tese, pareceu-me necessário, mesmo que de modo sintetizado, marcar conceitualmente o que estou entendendo por esses termos. Assim, inicialmente, caracterizo a noção de esporte que embasa esse estudo para, a seguir, apresentar um breve histórico do doping no esporte e o surgimento da WADA-AMA, bem como suas principais características e objetivos. Por fim, discuto a noção de biotecnologia em dois momentos distintos. Primeiramente abordo a concepção de biotecnologia a partir de seu campo originário, a saber, as Ciências Naturais e Biológicas para, num segundo momento, apresentar como alguns autores do campo das Ciências Humanas a tem concebido. Ainda, no fim dessa seção, articulo e problematizo os já referidos termos-chave: esportes, doping e WADA-AMA, e biotecnologia.

Tal organização pareceu-me necessária na medida em que, ao marcar conceitualmente esses termos, as discussões subsequentes poderiam ir em frente sem recorrer com frequência a revisões da literatura sobre o tema, potencializando assim as análises a serem empreendidas. Desse modo, as outras duas seções que compõem esse capítulo vão na direção de discutir, respectivamente, a) os modos de doping contemporâneo, sobretudo aqueles baseados nas tecnologias disponíveis atualmente e as maneiras como são abordados pela WADA-AMA e b) a configuração de um tipo específico de atleta, que se vale do uso dessas tecnologias no aprimoramento de sua performance.

## 2.1 DO OBJETO DE ESTUDO: marcações conceituais

### 2.1.1 Esportes

A maioria dos estudos referentes ao surgimento dos esportes aponta que este fenômeno emergiu a partir de manifestações corporais diversas realizadas na Europa durante os séculos XVIII e XIX (SOARES, 1994; STIGGER, 2002; GEBARA, 2002; BRACHT, 2011.). Stigger (2002) comenta que os elementos que caracterizam o esporte moderno e o distingue das demais manifestações corporais é o fato daqueles atenderem a determinados critérios tais como especialização, quantificação, burocracia, racionalização, competição, entre outros. Os esportes, em sua emergência, estavam voltados para a elite europeia, sem delimitações específicas de regras, tendo uma organização mais dispare e heterogênea. No entanto, com a institucionalização dessas práticas a partir da criação de regras oficiais, federações, calendário de competições, evento nacionais e internacionais, criação de clubes, sócios e torcedores, tal manifestação seguiu por um caminho cada vez mais delimitado e especializado. A partir de tais transformações os esportes, de fruto e uso restrito das classes mais abastadas da Europa do século XIX, passam a se tornar um bem público e comum entre as distintas classes sociais. Começava ali aquilo que se pode chamar de ‘expansão sem fim’ do esporte moderno.

Tais apontamentos servem para ilustrar a maneira pela qual, a partir de uma perspectiva que leva em consideração uma ruptura histórica para o surgimento do esporte, este fenômeno moderno se organiza num determinado local e momento. Embora tome tais apontamentos e modos de pensar o surgimento do esporte como válidos e pertinentes, saliento que não é objetivo dessa tese demorar-se nesses aspectos históricos, mas discutir seus elementos contemporâneos. Para tanto, tomarei neste estudo a compreensão do esporte a partir de uma perspectiva cultural que possibilite problematizá-lo enquanto produto das relações estabelecidas na atualidade, a fim de discuti-lo, mais adiante, em suas relações com as tecnologias contemporâneas e o doping.

Pensar o esporte desde uma perspectiva sociocultural passa, primordialmente, por entendê-lo como uma prática social que é produzida por sujeitos de uma mesma cultura, os quais partilham modos semelhantes de atribuir sentidos a este acontecimento. O esporte, então, passa a ser compreendido por dois aspectos inextrincáveis: um deles seria o fato de sujeitos partilharem modos semelhantes de dar significados e sentidos, através da linguagem, às práticas corporais que passam a ser configuradas como esporte; e, em segundo lugar, esses sujeitos partilhariam, entre si e entre grupos, os significados atribuídos às práticas corporais tidas como esporte, a fim de comungarem semelhantes sentidos de um determinado evento e acontecimento social.

A fim de compreendermos mais estes aspectos constituintes do esporte enquanto fenômeno cultural seria pertinente atentarmos para algumas considerações de Stuart Hall (1997) sobre os modos pelos quais podemos realizar análises culturais. O referido autor destaca que é necessário problematizarmos os aspectos substantivos e os aspectos epistemológicos dos objetos que investimos em nossos estudos, neste caso, os esportes. Ao comentar sobre os aspectos substantivos da cultura, esse autor se refere às condições materiais e empíricas que organizam “atividades, instituições, e relações culturais na sociedade”, as quais afetam e condicionam – ao mesmo momento em que são condicionados por – os aspectos epistemológicos da cultura, ou seja, os modos pelos quais são produzidos os conhecimentos acerca desses processos empíricos ‘reais’ (HALL, 1997, p. 16).

Assim, atentar e problematizar tais aspectos culturais naquilo que se refere aos esportes segue no sentido de multiplicar as diferentes modalidades e maneiras como este fenômeno é veiculado nas sociedades, a fim de compreender as relações singulares de saberes (e poderes) que são estabelecidas em sua produção. Igualmente, buscar recorrências atuais acerca dos temas que investimos segue na direção de entender a relação íntima que o empírico e o material, como cultura, possuem com os aspectos epistemológicos e de conhecimento que as culturas produzem; é entender que “tais relações são intrínsecas, são relações em que não há um ponto de partida e nas quais causa e consequência se confundem também inextricavelmente” (VEIGA-NETO, 2002, p. 168); é compreender que



aquilo que podemos produzir como conhecimento está atrelado às condições empíricas nas quais vivemos e em que estamos imersos.

De modo a discutir essas considerações sobre análises culturais, é oportuno trazer algumas recorrências contemporâneas naquilo que se refere especificamente aos esportes. Sobre os aspectos epistemológicos, por exemplo, destaco alguns autores que têm apontado que, no âmbito acadêmico, a maior parte dos estudos realizados sobre esporte privilegia investigações sobre os grandes eventos esportivos, ou seja, aquelas práticas esportivas de espetáculo e de performance tidas como hegemônicas, as quais também são alvo dos investimentos da WADA-AMA na sua busca pela regularização do doping no esporte.

Essas produções epistemológicas de conhecimento sobre esporte, que o tomam em suas manifestações de espetáculo e performance, também são comentadas por Kunz (1994, p. 66) quando destaca que “os estudos existentes sobre o tema esporte referem-se sempre ao esporte enquanto conceito restrito”. A partir desse conceito de esporte o referido autor comenta que este fenômeno, na atualidade, pode ser compreendido à luz de duas definições: restrita e ampla. Sobre o esporte no sentido restrito Kunz (1994) se refere àquele de caráter hegemônico na sociedade, o esporte *performance* e espetáculo, justamente aquele esporte que Stigger (2002) diz predominar nas investigações realizadas sobre esta prática social e corporal. Acerca do esporte no sentido amplo Kunz (1994) procura relacioná-lo com as práticas corporais diversas, aquelas que não possuem vínculo e nem tomam como referência o esporte tido como hegemônico. No limite, o autor se refere às práticas corporais e de movimento que configuram o campo da Educação Física – neste sentido, expressões como “cultura do movimento”, “mundo do movimento” ou até mesmo “atividades lúdicas” talvez melhor representassem aquilo que o autor gostaria de expressar sobre esporte no sentido amplo.

Cabe ressaltar que não entendo todas as práticas corporais relacionadas à cultura do movimento como esporte. O esporte, desde esse ponto de vista, não poderia ser denominado, mesmo que no sentido amplo, como “cultura do movimento”, mas como uma das culturas do movimento e do corpo oriundas de um determinado momento histórico-cultural. Entendo, assim como Soares (1992), que ele se configura como um dos objetos de conhecimento da Educação Física, mesmo que, seguindo considerações de Bracht (1997,

*apud* STIGGER, 2002), esse tenha se tornado a expressão hegemônica das práticas corporais no âmbito desse campo de estudos. Deve-se destacar, contudo, que tais discussões apenas ressaltam o caráter plural e conflitivo que existe em torno do esporte e de sua produção enquanto objeto de conhecimento, principalmente se nos detivermos em seus aspectos epistemológicos. De qualquer modo, aliando-me mais a alguns argumentos do que a outros, o que interessa frisar nesse momento é o fato de que, no que tange à produção de conhecimento (aspectos epistemológicos) sobre esporte, alguns autores revelam a predominância de estudos que tomam o esporte hegemônico (ou de performance, alto rendimento, de espetáculo) como padrão, referência e alvo privilegiado de suas incursões investigativas. Deve-se, ainda, destacar que esses aspectos epistemológicos sobre esporte, como citado anteriormente, conduzem e são conduzidos pelos *aspectos substantivos* da cultura, ou seja, as regências empíricas e materiais das práticas esportivas.

Essas recorrências materiais e empíricas sobre o esporte – seus *aspectos substantivos* – podem ser percebidas em diversos espaços cotidianos. Como bem ressalta Stigger (2002, p. 1), não é difícil percebermos estas evidências:

são as famílias que organizam seus fins de semana a partir da programação esportiva veiculada pelos meios de comunicação de massa; são as inúmeras páginas de jornais e revistas destinadas a esta temática; são os muitos empregos e inclusive profissões direta ou indiretamente relacionadas a esta atividade; são as muitas *horas de antena* que, a preços astronômicos, estão voltadas para a divulgação de eventos esportivos; são os incontáveis grupos de indivíduos que despendem muito de suas vidas nas atividades das *torcidas organizadas* de futebol (STIGGER, 2002, p. 1, destaques do original).

Frente a essas evidências substantivas do esporte como evento cultural, não é difícil percebermos e compreendermos que a maioria das práticas esportivas ou das atividades a elas relacionadas tomem como referência para suas realizações os esportes tidos como hegemônicos. Independente do local onde ocorram (escolas, parques, clubes, associações e outros), as práticas corporais vinculadas ao esporte tem como referência àquelas práticas esportivas de espetáculo ou alto rendimento, embora haja aproximações e distanciamentos dessas práticas com aquelas tidas como hegemônicas de acordo com o local e os sujeitos que a praticam. O que cabe ressaltar é que mesmo que não sejam realizadas de modo

exatamente idêntico ao esporte espetáculo, as diversas atividades esportivas o tomam como referência, o que acaba por produzir, conduzir e influenciar com sentidos específicos (vinculados às ações hegemônicas esportivas) as ações realizadas pelos indivíduos.

O esporte, aqui tido como hegemônico, tem como manifestação central de sua identidade o apelo e o princípio do rendimento. Assim, o esporte de alto rendimento caracteriza-se por ser uma manifestação esportiva que busca, acima de tudo, a eficiência, o aperfeiçoamento, a eficácia e o resultado, e que serve, conforme Bento (2006), como modelo para que as outras modalidades esportivas atinjam suas metas. Na busca de seus objetivos, o esporte de alto rendimento faz uso, centralmente, das aplicações de conhecimentos do campo do treinamento desportivo, da biomecânica, da fisiologia e da bioquímica do exercício, além dos usos de tecnologias e aparatos de toda a ordem que possam melhorar e aperfeiçoar o desempenho dos atletas. Cabe destacar que estudos acerca do tema esporte de rendimento são abundantes, e não caberia aqui uma discussão conceitual extensa sobre isso, tendo em vista que o importante nesse estudo é demarcar este termo e conceito. Aliás, em outros momentos e estudos excelentes investigações e reflexões já se propuseram a resgatar e discutir essa questão (STIGGER; LOVISOLO, 2009). No entanto, de modo a melhor delimitar a compreensão de esporte de rendimento ou alto rendimento, conjugo, junto com Stigger (2009, p. 105) de uma abordagem mais ampla sobre este fenômeno, o compreendendo enquanto uma “forma de expressar o esporte desenvolvido na sua forma institucionalizada e realizada no âmbito das federações esportivas, ou seja, o esporte hegemonicamente praticado e aquele que tem sua expressão em grandes eventos de caráter oficial”. Ainda seguindo as pistas de Stigger (2009, p. 105), é possível elencar neste tipo de definição de esporte os chamados “esporte oficial; esporte de alta competição; esporte espetáculo; esporte de competição; esporte formal”. Entrementes, cabe a ressalva, não poder-se-ia aludir a todos estes termos como sinônimos, tendo em vista que há nuances e diferenças internas entre estas mesmas manifestações. Mesmo ciente das dificuldades de demarcações conceituais entre estes termos, o que importa aqui é muito mais a convergência conceitual do que a dispersão, ou seja, importa mais as características que podem ser agrupadas em torno do termo esporte de rendimento ou alto rendimento ao invés das diversidades que os diferem. Assim, assumirei esporte de rendimento ou alto rendimento conforme os argumentos e características supracitadas.

Borin e Gonçalves (1999), ao estabelecerem um panorama do esporte de rendimento e de alto nível no Brasil, destacam que tal manifestação esportiva passou por duas fases distintas no âmbito da produção de conhecimento científico e sistematizado no país. Para tanto, os autores debruçaram-se sobre a produção de conhecimento nesta área a partir do Grupo de Trabalho Temático (GTT) Treinamento Esportivo enquanto instância do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE)<sup>8</sup>. A primeira fase de produção de conhecimento no âmbito deste GTT se refere às produções compreendidas entre o final dos anos 1970 e meados dos anos 1980, que estavam marcadamente influenciadas pelo viés biologicista de compreensão do fenômeno do treinamento desportivo e esporte de alto rendimento. Já a segunda fase de produção de conhecimento sobre esporte de alto rendimento foi marcada por uma influência maior das ciências humanas, tendo em vista –digamos assim – uma ‘virada epistemológica’ que ocorreu no CBCE a partir da inserção de pesquisadores e de estudos realizados a partir das Ciências Humanas. Tal mudança política e epistemológica acarretou, no âmbito do esporte de alto rendimento e treinamento desportivo, um “afastamento dos especialistas da área e, conseqüentemente, decréscimo nos trabalhos publicados na RBCE<sup>9</sup> no final da década de 80 e início de 90” (BORIN; GONÇALVES, 1999, p. 138).

Como podemos perceber, o esporte de rendimento e alto rendimento apresentam uma série de controvérsias e debates em torno de suas manifestações, finalidades e modos de execução. Contudo, dentro das discussões referentes ao esporte de rendimento o tema doping ocupa um lugar praticamente central de debate, seja pela ótica dos críticos do esporte de rendimento seja pela ótica de seus seguidores. E é sobre esse tema que passo a discorrer a seguir.

---

<sup>8</sup> O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte “é uma entidade científica que congrega pesquisadores ligados à área de Educação Física/Ciências do Esporte. Organizado em Secretarias Estaduais e Grupos d Trabalhos Temáticos, liderados por uma Direção Nacional, possui representações em vários órgãos governamentais, é ligado à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e está presente nas principais discussões relacionadas à área de conhecimento”. Disponível em <http://www.cbce.org.br/index.php> Acesso em 15/07/2014.

<sup>9</sup> Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Destaque meu.

### 2.1.2 A Agência Mundial Antidoping e o doping no esporte

Neste ano (2014) a WADA-AMA celebra quinze anos de existência. Essa agência é uma organização mundial baseada num modelo híbrido de gestão, sendo público-privada, pois é mantida tanto pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) como pelos Governos dos diversos países do mundo. A WADA tem como missão “promover, coordenar e monitorar a luta contra o doping no esporte em todas as suas formas” (WADA-AMA, 2014). No cumprimento dessa missão a agência promove pesquisas científicas, projetos educacionais, desenvolvimento de capacidades na luta contra o doping e a elaboração e policiamento do Código Mundial Antidoping (WADA-AMA, 2014). Ou, dito de outro modo, a WADA-AMA surgiu com o intuito de, através de seus esforços, ensinar e dar a oportunidade de tornar o esporte limpo de todas as artífices que vão de encontro aos ideais universais esportivos.

O sítio oficial da agência na Internet<sup>10</sup> relata que sua institucionalização começou a ser organizada a partir de eventos esportivos que chocaram a população mundial, como o caso de uma competição de ciclismo, no verão de 1998, em que houve uma série de casos de doping. A partir deste fato foi organizada, no ano seguinte, uma Conferência Mundial Antidoping a fim de propor estratégias para sanar e eliminar ‘de vez’ estes acontecimentos no meio esportivo. Em tal Conferência, realizada em fevereiro de 1999, foram debatidas as bases para a criação da Agência Mundial Antidoping em novembro do mesmo ano (WADA-AMA, 2014).

Sandoval (2005) sugere que a base para a consolidação da WADA-AMA foi feita ao longo do século XX, em especial na década de 90 deste mesmo século, quando foram estabelecidas as bases legais para, após 10 anos, materializar-se na Agência Mundial Antidoping. A emergência de tal instituição se alicerça, fundamentalmente, na busca da eliminação definitiva do doping no esporte. Tal empreendimento justifica-se, para a WADA-AMA, pelo modo como o doping é definido e caracterizado, a saber, como um mal a ser

---

<sup>10</sup> Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA). Disponível em [www.wada-ama.org/en/About-WADA/History](http://www.wada-ama.org/en/About-WADA/History). Acesso em 02/07/2014

banido, e também pelos inúmeros casos de doping aliados a mortes de atletas ao longo do século XX.

Para a Organização Mundial Antidoping (WADA-AMA, 2009, p.18), o doping é definido “como a ocorrência de uma ou mais violações do regulamento antidoping”. Esse regulamento, descrito detalhadamente no Código Mundial Antidoping, foi adotado inicialmente no ano de 2003 e implantado efetivamente em nível mundial no ano seguinte, 2004. Porém, os elementos que circundam o doping não podem ser referidos somente àquele ano, pois, como já se disse, tais discussões permearam o esporte moderno de alto rendimento ao longo do século XX, assim como a própria construção do Código Mundial Antidoping foi fruto de uma série de investimentos ao longo desse período.

Alguns autores relatam que é difícil precisar os primeiros usos do doping (DE ROSE, 1989; SANDOVAL, 2005). Aliás, é comum encontrarmos relatos sobre os primeiros usos de doping referindo-se à China, há 2.000 anos antes de Cristo, ou à antiguidade Grega, nos jogos olímpicos antigos, ou ainda, entre os nórdicos, e até mesmo na América Latina, com os povos Incas. Neste processo de buscar a origem do doping no passado, alguns autores, como De Rose (1989), chegam, inclusive, de modo jocoso, a imputar a origem deste procedimento ao momento da Criação, quando Eva, a fim de dar mais força e poder para Adão, deu-lhe a maçã proibida, pois a serpente havia lhe dito que se comesse tal fruta Adão poderia tornar-se um Deus. Independente de tais relatos, que, segundo De Rose (1989), são baseados em fatos, (com exceção do mito do paraíso), o doping no esporte moderno tem seus primeiros registros no turfe, no final do século XIX, com o uso de substâncias para incrementar o desempenho dos cavalos em provas. Entretanto, existem diversos relatos sobre desportistas que, a partir da metade do século XIX, teriam feito uso de substâncias para melhorarem suas performances em competições amadoras (DE ROSE, 1989; SANDOVAL, 2005).

Ao longo da primeira metade do século XX uma série de acontecimentos relacionados ao doping marcou o esporte moderno nas Olimpíadas. As pesquisas e descobertas no campo bioquímico e farmacológico, inclusive a descoberta da anfetamina, em 1938, levaram os pesquisadores a descobrirem vários tipos de substâncias que serviam como estimulantes e aumentavam o desempenho dos atletas (DE ROSE, 1989). A década de 50 do século XX foi notoriamente fundamental para a criação de órgãos para o controle do

uso dessas substâncias estimulantes, tendo em vista casos de morte de atletas em decorrência desse consumo. Como efeito disso, o Comitê Olímpico Internacional (COI) elaborou, em 1962, uma resolução rechaçando o uso de dopagem para a prática esportiva. Este foi, segundo Sandoval (2005, p.571) “o primeiro intento de oficializar a oposição ao uso de substâncias estimulantes, porém sem determinar medidas para seu controle eficiente”. Os Jogos Olímpicos de Tóquio, no Japão, em 1964, foi um marco das organizações esportivas na luta contra o doping. Neste evento realizou-se o I Congresso Mundial de Doping que, aliado a outros movimentos com a mesma finalidade, como o Congresso da UNESCO em Genebra e Bruxelas, em 1963, e o de Estrasburgo, em 1965, constituíram um espaço fecundo para a organização de instituições para o controle antidoping (SANDOVAL, 2005).

Apesar destes esforços anteriores, foi somente em 1967 que o COI constituiu uma Comissão Médica para realizar controles antidopings. As primeiras realizações de controle de dopagem, formalmente organizadas pelo COI, foram realizadas nos Jogos Olímpicos de Inverno de Grenoble, naquele mesmo ano, e nas Olimpíadas do México, em 1968, oficializando, assim, o controle antidoping em eventos esportivos de alto nível. No Brasil, o primeiro caso oficial de controle de doping foi realizado na cidade de Porto Alegre numa partida de futebol entre Internacional e Grêmio, no ano de 1964, antecedendo assim as próprias iniciativas internacionais (DE ROSE, 1989). Outro momento importante no controle do doping foi o da década de 80 do século XX. Isso porque, entre 1983 e 1989, foram criadas comissões de atletas para um controle do doping, listas de substâncias proibidas, modos de testagem e controle para averiguar o uso de doping, cooperações entre entidades internacionais de diversos níveis, que culminaram com a criação da Comissão Internacional Antidoping (SANDOVAL, 2005). O resultado de todos esses esforços resultou na criação da Agência Mundial Antidoping, a WADA-AMA, em 1999.

Para a WADA-AMA (2009), que entende o doping como qualquer prática que burle o regulamento antidoping, existem substâncias e métodos proibidos, além de tipos de controle específicos. Esse controle é feito de duas maneiras: por meio de exame de sangue ou por meio da análise da urina do atleta, realizados durante uma competição ou treinamentos. No que se referem às substâncias proibidas, elas são divididas em nove categorias, a saber, estimulantes, narcóticos, canabinóides, anabólicos, hormônios, beta-

agonistas, antiestrogênicos, agentes mascaradores e glicocorticóides<sup>11</sup>. Além das substâncias também são elencados métodos proibidos, são eles: transferência de oxigênio (doping sanguíneo); manipulação farmacológica, química e física; e, por fim, o doping genético (SANDOVAL, 2005; FEDER *et al* 2000). Diversos são os motivos para que tais substâncias ou métodos sejam proibidos. Segundo a WADA-AMA (2009), o propósito para o controle do doping assenta-se na proteção dos atletas para participarem de eventos esportivos, além de promover a saúde dos atletas, combater a injustiça nas competições e promover a igualdade entre os participantes. Além desses elementos, que conformam a centralidade dos argumentos utilizados pela WADA-AMA, outro princípio argumentativo também é destacado, qual seja, o espírito olímpico. Para a organização responsável pelo controle do doping existem princípios e direitos, invioláveis, que são intrínsecos e inerentes à prática esportiva, que em seu conjunto compõem o espírito olímpico. São eles: “ética, *fair play*, honestidade, excelência na performance, caráter e educação, trabalho em equipe, dedicação, diversão, coragem, respeito às regras, leis, companheiros e adversários” (WADA-AMA, 2009, p. 14).

Sandoval (2005) reitera as afirmações e princípios da WADA-AMA, porém sintetiza em três grandes eixos os motivos pelos quais se deve ter controle sobre o uso de substâncias proibidas pelos atletas: a) a veracidade dos resultados – pois o doping inibe o ‘resultado real’ do atleta –; b) a ética do esporte – porque, em outras palavras, o controle do doping elimina a possibilidade do sujeito não cumprir as regras e acordos de justiça e igualdade de competição entre os atletas –; c) e a saúde – cujo controle auxilia a prevenção e promoção

---

<sup>11</sup> Dentre as categorias apresentadas é possível descrever, de forma sucinta acerca de cada uma delas, o seguinte: as substâncias estimulantes são aquelas que podem reduzir a fadiga, aumentar a atenção, estimular a agressividade, favorecendo a competitividade. Existem vários tipos de substâncias que se enquadram nessa categoria, como por exemplo, a efedrina e a cocaína. Os narcóticos são substâncias que atuam na no alívio de dores moderadas ou intensas, como por exemplo a morfina. A terceira categoria, os canabinóides, podem atuar na redução da fadiga, e tem como principal exemplo, a maconha. Os agentes anabólicos, por sua vez, favorecem o aumento da massa muscular e, conseqüentemente, o rendimento esportivo em valências como força e velocidade. O acúmulo de testosterona acima do limite natural é o principal sintoma de seu uso. A categoria 5 é formada pelos hormônios peptídicos, tendo como principais substâncias representantes a eritropoietina e o hormônio do crescimento. Atuam de forma similar aos anabolizantes, aumentando a testosterona e inúmeras valências físicas como resistência, velocidade e força. As substâncias beta-2-agonistas conformam a sexta categoria, possuem efeitos similares aos anabolizantes, e possuem como exemplo o salbutamol (remédio costumeiro para tratar a asma). A sétima categoria é composta pelas substâncias com atividades antiestrogênica, que controlam o estrogênio masculino, proibidas somente para homens e possuem efeitos anabolizantes. Os agentes mascaradores constituem a categoria 8, e são substâncias usadas para mascarar o uso de qualquer substância anterior, como por exemplo, os diuréticos. Por fim, os glicocorticóides pertencem a nona categoria, e possuem efeitos semelhantes aos dos hormônios peptídicos (categoria 5) (SANDOVAL, 2005).



da saúde dos atletas. É preciso ser dito, porém, que tais abordagens não são tão facilmente aceitas por outros autores que discutem o doping no esporte. Na tarefa de examinar discrepâncias e desacordos acerca das abordagens sobre doping no esporte, incluindo formas de abordá-lo e até mesmo caracterizá-lo, a partir de matrizes teóricas diversas, é possível indicar a leitura da edição especial sobre doping no esporte da *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, importante periódico na área da Educação Física que, no ano de 2005, organizou um volume especial somente sobre este tema<sup>12</sup>. Nesta edição inúmeros artigos versaram sobre o doping no esporte a partir de perspectivas teórico-metodológicas das mais diversas. Neste mesmo volume é possível encontrar argumentos acerca do doping tais como os aqui já foram referidos, na direção de condenação e regulação das práticas do doping no esporte, até aqueles que revisam historicamente o tema e o problematizam à luz das Ciências Humanas e Sociais.

Ao realizar uma revisão da produção em Ciências Humanas e Sociais sobre doping, Tavares (2006) destaca uma pequena produção ou até mesmo ausência de trabalhos que abordem o doping no âmbito desse marco epistemológico. O referido autor também salienta que a maioria dos estudos realizados sobre doping o tomam como um universal cultural, ou seja, reafirmam o doping como uma prática fundamentalmente e essencialmente errada. Aliás, Tavares (2006) também ressalta que nessa cruzada antidoping os argumentos mais utilizados para a sua repressão são a moralidade/ética, a ilegalidade e a saúde. Tavares (2006, p. 23) também ressalta que grande parte dos argumentos encontrados nessa revisão recrimina o doping a partir de sua naturalização como uma prática proibida, sem fazer qualquer distinção quanto a determinantes históricos ou culturais, fazendo do esporte uma “espécie de super-sujeito transcendente e unívoco capaz de se impor indistintamente onde quer que seja”. Anteriormente, em outro estudo Tavares (2002) já havia referido sobre essa hegemonia argumentativa de condenação ao doping, porém, nesse estudo mais recente (2006) o autor analisa criticamente tais argumentos, destacando três eixos de análise para a condenação do doping: técnico-científico, ético e pragmático.

No primeiro tipo de argumento, técnico-científico, o autor ressalta seus critérios de cientificidade, destacando o discurso médico que conforma a condenação do uso de doping

---

<sup>12</sup> Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, vol. 27, n.1, set. 2005.

pelos efeitos negativos na saúde dos atletas. Em segundo lugar aparece o discurso ético, aliado constantemente ao *fair play*, que promulga a igualdade de competição entre os atletas, como uma manutenção ou retomada “do *ethos* cavalheiresco do esporte vitoriano” (TAVARES, 2002, p. 43). Por fim, o terceiro tipo de argumento analisado é quanto ao pragmatismo da condenação do doping. Para o autor “ao estabelecer que são doping os métodos e substâncias presentes em um índice proibitório, em última análise, está se dizendo que é doping o que é ou for considerado doping pelos órgãos legitimamente dispostos a declará-lo” (TAVARES, 2002). Em última instância, este último argumento diz respeito a quem tem o direito de falar o que, quando, como, para quem, em que circunstâncias e com que efeitos.

Ao examinar os argumentos mais corriqueiros contra o doping, baseados, sobretudo, em princípios éticos, Tavares (2002) busca desconstruí-los de modo a torná-los problemáticos. Assim, o argumento de que o doping faz mal à saúde é confrontado pelo fato de que bebidas alcoólicas e cigarros também o fazem, mas esses continuam sendo permitidos para usuários em geral. Além do mais, diz o autor, a exigência dos resultados no esporte de alto nível é comprovadamente maléfica à saúde dos atletas, e nem por isso se exige dos esportistas que compitam apenas até os limites de sua saúde.

O segundo argumento analisado, a saber, o doping melhora o desempenho esportivo/a performance esportiva, é rechaçado mediante a argumentação de que o esporte de alto rendimento busca, intrinsecamente, a melhoria do desempenho. Ora, então como impedir o uso de uma substância que é utilizada justamente na direção da finalidade maior do esporte de rendimento, a melhoria do resultado? Além do mais, os diversos artefatos e materiais utilizados pelos atletas, como tênis, macacão (natação e atletismo, em especial), roupas, bicicletas, entre outros, também interferem diretamente na melhoria do resultado e não são proibidos pela WADA-AMA. O terceiro argumento diz respeito à ajuda artificial do doping no esporte. Nesse ponto, o autor destaca a presença de uma visão hegemônica para a condenação do doping, qual seja, a de uma noção essencialista da natureza, separada do homem, intocada e idealizada. O autor questiona se o uso de aparelhos de musculação ou determinadas bebidas para reposição de nutrientes não se constituiriam, também, num tipo de artificialidade.

O deslocamento da competição da arena esportiva para os laboratórios e o fato de que o uso de doping por alguns atletas força os outros a usá-lo são, respectivamente, o quarto e quinto argumentos. No que se refere ao quarto argumento, Tavares (2002) destaca que a característica do esporte contemporâneo, que busca resultados e desempenho acima de tudo, faz com que os esportistas busquem todas as maneiras possíveis para melhorar sua performance. Já em relação ao último argumento, basta lembrar que o esporte, há muito, já saiu do terreno dos eventos “puramente” esportivos, sendo caracterizadas por múltiplos interesses econômicos e políticos. Lembremos, por exemplo, o caso da Guerra Fria entre os blocos comunistas e capitalistas nas décadas de 50 e 60 do século passado, em que Estados Unidos e a antiga União Soviética disputavam o quadro de medalhas nos Jogos Olímpicos à semelhança de quem ganhava ou perdia uma guerra através do número de medalhas conquistadas.

De modo semelhante a Tavares, que trabalha na desconstrução dos argumentos contra o doping, Miah (2008) revisa e retoma alguns dos principais argumentos reiteradamente apresentados contra o doping, os quais, segundo o autor, ainda possuem subargumentos internos. Dentre aqueles mais desenvolvidos é possível destacar a coerção (o ambiente esportivo forçaria os atletas a usarem), a injustiça, os riscos para saúde, a não-naturalidade, a trapaça, a vantagem desmerecida, a contrariedade à natureza esportiva e seus ideais e, por fim, a violação do contrato implícito da competição. Tais apontamentos servem para mostrar o caráter conflitivo que as discussões sobre doping podem acarretar. Não dissonante das posições de Tavares (2002, 2006) e Miah (2008), Vaz (2005) tece uma série de considerações acerca do doping no esporte e seus critérios de controle e condenação. Na esteira dos argumentos anteriores, Vaz (2005) destaca o caráter conflitivo que há entre a busca pela mais alta performance – enquanto elemento constituinte do esporte –, por um lado, e a condenação sobre os incrementos tecnológicos para que se alcance essa performance, por outro, reiterando um caráter conflitivo e contraditório concernente a esses aspectos. O autor discute também sobre as definições de doping, problematizando-as, afirmando que é considerado doping aquilo que o *mainstream* esportivo, através de sistemas de organização e legislações acaba por definir como tal, exercendo controle de regulações entre o que é tolerável nos corpos dos atletas e o que não

é tolerável, definindo, dessa forma, arbitrariamente, os critérios acerca do doping (VAZ, 2005).

Nesta seção, tendo destacado os mais diversos argumentos acerca do doping no esporte, procurei circunscrever este tema – esporte e doping – à luz de diferentes perspectivas teóricas. Por um lado, abordei, inicialmente, argumentos referentes à sua caracterização e definição, incluindo sua condenação, baseados em pressupostos como saúde, moral e ética (DE ROSE, 1989; SANDOVAL, 2005; WADA-AMA, 2009). Por outro lado, destaquei argumentos que discutem e colocam em suspeição os aspectos referentes a uma suposta ‘universalidade ética e moral do esporte’, que baseia os argumentos proibitivos ao doping, elencando estudos e argumentos que se valem das Ciências Humanas e Sociais para tais tensionamentos (TAVARES 2002; 2006; MIAH, 2008; VAZ, 2005). Estes últimos estudos e autores, aliás, problematizam não somente a definição, condenação e regulação do doping, mas procuram, ao problematizar, desconstruir os argumentos que sustentam sua proibição. É a partir desses aspectos que desenvolvo, na seção seguinte, o modo como o esporte e o doping se inserem em novas práticas tecnológicas contemporâneas, como por exemplo, a biotecnologia.

### 2.1.3 Biotecnologias

Começamos o século XXI com uma esperada e promissora descoberta: o sequenciamento do Genoma Humano. Estava aí – prenunciava-se – não somente a cura para todos os nossos males, mas também a possibilidade de materialização de “nossas” aspirações e desejos. Tais promessas incluíam os mais diversos campos de aplicação social da biotecnologia genômica, desde aqueles de ordem biológica até aqueles relacionados aos recursos econômicos e sociais, da cura e tratamento de doenças à detecção e recuperação de comportamentos desviantes, da potencialização das aptidões físico-corpóreas à melhoria das condições de vida. Rifkin (1999, p. 2) anunciara, de forma quase alarmante, que na

virada do último século adentrávamos no “século da biotecnologia”, em que “por volta do ano 2025, nós e nossos filhos poderemos estar vivendo num mundo totalmente diferente de qualquer coisa que os humanos já vivenciaram no passado”. Assim, seguia o autor, seria possível o desenvolvimento de bactérias transgênicas, consertos biológicos, clones de animais e humanos, bebês personalizados, civilização eugênica e outras transposições de limites daquilo que era natural na direção de uma nova sociedade. Rose (2013) reitera tais considerações, e para tanto, de forma crítica, cita uma série de autores – tais como Fukuyama, Habermas, Klass, entre outros –, que alarmavam a chegada de um futuro pós-humano em que a natureza humana, aos poucos, deixaria de existir.

Os diversos espaços midiáticos contemporâneos reafirmam e circulam há anos tais anúncios científicos. São reportagens realizadas e apresentadas em programas televisivos como os telejornais, documentários e programas de entrevistas. Além disso, é possível destacar as inúmeras revistas que, por afinidade a um ou outro tema, acabam veiculando informações advindas da ciência moderna a partir das promessas biotecnológicas, principalmente aquelas relacionadas ao genoma humano (RIPOLL, 2009; CASTIEL, 1994). Títulos de capa ou de seções intituladas “Ele pode ser imortal” (REVISTA SUPERINTERESANTE, 2010), “A Fantástica Fábrica da Ciência” (REVISTA WOMEN’S HEALTH, 2008), e mais recentemente, “No Limite: até onde deve chegar a intervenção da ciência no esporte” (REVISTA CIÊNCIA HOJE, 2014) indicam o quanto tais enunciados (atingir a imortalidade; detectar precocemente, evitar, dirimir ou mesmo exterminar com a doença; criar superatletas; entre outros) se fazem cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas, popularizando-se cada vez mais. No entanto, tais promessas também sofrem descréditos e desconfianças na medida em que demoram a materializar aquilo que indica(ra)m fazer. Como bem destaca Castiel (1994, p. 288), vivemos hoje com “uma certa aura, mescla de fascínio e desconfiança, quanto à função da Genética Molecular (e mais especificamente da denominada Engenharia Genética)”. Miah (2008, p. 24) ironiza acerca do frenesi que cercam as descobertas genéticas, incluindo aqui as possibilidades de clonagem, apontando que essa “histeria [sobre a genética] subsequentemente tenha transcendido para uma mera rotulação de alimentos a fim de distingui-los entre os geneticamente modificados e os não geneticamente modificados”. Ele também sugere que, com o tempo, isso talvez venha a ocorrer com os atletas que sofrerem tais aplicações. No entanto, alguns estudiosos reiteram

as promessas biotecnológicas, especialmente aquelas voltadas à engenharia genética, afirmando “que estamos vivenciando o início de uma revolução que sinaliza que a humanidade não mais necessitará se sujeitar aos fatores de caráter aleatório que marcaram a história”, em que as fronteiras entre natureza e ficção estão esmaecendo (VICTORINO, 200, p. 129).

Em suma, vivemos num tempo marcado pela materialização das promessas das tecnologias modernas, em que o grande desejo do ser humano de se tornar dono e criador de si mesmo e do mundo parece, por fim, estar em nossas mãos e ao nosso alcance. Se ainda tais promessas não foram completamente materializadas, tal como foram previstas, ao menos, foram feitas e imensamente divulgadas (ARBIX, 2007). Ou ainda, seguindo reflexões de Sibilía (2002), o ser humano parece ter abandonado sua tradição “prometeica” na qual se vale das tecnologias hodiernas disponíveis para aumentar e estender suas capacidades para adotar uma perspectiva “faústica”, em que transcender a própria condição humana não só é possível como acaba se tornando a finalidade dos investimentos humanos. No entanto, passada uma década do promulgado sequenciamento do genoma e de suas benéficas aplicações na melhoria da vida de todos nós, tais promessas ainda não se concretizaram (ROSE, 2013). E, para frustração dos mais entusiastas, sequer há previsão para que tais empreendimentos de fato se realizem, pelo menos tal como fora anunciado inicialmente.

No ínterim dessas promessas e prospecções sobre a condição humana a biotecnologia acaba ocupando um lugar de excelência e centralidade, na medida que é a partir desta área de conhecimentos que tais promessas foram possíveis de serem, se não de todo concebidas, ao menos materializadas. Cabe destacar que a biotecnologia e as práticas biotecnológicas<sup>13</sup> iniciais emergiram no interior da Biologia do século XX, tendo se desenvolvido especialmente nos campos da bioquímica, química, microbiologia, biologia molecular, genética e engenharia química (SMITH, 1998). Aliás, o principal incremento no desenvolvimento da biotecnologia ocorreu no período subsequente à Segunda-Guerra Mundial, quando foram fortemente introduzidas na biologia moderna, e campos correlatos,

---

<sup>13</sup> Ao me referir a práticas ou atividades biotecnológicas estarei enfatizando as diversas *atividades científicas* vinculadas ao campo da biotecnologia e não as diversas atividades humanas que, mesmo utilizando de técnicas hoje tidas como biotecnológicas, são realizadas a partir do *senso comum* e não científico.

disciplinas como a matemática, a física e a química, assim como, suas subdisciplinas, que tornaram possível uma descrição confiável (por ser baseada em pressupostos das ciências naturais e exatas) dos processos de vida em nível celular e molecular (SMITH, 1998).

Dentre as possíveis definições apresentadas para Biotecnologia desde as áreas das Ciências Naturais, e em especial do campo da Biologia, poder-se-ia destacar aquela que a denomina como “a tecnologia que objetiva o desenvolvimento de produtos e serviços por meio de processos biológicos” minuciosamente elaborados, controlados e aplicados (BORÉM; SANTOS, 2004, p. 11). Ou, dito de modo mais amplo, Biotecnologia concerne às aplicações práticas de organismos e seus componentes (SMITH, 1998). O termo biotecnologia também foi utilizado inicialmente para se referir às técnicas que intervinham de maneira precisa e controlada nos processos biológicos de desenvolvimento de produtos alimentícios, tais como o vinho, o pão e os derivados lácteos (BORÉM; SANTOS, 2004, p. 17). Porém, na atualidade, o termo biotecnologia é amplamente utilizado em diversas situações, o que lhe confere diferentes definições e acarreta uma série de possibilidades de produção, tais como a fabricação de antibióticos, vacinas, testes genéticos e medicamentos diversos, bem como de campos de intervenção como a engenharia e o aconselhamento genético.

Na era das atividades biotecnológicas é possível situar o desenvolvimento das atividades, experimentos e pesquisas em dois grandes momentos: uma primeira fase, na qual as práticas eram elaboradas utilizando apenas microrganismos e os experimentos realizados somente em laboratórios; e uma segunda fase, na qual se desenvolve uma série de produtos e serviços que são oferecidos ao público em geral. Essa segunda fase, a qual estamos sujeitos na atualidade, acaba por inserir as atividades biotecnológicas na cultura cotidiana das pessoas, tornando-a uma prática comum e acessível a todos ou a quase todos de diferentes modos, tal como um bem de consumo. É, no limite, a transição e tradução de saberes e práticas eminentemente científicas, circunscritas ao mundo da ciência, para saberes e práticas vinculadas ao senso comum e ao cotidiano, assim como relacionados às atividades econômicas, bélicas e políticas, entre outras (BORÉM; SANTOS, 2004; BROWN; CAMPBELL; PRIEST, 1989).

De maneira semelhante a esses dois momentos apresentados no desenvolvimento da biotecnologia, os referidos autores também destacam, no que tange às técnicas e aos

procedimentos científicos realizados na biotecnologia, que seria possível situar dois campos distintos de aplicação e desenvolvimento tecnológico: a biotecnologia tradicional e a biotecnologia molecular. Mesmo que ambas tenham objetivos e finalidades semelhantes (o melhoramento de espécies) e partam dos mesmos princípios (o princípio de melhoria da condição e da variedade do ser vivo), o que os difere, principalmente, são as técnicas utilizadas para a realização dos procedimentos. Isso porque enquanto na biotecnologia tradicional buscava-se melhorar a condição do ser vivo através de técnicas de desenvolvimento varietal, valendo-se de cruzamentos entre diferentes (melhores) espécies, inclusive entre seres vivos da mesma espécie, a biotecnologia molecular, de maneira distinta, opera na transferência de genes determinados e específicos de uma espécie à outra, de maneira precisa e controlada. Como exemplo da mudança da aplicação da biotecnologia do campo alimentício para o campo genético é possível destacar que os produtos biotecnológicos que possuíam mais êxito na década de 90 do século passado estavam vinculados à indústria alimentícia e à agricultura, enquanto na virada para o século XXI tais aplicações passaram a se concentrar, de modo crescente, também no campo genômico (BROWN; CAMPBELL; PRIEST, 1989). Aliás, em um estudo revisional, Garcia e Martins (2009) destacaram que, ao longo das últimas três décadas, os investimentos e investigações na engenharia genética deslocaram-se do campo das aplicações agrícolas para o campo da saúde, o qual representa hoje mais de 70% do capital investido em pesquisas na área genômica, direcionando, inclusive – por interesses financeiros vinculados às indústrias e corporações biomédicas – as pesquisas realizadas na área da genética.

Desse modo, em meados dos anos 90, já se apontava para a emergência de um ramo da biotecnologia que dominaria os investimentos, as pesquisas, as atividades econômicas e científicas e, inclusive, o imaginário social, a saber, a engenharia genética com ênfase na clonagem de seres vivos e no código genômico. Cabe ressaltar que o campo da engenharia genética emerge a partir de uma série de transformações na biologia, desde a década de 70 do século passado, sendo decorrente de aplicações técnicas tais como sequenciamento e transferência do DNA, síntese química e reação em cadeia, duplicação de sequência genética, aplicadas em plantas e animais transgênicos (início dos anos 80) e posteriormente no homem (VICTORINO, 2000; FAGOT-LARGEAULT, 2004). De qualquer modo, o que está em



pauta nestes processos é a centralidade do genoma enquanto principal vetor da descoberta e colonização interna da vida.

No entanto, cabe perguntar: afinal, o que seria o genoma? Um genoma é todo material genético, ou genes, resultantes do conjunto de cromossomos de um indivíduo, ou organismo vivo (RABINOW, 1999; DIAS, 2011). O mapeamento do genoma humano foi um projeto que recebeu altos incentivos e financiamentos de uma série de organizações governamentais e não-governamentais, as quais fundaram o Consórcio Internacional de Sequenciamento do Genoma Humano (DIAS, 2011). O resultado final de sua investida foi divulgado em 2004 através de uma publicação no periódico *Nature* (DIAS, 2011). Embora os achados desse consórcio já tenham sido publicados, ainda restam muitas dúvidas quanto ao genoma humano. Perguntas como: quantos genes nós temos? Quais podem ser desprezados? Como melhorar os genes que temos? Conhecendo os genes conheceremos, necessariamente, aquilo que eles fazem? São perguntas ainda sem respostas definitivas. E, no que tange ao objeto de estudo desta tese, poder-se-ia indagar: quais são os pares de genes mais úteis no que se refere ao atleta de alto rendimento? Que pares de bases de cromossomos influenciam em valências físicas como velocidade ou força? É possível sequenciar o genoma de um atleta bem sucedido a fim de identificar que genes influenciam mais num determinado esporte?

Estas e outras questões ainda servem como mera especulação quanto à influência dos genes nas condições e transformações humanas e no desempenho do rendimento esportivo de atletas. Tal como salienta Castiel (1994), ao aludir sobre o conhecimento genômico no campo da saúde pública, e Fagot-Largeault (2004), ao discutir a introdução do conhecimento genômico na medicina, será necessário investir e dimensionar os efeitos das relações dos genes, do ambiente e da interação entre genes e ambiente. Além do mais, é preciso aceitar que as projeções iniciais que estipulavam uma relação de causa e efeito unidirecional entre a terapia gênica e as transformações da vida não superaram a complexidade que lhe são inerentes (LEITE, 2006). Desse modo, a tomada do gene humano como principal portador de toda a informação humana ou enquanto a síntese da representação dos avanços biotecnológicos (LEITE, 2006), precisa ser reconsiderada e posta, ao menos, em suspeição. Mesmo que as investigações acerca dos avanços e influências da

engenharia genética nas condições de vida dos seres humanos ainda sejam incipientes, tais especulações já mexem com o imaginário social (DIAS, 2011; ROSE, 2013).

Torna-se necessário, antes de dar prosseguimento à discussão, ressaltar que a maioria dos autores até então utilizados para descrever a biotecnologia se inscrevem especificamente no campo das Ciências Biológicas, de modo geral (BORÉM; SANTOS, 2004; BROWN; CAMPBELL; PRIEST, 1989). Sendo assim, torna-se praticamente evidente que eles não se propõem a tensionar este campo de conhecimento, mas, antes, buscam descrevê-lo em seu surgimento e funcionamento. Cabe destacar, contudo, que uma série de outros autores, inclusive de outros campos de conhecimento vem discutindo as relações das biotecnologias contemporâneas a partir de perspectivas teóricas distintas, os quais podemos configurar como sendo externalistas ao próprio campo da biotecnologia (VICTORINO, 2000; FAGOT-LARGEAULT, 2004; LEITE, 2006; GARCIA e MARTINS, 2009). Ao que tudo indica, “tamanho é a força com a qual a genética molecular se assume no imaginário coletivo que as ciências sociais recebem o convite – quase um ultimato – para participarem de uma aventura intelectual baseada em premissas biológicas” (VICTORINO, 2000, p. 130). Nesse ínterim, autores que tradicionalmente não se inscrevem no campo das ciências naturais, como Nikolas Rose e Paul Rabinow, reconhecidos autores dos campos da sociologia e antropologia, respectivamente, também discutiram esta contemporânea condição biotecnológica.

Rabinow (1999), por exemplo, analisa as mudanças sociais implantadas pela biotecnologia em diferentes frentes, sendo que a mudança nas relações sociais parece ocupar um lugar de maior destaque. O autor argumenta que a biotecnologia, em especial o Projeto Genoma, conformará novos vetores de socialização, a partir dos quais pessoas e grupos se organizarão com base nos conhecimentos genômicos, que vão desde o reconhecimento do outro pela ordem da informação genética até mesmo a possibilidade de exclusão social que pode ocorrer a partir desse novo modo de conceber a vida, o outro, a si mesmo e a população. As discussões acerca dos tensionamentos e possibilidades de análises da biotecnologia contemporânea podem ocorrer em várias frentes de problematização. Entre elas, destaco aquelas que se referem ao objeto de estudo desta tese, a saber, as aplicações das biotecnologias no esporte de alto rendimento. No contexto dessas aplicações

há a recorrência de usos das mais diversas intervenções no corpo do atleta, desde aquelas relacionadas às vestimentas até mesmo as alterações genéticas, passando pelo uso de diferentes substâncias e métodos de aplicação.

Por outro lado Rose (2013) destaca que as pesquisas e desenvolvimentos da biotecnologia geram lucros bastante altos no campo econômico, através da criação de patentes de remédios ou de outros produtos de propriedade intelectual<sup>14</sup>. Porém, tais desenvolvimentos não acarretam melhorias diretas à saúde ou diminuem o adoecimento da maioria da população, sendo essas finalidades menos glamorosas do que aquelas concernentes ao campo da estética, por exemplo. Além do mais, ressalta Rose (2013, p.17), tais empreendimentos biotecnológicos enfatizam o envolvimento dos sujeitos num cuidado e gerenciamento de si, através de uma responsabilização do indivíduo, que deve ser seguida para um cuidado do futuro na medida em que passamos a ter “um qualitativo incremento de nossas capacidades para gerenciar nossa vitalidade, desenvolvimento, metabolismo, organismo e cérebro”. E de modo crítico, Ortega (2007, p. 385) denuncia o “aspecto elitista das propostas de superação do corpo pelas novas biotecnologias, pois excluem quatro quintos da humanidade que não possuem acesso às tecnologias [. . .]”, corroborando com os argumentos acima destacados de Rose (2013).

Alheio às questões de ordem social e acerca do frenesi das possibilidades de manipulações genéticas no campo esportivo Dias (2011) discute contundentemente esses aspectos. O referido autor destaca que na era da medicina genômica a tecnologia do sequenciamento do genoma tornou possível “caracterizar geneticamente os fenômenos do esporte de alto rendimento” (DIAS, 2011, p.63). A tecnologia desenvolvida pelo sequenciamento tornou realidade a manipulação de genes humanos. O que inicialmente estava restrito para fins terapêuticos e medicinais, agora, com o avanço da técnica e dos saberes pertinentes a esse campo, também pode ser aplicado no esporte. Assim, passou-se a

---

<sup>14</sup> Acerca das relações existentes entre pesquisas acadêmicas no campo biotecnológico e interesses corporativos de laboratórios, consórcios e empresas farmacêuticas, vide Garcia e Martins (2009). Neste artigo os autores exploram as relações entre ciência (produções acadêmicas universitárias), indústrias e interesses econômicos (públicos e privados) a partir da análise das produções científicas em laboratórios de universidades, sobretudo estadunidenses, estabelecendo relações com os interesses e recursos financeiros que as subsidiam.

denominar de doping genético àquelas estratégias de manipulação genética com finalidades de aumento do rendimento esportivo de atletas de alto nível.

No entanto, Dias (op. cit.) também ressalta que grande parte das informações veiculadas sob o nome de doping genético não configura, de fato, tal manipulação. Segundo ele, esse frenesi acerca das possibilidades de alteração genética em desportistas é fruto de interpretações científicas mal formuladas e exploração midiática de temas que despertam curiosidade e alvoroçam o imaginário social. Daí que aquilo que se pode comprovar cientificamente sobre doping genético está muito distante do que é veiculado e disseminado pelo senso comum (DIAS, 2011). Não obstante a esses argumentos, Miah (2008), ao tratar longamente sobre este tema, destaca que há uma série de evidências sobre a possibilidade e impossibilidade do uso do conhecimento genético no melhoramento de atletas, e que tais aplicações podem ocorrer em diferentes níveis de transformações e conhecimentos sobre o humano.

Ao contrário do que afirma Dias (2011), a WADA-AMA compreende que o doping genético é uma realidade – e é este efeito de realidade, e as coisas que são feitas em nome dele, que me interessa discutir aqui. Estudos financiados pela própria Agência apontam possibilidades de realização desse tipo de procedimento através da “transferência de genes”. Esse procedimento implica em transferir determinados tipos de genes de um sujeito para outro, através de um vírus que não faria mal ao sujeito a ser modificado, pois teriam ‘apenas’ a função de carregar e inserir novos genes nos indivíduos alvos de modificação. Assim, destaca a WADA-AMA (2005, p. 4), há experimentos em que se inserem

genes que produzem o fator de crescimento similar ao da insulina 1 (IGF-1), que ajuda os músculos a crescer e a reparar-se a eles mesmos. Os genes, transferidos ao corpo por um vírus inócuo, produzem mais IGF-1 do que aqueles que normalmente o corpo produz, estimulando o crescimento muscular.

A partir dos relatos da própria WADA-AMA talvez se possa dizer que os argumentos de Dias (2011) destoam um pouco das atuais possibilidades biotecnológicas gênicas no esporte apresentadas pela WADA-AMA. Apresentei estas duas posições na direção de exemplificar o quanto, no campo da manipulação genética aplicada ao esporte, há inúmeras

controvérsias quanto às possibilidades, realidades e ficções relacionadas a esse tema. No tocante a essa tese não interessa se tal procedimento de doping genético é realmente comprovável cientificamente ou se de fato existe, mas, sim, como que a WADA-AMA se posiciona frente a tais possibilidades de doping e de que argumentos faz uso para suas regulações, assim como, de que modo produz, ao mesmo tempo em que governa, a emergência de um novo tipo de sujeito atleta.

Frente às revisões até então apresentadas, tocantes aos objetos centrais dessa tese, a saber, esportes, doping e a WADA-AMA, e por fim, as recorrências biotecnológicas contemporâneas, e os modos de leitura que a biotecnologia contemporânea suscita nos mais diversos campos de conhecimento, passo a discutir dois elementos que emergem do emaranhado destas condições: a) os tipos de doping no esporte de alto rendimento, assim como, os modos como são nomeados e regulados; b) e o atleta biotecnológico.

## 2.2 GRADIENTES DE DOPING E DEFINIÇÕES DE FRONTEIRAS

Estamos todos doentes. Vivemos em uma sociedade doente. Todos nós, de alguma ou outra maneira, temos ou teremos algum tipo de doença ou enfermidade, mesmo que ainda não saibamos. Para tanto, urge a necessidade não apenas de nos precavermos e prevenirmos, mas de nos melhorarmos, potencializarmos nossas capacidades, para estarmos sempre atentos e prontos para algo que possa surgir. Dito a partir de Ribeiro (2003), é possível inferir que caso não tenhamos declaradamente uma doença, ou algo a ser eliminado, “zerado”, negado, suprimido, deve haver, sem dúvida, algo a ser melhorado, potencializado, incrementado, adicionado. Desse modo, os investimentos no humano não estão tanto na ordem da “anulação do mal”, como também e principalmente na “potencialização do bem”, na valorização “do mais”.

Cabe destacar que tais inferências somente são possíveis de serem ditas e escritas a partir de um modo de pensar e de ações específicas que foram organizadas e tomaram força

e proporção a partir de meados do século XX (GAUDENZI; ORTEGA, 2012; FOUCAULT, 2010; ROSE, 2013). Isto não significa necessariamente que ao longo da história indivíduos não tenham adoecido, e tampouco, que, de fato, todos os seres humanos estejam doentes. Indica, sim, que a partir de determinado momento histórico (meados do século passado) os modos de vida do homem, incluindo sua existência, foram apropriados pelos saberes, técnicas, intervenções, aparatos e linguagem de ordem médica. Tal apropriação teve como efeito e finalidade compreender, regular, descrever, discriminar, abarcar e cooptar corpos e saúde em prol de uma economia social. A esse fenômeno uma série de autores se refere como medicalização (FOUCAULT, 2010; GAUDENZI; ORTEGA, 2012; POLI NETO; CAPONI, 2007; ROSE, 2013).

Os processos de medicalização social que incidem sobre indivíduos e sociedade trazem inúmeros efeitos. Dentre esses, é produtivo enumerar aqui aqueles que se referem ao uso de medicamentos (POLI NETO; CAPONI, 2007). Para Poli Neto e Caponi (2007, p. 572) o termo medicalização pode ser usado para se referir, além da definição aqui já aludida, a uma gama de ações vinculadas à medicina, tais como “ampliação da jurisdição médica na sociedade, aumento do número de médicos e de empresas médicas, maior dependência da população de serviços médicos ou de medicamentos, entre outros”. Particularmente interessa, aqui, discutir as questões que envolvem, sobretudo, os usos de medicamentos/drogas – sejam elas licitas ou não –, e as tecnologias vinculadas aos medicamentos e às drogas (produção, fabricação, mascaramento), na medida em que o doping tradicionalmente tem sido analisado a partir desta perspectiva. Desse modo, é possível inferir que o plano de investimentos de medicamentos ou drogas no esporte parece ser contemporâneo ao da sociedade de modo geral, na medida em que o uso ou aplicação de determinadas drogas, medicamentos ou fármacos pode migrar do locus esportivo para o plano social, e vice-versa. Não obstante a isso, Miah (2006) destaca que a arena esportiva é um lugar privilegiado para a convergência de aplicações tecnológicas, nas quais o uso de drogas e medicamentos são apenas alguns de seus desdobramentos. Assim, os que “trabalham no campo dos esportes”, destaca Rose (2013, p. 39), “ficam apreensivos quanto ao uso de tecnologias de aprimoramento – desde remédios até potencial manipulação genética – a fim de estimular artificialmente o desempenho”.

Na esteira dos processos medicalizantes da vida Rose (2013) solicita que suponhamos que remédios destinados a tratar o mal de Alzheimer “possam estar a ponto de abrir o

caminho a toda uma série de fármacos para incrementar a memória, a inteligência, a concentração e coisas semelhantes” (ROSE, 2013, p. 39). Acerca dessas possibilidades Couto (2009) destaca a emergente medicalização dos corpos na busca de uma vida feliz, recorrendo a inúmeros exemplos para ilustrar a medicalização não apenas da sociedade e dos indivíduos de modo geral, mas de nossos desejos, angustias, anseios, aspirações, excitações, e conclui: “a dopagem é apenas uma manifestação da cultura hiperconsumidora que acha por bem medicalizar os hábitos da vida” (COUTO, 2009, p. 52).

Portanto, as condições sociais atuais, análogas à arena do campo esportivo, estão sob a condição cada vez maior das possibilidades de incremento das potencialidades humanas pelo uso de fármacos, drogas e genéricos. Tais incrementos são de diversas ordens, desde aqueles limitados ao plano “molar” dos corpos quanto àqueles que atuam no plano “molecular”. Por “molaridade” e “molecularidade” Rose (2013) compreende formas e estilos de pensamento da biomedicina em relação à vida. Por um lado a “molaridade” é compreendida enquanto uma maneira de conceber e intervir na vida no nível da aparente ordem vital humana, delineada por aquilo que é visível e tangenciável a “olho nu”, vida que expressa, e é assegurada por, um conjunto de órgãos, tecidos, sistemas e, em alguns casos, até mesmo acoplamentos nos corpos dos seres humanos (tal como a já discutida figura do ciborgue). Por outro lado, a “molecularização”, tomada como um modo de pensamento distinto daquele que opera no nível “molar”, “considera a vida no nível molecular como uma série de mecanismos vitais inteligentes entre entidades moleculares que podem ser identificadas, isoladas, manipuladas, mobilizadas, recombinadas em novas práticas de intervenção”, e que escapam as formas molares de compreensão e de possibilidades de intervenção na vida (ROSE, 2013, p. 19). Lidar com esses diferentes recursos de aprimoramento da performance esportiva, seja no âmbito “molar” ou “molecular”, regulando-os, classificando-os e permitindo o uso de uns e não de outros, é tarefa da WADA-AMA no controle sobre o doping no esporte. E é a partir dessas reflexões que os tensionamentos seguintes foram organizados.

O doping para a WADA-AMA, conforme já mencionado, é o uso de toda e qualquer tecnologia, método ou substância listada como proibida no Código Mundial Antidoping. Não se constitui como objetivo deste estudo debater as questões éticas no âmbito das definições destes critérios, pois importantes estudos já foram realizados sobre o tema (vide TAVARES 2002, 2006; MIAH, 2006, 2008; RAMIREZ; RIBEIRO, 2005). No entanto, cabe discutir as

frágeis fronteiras destas definições, na medida em que o uso de algumas tecnologias ou substâncias implica em diferentes formas de sujeição dos atletas.

No tocante aos incrementos utilizados para aumento do desempenho esportivo, Miah (2006) questiona o fato de nem todos os casos de aprimoramento esportivo ser contemplados no Código Mundial Antidoping. O autor alude, por exemplo, que no momento em que novos elementos, tecnologias ou equipamentos são postos em circulação na arena esportiva com vistas ao aumento de desempenho dos atletas, estes são levados para serem analisados, em primeira instância, pelas respectivas federações esportivas de cada modalidade, tendo o Código Mundial Antidoping como referência. No entanto, caso haja dúvida por parte da federação esportiva que analisa o caso, daí então o assunto é levado para discussão no âmbito da WADA-AMA. Portanto, nem todo processo de regulação do doping é simples ou fácil de ser resolvido, sendo que nem todo aprimoramento tecnológico está previsto ou está ao alcance das determinações da WADA-AMA.

Em outro estudo, Miah (2008, p. 28) argumenta que condenar determinadas aplicações tecnológicas antes mesmo de discuti-las no cenário acadêmico e científico internacional, analisando seus reais benefícios e malefícios aos atletas e ao esporte, rejeitando-as de antemão, “limita a maneira como as novas melhoras provenientes da tecnologia podem ser vistas”. Desse modo, destaca o autor, há que se discutir com mais cautela e profundidade aquilo que será denominado como doping, especialmente na direção de uma diferenciação daquilo que é julgado doping para aquilo que é apenas um melhoramento da performance humana no esporte. Assim, ao invés de taxar todo e qualquer melhoramento do desempenho humano, inicialmente e de antemão, como doping ou algo proibido, é preciso debater as bases em que tais restrições se assentam. Esta retórica da proibição é também referida por Rose (2013, p. 14) quando ele destaca as emergentes condições de vida que se apresentam à humanidade, considerando que em tal contexto, de aparente ‘desordem’ dos saberes e formas de vida até então experimentadas, “muitos estabeleceram comitês e comissões para tratar a aparentemente inevitável demanda que tais possibilidades parecem ter gerado – [reiterando] que uma ‘linha precisa ser desenhada’ entre o permitido, o regulado e o proibido”.

É nesse sentido que Miah (2008) ressalta a necessidade de se questionar o uso do termo doping, a fim de distinguir o que deve ser considerado trapaça e o que deve ser considerado melhoramento no esporte. Aliás, existem inúmeras formas de melhoramento



da performance esportiva que não são contemplados, tal como referido anteriormente, pelo Código Mundial Antidoping, e que não passam necessariamente pelo uso de “drogas para a modificação do desempenho, tal como a tecnologia esportiva ou avanços da engenharia” (MIAH, 2008, p. 31). Estas dificuldades de nomeação, definição e, conseqüentemente, regulação em torno das políticas antidoping no tocante às situações hodiernas de aprimoramento da performance humana geram problemas que, conforme Miah (2008), podem ser separados em dois escopos distintos: a) drogas e métodos atuais que ainda não foram suficientemente debatidos, regulados ou averiguados acerca da confiabilidade de detecção no âmbito científico e pela própria WADA-AMA; b) e práticas, métodos e substâncias do “futuro”, as quais já existem condições de permitirem sua ocorrência mas que ainda não se tem notícia de sua efetiva aplicação. Ambas as situações incorrem em trazer dificuldades nas delimitações e regulações quanto ao doping. Um exemplo sobre tais dificuldades, no plano das substâncias e métodos já existentes e conhecidos, se refere ao uso de hormônios. Não apenas se tem registros das testagens antidoping nos usos dos hormônios da eritropoietina (EPO) e do crescimento (hGH), como se sabe que tais testagens não funcionam em cem por cento dos casos dos atletas que, porventura, as usem, embora já, há mais de dez anos, se tenha registros de seus usos crescentes nos atletas de alto rendimento (MAH, 2008).

No caso das intituladas substâncias do “futuro”, ou seja, aquelas substâncias, terapias ou métodos que se tem conhecimento da existência de condições tecnológicas para sua realização e produção, mas que ainda não se tem confirmação de sua utilização é possível citar, a partir dos estudos de Ramirez e Ribeiro (2005), os genes fortemente candidatos a serem desenvolvidos no âmbito do doping genético. Dentre os principais genes a serem desenvolvidos no escopo do melhoramento humano através de terapias genéticas Ramirez e Ribeiro (2005) citam a eritropoietina (EPO), o fator de crescimento 1 (IGF-1), a miostatina (GDF-8), o fator de crescimento vascular (VEGF), a leptina (LEP) e o gene codificador de endorfina. Desse modo, as dificuldades quanto à regulação e controle dos usos desses métodos ou substâncias são diretamente proporcionais às possibilidades de detecção, reconhecimento e até mesmo classificação dos usos destas tecnologias no esporte. Além do mais, Dine (2003, apud RAMIREZ; RIBEIRO, 2005) destaca que a própria eritropoietina e os hormônios de crescimento, atualmente tomados enquanto medicamentos e produtos fabricados no campo da química e da bioquímica, já são produzidos pela engenharia

genética há tempos, na medida em que se valem das técnicas e conhecimentos gênicos para sua fabricação, constituindo-se, assim, como um primeiro passo na direção do doping genético.

Além do mais, existe uma série de outros métodos que não foram regulados pela WADA-AMA, mas que são usados por atletas para aprimorarem sua performance esportiva, tornando-os otimizados. Um desses exemplos são as câmaras de altitude, ou hipobáricas, que procuram aumentar a capacidade de resistência da performance atlética simulando diferentes níveis de altitude e, portanto, de pressão atmosférica. Inicialmente, elas foram usadas para adaptação de atletas que disputam eventos esportivos em regiões com diferenças de altitude, porém, na atualidade, tem sido usadas como forma de treinamento. Tal método não é considerado doping pela WADA-AMA, mesmo que de forma ‘artificial’ aumente a performance esportiva (MIAH, 2008). Outros exemplos que se inserem nesse escopo de discussão, a saber, as tecnologias contemporâneas que operam na direção de aumentar a performance e as formas de regulação pela WADA-AMA, incluem também outros métodos ou procedimentos. Miah (2006) destaca que os sistemas de tecnologias no esporte podem ser divididos segundo os modos pelos quais entendem a tecnologia: 1) as tecnologias que permitem o esporte acontecer (como, por exemplo, o motor e o carro, como na Fórmula 1); 2) as tecnologias de segurança (capacetes de plástico e de fibra de vidro, no futebol americano, ou tênis apropriados para provas de corrida em meio à natureza); 3) tecnologias para melhoria de movimentos (como as roupas de natação, ciclismo ou pesca esportiva); 4) ou, ainda, tecnologias de materiais que melhoram o desempenho (arcos de fibra de carbono, vara para salto em altura com fibras, etc.). Desse modo, existe um sem número de materiais e procedimentos que podem melhorar a performance para além daquilo que seria considerado o “natural” de um atleta. Miah (2006, 2008) argumenta que é necessário, antes de elaborar mecanismos regulatórios, abrir espaço para o debate acerca desses aprimoramentos humanos, pois o tipo de justificativa para o doping baseada “em conceitos como *naturalidade*, *essência*, etc., é precisamente o tipo de perspectiva que tem provado ser insuficiente para assegurar uma avaliação ética rigorosa dos modificadores de desempenho” (MIAH, 2008, p. 69, destaques do autor).

Uma das prerrogativas para que coloquemos tais questionamentos nas agendas de discussões acerca do doping no esporte se baseia no pressuposto de que a “genética e outras tecnologias emergentes apresentarão desafios [ainda] maiores (ou talvez

insuperáveis) para a política de doping no esporte do que outras formas de modificação têm apresentado até agora” (MIAH, 2008, p. 69; RAMIREZ; RIBEIRO, 2005). Não obstante, na tentativa de compreender o incipiente doping genético à época, a WADA-AMA, junto com o instituto de pesquisa e educação *Laboratório Cold Spring Harbor*, no *Banbury Centre*, em Nova Iorque, organizou um workshop sobre genética, com a presença de cerca de 40 experts dos campos de doping, medicina esportiva e genética, tendo como objetivo discutir a importância do potencial dano da tecnologia de terapia gênica para o aumento do aprimoramento da performance física (WADA-AMA, 2002, n. 1, p. 12). Uma das conclusões da conferência de Banbury foi de que o doping genético é tão antiético quanto qualquer outra forma de doping e que o uso da transferência genética para o aumento da performance parece ser um sintoma da geração atual de esportistas (WADA-AMA, 2002, n.2, p. 19). Nesse interim, cabe destacar, as discussões acerca do doping genético giram em torno, por um lado, tanto dos danos e malefícios à saúde dos atletas que possam se submeter às terapias genéticas quanto, por outro, à própria ética do esporte e àquelas prerrogativas situadas no chamado ‘espírito olímpico’. Portanto, há, aqui, duas grandes frentes acerca da proibição das tecnologias gênicas no aprimoramento das capacidades atléticas: as questões de saúde e as questões políticas envolvidas numa determinada ética esportiva moderna. Ramirez e Ribeiro (2005) são contundentes ao afirmar que danos à saúde não são elementos constitutivos daquilo que é considerado doping, mas, no entanto, servem de pressuposto para uma regulação dos métodos e substâncias consideradas doping. Ou seja: os danos à saúde são decorrências do uso do doping, mas não o constituem. Desse modo, sugerem os autores, os argumentos referentes à saúde como mecanismos reguladores do doping são frágeis, se comparados aos argumentos relativos aos princípios olímpicos, e concluem referindo que a carta olímpica, baseada em pressupostos éticos e morais do esporte é que deveria ser o guia de orientação das políticas do doping, e não os aspectos relacionados à saúde.

Entretanto, ainda sobre os resultados da referida conferência de *Banbury*, a WADA-AMA comprometeu-se de desenvolver pesquisas que possam incluir a detecção das transferências genéticas e seus efeitos na arena esportiva, assim como, “uma linguagem proibitória do uso das tecnologias de transferência genética no aprimoramento da performance atlética a ser incluída no Código Mundial Antidoping” (WADA-AMA, 2002, n.2, p. 19). No entanto, tal tarefa parecia (e ainda parece) ser distante de se alcançar, na medida

em que se “reconhece a necessidade da continuidade de desenvolvimento e refinamento dos métodos que permitirão a detecção dos agravos e danos das tecnologias de transferência genética no esporte” (WADA-AMA, 2002, n.2, p. 19). Mesmo frente a estas dificuldades referente as detecções e efeitos do doping genético, a WADA-AMA se posiciona de forma veemente contra seu uso, argumentando que os danos à saúde e a vida dos atletas podem ser altos, “pois se tem informações de alguns casos de câncer, como a leucemia, em pacientes que [em casos clínicos de terapia gênica] experimentaram a transferências de genes” (WADA-AMA, 2004, n. 3, p. 4).

Miah (2008), Dias (2011), Ramirez e Ribeiro (2005) e a própria WADA-AMA (2004, n.3) apontam para o fato de não haver método de detecção confiável sobre as manipulações e terapias que podem acarretar o doping genético, sendo “largamente conhecido que a biópsia muscular pode ser o único meio de detectar algumas formas de manipulação genética no esporte, o que seria um desafio significativo para a política *antidoping*, dada a invasão de tal processo” (MIAH, 2008, p. 66). Desse modo, para haver testes de detecção de doping genético, seria necessário consentimento por parte do atleta para a invasão em seu corpo e retirada de tecidos para averiguação posterior acerca do uso ou não das tecnologias gênicas. E mesmo assim, tal averiguação não possui grande confiabilidade dado os mais diversos tipos de interferência que podem ocorrer nos corpos dos atletas e nas testagens.

Além do mais, o conhecimento genético pode favorecer o desempenho esportivo de diversas maneiras, seja por terapia gênica, transferência de genes, ingestão de substâncias geneticamente modificadas, manipulação de genes ou, ainda, uma forma de intervenção que não se caracterize diretamente como doping, mas faz uso desses saberes, a seleção de atletas a partir do saberes e mapeamento genéticos. Não caberia aqui uma discussão aprofundada sobre os diferentes métodos de uso da engenharia genética no esporte, no entanto, cabe destacar que Munthe (2000 *apud* MIAH, 2008) agrupa os métodos antes aludidos em quatro categorias: criação de drogas geneticamente mais eficientes; modificação de células não hereditárias (tecido muscular, por exemplo); modificação de células hereditárias (por exemplo, células tronco – antes mesmo do ser humano vir a nascer); e, por fim, a pré-seleção genética (escolha de atletas a partir de informações genéticas, como genótipo e biótipo compatível com determinada modalidade). De modo semelhante a isto Pilotto (2010) descreveu e analisou os tipos específicos de corpos de atletas concebidos para cada modalidade esportiva. No entanto, é importante frisar, as

análises realizadas e os resultados produzidos no estudo de Pilotto (2010) indicam os tipos de corpos relacionados às modalidades esportivas específicas a partir de um “estilo de pensamento molar”, para me valer do pensamento de Rose (2013), e não “molecular”, que é aquele que parece operar no desdobramento do conhecimento genético na seleção de atletas aqui aludido.

Acerca desse último tópico, a saber, a seleção de atletas a partir dos saberes e técnicas genéticas, Goellner e Silva (2007, 2012) apontam para aquilo que eles denominam de emergência de uma nova forma de eugenismo, no qual a arena esportiva aparece como um lugar privilegiado para essas reflexões. Os autores exploram essa ideia a partir do argumento de que “se na eugenia a centralidade era ocupada pelos corpos hereditariamente bem-nascidos, na neoeugenia isso já não faz tanto sentido, sobretudo porque carrega o desejo de superação pela biotecnologia” (GOELLNER; SILVA, 2012, p. 197). E continuam os autores: “São justamente os investimentos nos corpos deficientes que se tornam elementos fundantes dessa neoeugenia” (idem, *ibidem*). Por deficientes, em nota, os autores se referem a todo e qualquer ser humano que não atingiu seu grau máximo de eficiência. Acrescentaria aqui, além desse argumento, que são humanos que não atingiram não apenas o máximo de sua eficiência, mas não atingiram a eficiência que gostariam de atingir, na medida em que a eficiência máxima não é mais determinada pela base ‘natural’, mas, sim, nas condições biotecnológicas hodiernas, por aquilo que o ser humano gostaria de ter/ser, tal como um cliente. Desse modo, haveria diferentes nuances entre uma nova eugenia e aquilo que Rose (2013) entende como cultura somática, em que os seres humanos e(m) seus corpos operam numa lógica de mercado, pautada por escolhas individuais nas alterações que gostariam de fazer sobre si mesmos.

Acerca dos potenciais métodos de aprimoramento da performance humana através do conhecimento genético, foi somente em setembro de 2002 que a WADA-AMA incluiu, pela primeira vez, referências ao doping genético na lista de substâncias proibidas. Assim, a referência a este tipo de dopagem foi descrita e definida como “o uso não terapêutico de genes, elementos genéticos e/ou células que tem a capacidade de aprimorar a performance atlética” (WADA-AMA, 2002, n. 3, p. 9).

Ressalto novamente que o conhecimento genético e a engenharia genética possibilitam uma série de intervenções na otimização da performance esportiva que não apenas esses destacados pela WADA-AMA. Um exemplo da dificuldade de controle das aplicações desses saberes pode ser relatado a partir da descoberta do gene DREAM (*downstream regulatory element antagonist modulator*). Esse gene “sintetiza uma proteína que suprime a produção da dinorfina, produzida em resposta à dor ou ansiedade” (MIAH, 2008, p. 88). A possibilidade de sintetizar artificialmente esse gene não implica em aprimoramento ou aumento da performance, mas em diminuição da dor ou ansiedade. Desse modo, essa aplicação não opera na lógica “do mais” (o que normalmente é usado como critério para a construção de argumentos contrários ao uso de técnicas gênicas), mas opera na lógica “do menos”, na medida em que diminui a dor. Aqui, não há um incremento do rendimento, mas a diminuição de um possível entrave ao rendimento. Se retomarmos o excerto anterior da WADA-AMA acerca do uso das tecnologias genéticas, no qual afirma a proibição do uso das técnicas e saberes genéticos que possuem “a capacidade de aprimorar a performance atlética” (WADA-AMA, 2002, n. 3, p. 9), perceberemos que o uso do gene DREAM parece não incorrer nessas proibições. Além do mais, não caberia a esse gene entrar no escopo proibitivo porque uma série de outros fármacos, inclusive comercializados normalmente em farmácias e até mesmo em supermercados, também possuem a capacidade de eliminar e/ou diminuir a dor. A única diferença entre esses fármacos tradicionais e o gene DREAM é a tecnologia envolvida em suas fabricações. No entanto, tais critérios de inclusão e/ou exclusão não são abordados pela WADA-AMA.

Na já referida conferência sobre doping genético, promovida pela WADA-AMA, no *Banbury Centre*, em Nova Iorque, no ano de 2002, uma das conclusões gerais foi a necessidade de distinção entre terapia gênica e aprimoramento gênico, através de discussões públicas sobre o tema e da necessidade de desenvolvimento de modelos sociais e de políticas de regulação, antes que venham a ocorrer abusos vinculados ao uso não autorizado destes mecanismos, e não apenas depois que ocorrerem, pois podem resultar em ‘efeitos colaterais’ indesejáveis.

Existem exemplos abundantes sobre os ‘efeitos colaterais’ negativos das terapias gênicas aplicadas em casos clínicos, advindos de algumas das ocasiões em que se autorizou a

realização de tais experimentações (RAMIREZ; RIBEIRO, 2005; FAGOT-LARGEAULT, 2004; WADA-AMA, 2004, n. 3). Assim, como também há casos bem sucedidos (RAMIREZ; RIBEIRO, 2005; FAGOT-LARGEAULT, 2004). Murray, *expert* em bioética, em entrevista à *Play True* (WADA-AMA, 2004, n.3) ressalta casos em que a terapia gênica foi aplicada em onze crianças com vistas à melhora de uma patologia (imunodeficiência grave combinada ligada ao X, ou, X-SCID), mas que, ao longo do tempo, levou a maioria delas a desenvolver leucemia. Fagot-Largeault (2004), por sua vez, destaca casos em que a tecnologia gênica foi aplicada na reprodução assistida, havendo também efeitos colaterais. Por fim, Ramirez e Ribeiro (2005, p.11) relatam a “morte de um adolescente que participava de um protocolo para Deficiência da Ornitina Transcarboxilase, em 1999”, resultante de uma resposta imunológica do organismo ao vetor injetado no corpo do adolescente. Mesmo diante destes casos negativos de terapia gênica, é possível também indicar situações em que este tipo de terapia ocorreu positivamente, como no mesmo caso citado por Murray (WADA-AMA, 2004, n.3), em que nem todas as crianças submetidas à terapia genética desenvolveram leucemia, sendo que algumas tiveram êxito no procedimento. Desse modo, é possível inferir que “a reposição de um gene defeituoso ou ausente, ou o bloqueio gênico da síntese de uma proteína em uma pessoa submetida à terapia gênica oferece tantos benefícios que eventuais efeitos colaterais” podem ser considerados insignificantes (RAMIREZ; RIBEIRO, 2004, p. 13).

Tais discussões reiteram o caráter conflitivo do uso das terapias genéticas tanto na sociedade de modo geral como no esporte especificamente, sendo ainda bastante incipiente a tentativa de seus usos na modificação das características esportivas para o aumento do desempenho em atletas de alto rendimento. No entanto, mesmo ainda incipientes, eles povoam o pensamento social e científico relativo ao esporte, e são alvo de uma série de investimentos que buscam conhecer, classificar e caracterizar seus possíveis usos e aplicações.

O doping genético é compreendido, portanto, como qualquer outro tipo de doping convencional, e, desse modo, é proibido, mesmo que ainda não se tenha vasto conhecimento acerca de sua aplicação e detecção. Entrementes, mesmo sendo considerada uma forma de dopagem como qualquer outra, sabe-se que a tecnologia envolvida em sua aplicação é da ordem das mais altas especialidades científicas, na medida em que a terapia

gênica aplicada ao esporte, no aumento das potencialidades esportivas, “é um procedimento altamente experimental realizado por pouquíssimos centros clínicos e de investigação no mundo” (WADA-AMA, 2004, n. 3), o que lhe confere um caráter completamente diferenciado das outras formas de incremento do desempenho de atletas.

É possível considerar, a partir do exposto, que há diferentes gradientes e limiares acerca do aumento do desempenho esportivo, assim como distintos modos como tais incrementos podem ser considerados doping pela WADA-AMA. Por um lado, existe o argumento de que é considerado doping aquilo que é listado como proibido no Código Mundial Antidoping e nas listas de substâncias proibidas, o que confere a esse posicionamento um caráter heurístico. Por outro lado, contudo, quando explorados os diferentes argumentos e, principalmente, situações relacionadas ao doping esportivo, percebe-se o quão difícil é determinar os critérios de proibição. Diferentes tecnologias utilizadas no aumento do desempenho humano no esporte são analisadas de formas distintas em referência ao doping, como, por exemplo, suplementos alimentares, ingestão de anabolizantes, uso de psicotrópicos, agentes mascaradores, terapia genética e outros. O que está em pauta, aqui, é a difícil definição dos critérios sobre doping, em que alguns procedimentos ou substâncias passam a compor o rol de elementos proibidos mesmo que tenham uma influência menor ou mesmo nenhuma no desempenho esportivo, sendo arbitrariamente classificados a partir de argumentos como saúde, moral, equidade, justiça, etc. Tais discussões ressaltam o caráter conflitivo e contraditório acerca das definições sobre o doping – e foi a esses processos que denominei gradientes e limiares.

Entretanto, dentre as distintas tecnologias envolvidas na melhoria da performance esportiva, algumas são notadamente mais importantes para esse estudo, na medida em que interferem diretamente na configuração de novas subjetividades vinculadas às biotecnologias. É, então, na esteira das emergentes tecnologias sobre a vida que novos tipos de atletas podem ser fabricados: são aqueles novos sujeitos esportivos, que analiso e nomeio aqui como atletas biotecnológicos.



### 2.3 O ATLETA BIOTECNOLÓGICO

Obviamente, os humanos, na maior parte dos lugares e tempos que se tenha o cuidado de investigar, tentaram incrementar seus si-mesmos corporais usando oração, meditação, dieta, fórmulas encantatórias, exercícios físicos e espirituais, e muito mais para aumentar sua saúde, fertilidade, *proezas esportivas*, longevidade, acuidade, e quase o tudo mais [ . . .]. O que é novo, pois, não é nem a vontade de desenvolver nem o desenvolvimento em si mesmo (ROSE, 2013, p.36, *grifos meus*).

Sloterdijk (2006), em Conferência proferida na Universidade de Harvard, discutiu o “apocalipse do homem” moderno a partir das tecnologias da vida que hoje se apresentam, ou, dito a partir de suas palavras, “o Ser está desaparecendo sob uma profusão de bases epistemológicas” (p.2). Para o autor, o atual estado de desenvolvimento da cultura tecnológica está “produzindo um novo estado de agregação da linguagem e da escritura, estado que tem pouco em comum com as interpretações tradicionais por parte da religião, da metafísica e do humanismo” (SLOTERDIJK, 2006, p.2). Assim, a era dos “códigos digitais e das transcrições genéticas” tem imposto ao ser humano uma condição que não está mais posta plano da transmissão/assimilação de conhecimentos do exterior para o interior humano, numa relação de apropriação e incorporação de saberes tradicionalmente concebidos numa relação dualista, mas está marcada e organizada num plano de hibridação entre exterior e interior, numa configuração completamente diferente daquela até então experimentada pelo ser humano em sociedade (SLOTERDIJK, 2006).

Retomando, então, um dos pressupostos apresentados no primeiro capítulo, a saber, a concepção de sujeito assumida nesse estudo, é possível inferir que as condições culturais hodiernas aludidas por Sloterdijk (2006) possibilitam novas formas de sujeição, criam lugares emergentes de sujeito, as quais constituem ou atravessam, de modo concomitante, os esportes de alto rendimento. No limite, elas oferecem novas possibilidades de ser sujeitos atletas.

Poderíamos pensar, tomando como referência as possibilidades de sujeição contemporâneas, marcadas por pressupostos que não transitam mais apenas em classificações de pares opostos, mas operam para além destes, como sugere Sloterdijk (2006), em terceiras e mais vias de classificação de sujeitos, que o esporte olímpico concebe os atletas a partir de um pensamento dualístico<sup>15</sup>: de um lado, os atletas tidos como normais, sem deficiências e, de outro, os atletas tidos como deficientes, ou seja, os paralímpicos. Além disto, o pensamento dualístico ainda permanece quando se analisa somente os atletas paralímpicos, pois se entende que os mesmos são formados por acoplamentos de objetos em seus corpos, a fim de sanar suas deficiências.

Nesta direção, como uma terceira via, em oposição, a esse frequente dualismo entre os atletas, poder-se-ia inserir os atletas biotecnológicos. Esses não se configuram por acoplamentos de objetos exteriores, mas pelo fato de se criar “objetos-sujeitos” como fruto da junção de diferentes porções biológicas a um corpo, resultando, assim, num ser orgânico (híbrido) que não pertence a nenhuma categoria promulgada pelo esporte olímpico. Esta seria a “síntese do homem com a máquina, do natural com o artificial. É a coexistência ou justaposição desses elementos até então considerados incompatíveis ou conceitualmente ilegítimos” (COUTO, 2001, p. 94).

O modo de compreender o mundo desenvolvido a partir das lógicas racionais deste período influenciou diferentes campos de saber que, a partir desta racionalidade, buscaram analisar os mais diversos acontecimentos sociais. O modo de compreensão e estruturação dos atletas em pares opostos, a saber, atleta normal e deficiente, também tem suas bases nesta maneira específica de pensar: moderna, dualística e binária. No entanto, em oposição a essa concepção dualística, é possível destacar o surgimento de “novos tipos de limites (se ainda podemos chamá-los de limites) que rompem os dualismos modernos entre o eu e o outro, idealismo e materialismo, mente e corpo, humano e animal” (COUTO, 2001, p.13).

Tal deslocamento de compreensão é promovido, entre outros campos de conhecimento, pelo pós-estruturalismo. Para o movimento de pensamento ou atitude

---

<sup>15</sup> O dualismo é uma maneira de pensar originada e originária da modernidade, na qual se concebe o mundo e o ser humano a partir da separação e oposição das coisas – incluindo aqui conceitos, sistemas de pensamentos, objetos – em pares opostos (FAUSTO-STERLING, 2001/2)

convencionada de pós-estruturalismo<sup>16</sup> a linguagem adquire maior centralidade enquanto meio de produção de significados e, de certa forma, é radicalizada em relação à concepção desenvolvida nos trabalhos estruturalistas (SILVA, 1999). A linguagem, então, não apenas atua na significação das coisas e de seus significados – tampouco é entendida como descritora dos eventos materiais – porém, antes disso, “o processo de significação continua central, mas a fixidez do significado que é, de certa forma, suposta no estruturalismo, se transforma no pós-estruturalismo em fluidez, indeterminação e incerteza” (SILVA, 1999, p. 119).

Na ótica pós-estruturalista, os significados produzidos pelos processos de significação ocorridos através das linguagens não são nunca fixados, esgotados e finalizados, há sempre uma falta, uma incompletude, uma brecha, uma fenda que se abre ininterruptamente nas relações de produção de sentido das coisas. No pós-estruturalismo a linguagem é concebida como antifundacional, ou seja, não existe nenhum elemento, essência, organização ou estrutura “de qualquer tipo, que possa garantir a validade ou a estabilidade de qualquer sistema de pensamento” (GUTTING, 1998, *apud*, PETERS, 2000, p. 39). Este modo de pensar proporciona, igualmente, uma maneira diferente de se conceber os atletas contemporâneos, que supera e transcende a lógica binária moderna que caracteriza os esportistas em atletas normais ou deficientes. O modo de pensar pós-estruturalista auxilia a compreensão e inclusão de outras possibilidades de sujeitos atletas, sejam esses ciborgues, híbridos, transhumanos, otimizados, ou outros modos que possam vir a assumir com o tempo.

Pistorius, o caso emblema que abre este estudo, é um típico representante do momento atual de esportistas de alto nível. O binarismo linguístico moderno, assentado no dualismo, não consegue dar conta de explicar Pistorius. Outros exemplos também são emblemáticos desse tipo de situação, como o caso da corredora espanhola Maria Patiño,

---

<sup>16</sup> É preciso destacar que não estou entendendo, neste estudo, o pós-estruturalismo como sinônimo a pós-modernidade. Embora haja frequentemente confusões acerca dessas abordagens teóricas – mesmo que algumas vezes haja sobreposições entre elas - o pós-estruturalismo distingue-se da pós-modernidade principalmente a partir dos objetivos teóricos e dos campos e condições históricas de emergência de cada um desses movimentos epistemológicos. Não é meu propósito discutir as semelhanças e diferenças entre eles, mas ressaltar que tenho conhecimento da distinção entre estas correntes de pensamentos. É importante ainda destacar que o próprio termo pós-estruturalismo é questionável, sendo este “movimento de pensamento” muitas vezes concebido por outros termos que procuram enfatizar, de maneira geral, um afastamento ou mesmo um deslocamento relacionado aos princípios teóricos do estruturalismo francês das décadas de 50 e 60 do século XX (PETERS, 2000).

impedida de competir por seu país na Olimpíada de Seul por ter realizado um exame que apontou a síndrome de insensibilidade ao andrógeno. Tal síndrome caracteriza a atleta como portadora de cromossomo Y, e acarreta a ausência de ovários e útero, além de pequenos testículos entre os lábios vaginais (FAUSTO-STERLING, 2001/2). Tal caso explicita a fragilidade dos critérios utilizados para determinar o sexo dos esportistas em eventos internacionais.

Os modos de organização do mundo a partir dos dualismos tradicionais, tais como cultura/natureza, sujeito/objeto, corpo/alma, espírito/matéria, não podem mais ser usados para configurar um novo tipo de sujeito emergente, a saber, um sujeito híbrido, com capacidade de fazer a si mesmo de maneira diferente daquela 'naturalmente dada'. Assim, a separação e a relação entre natureza e cultura na constituição do Ser deixam de ser o ponto de análise das construções das subjetividades. O ponto das análises passa a ser a hibridação do próprio ser enquanto fabricante de si e do mundo, naquilo que construiu enquanto conhecimento para compreender e construir as coisas ao seu redor e a si mesmo, como por exemplo, os "princípios de informação" (SLOTERDIJK, 2006). Os "princípios de informação" citados pelo autor se referem aos sistemas, culturas, recordações, inteligências artificiais que atuam na organização do mundo e na maneira como nos entendemos nele. Organizam-se como se houvesse não mais uma distinção entre corpo e pensamento ou matéria e informação, mas uma organização que é da ordem da "matéria informada". Como ele bem exemplifica, "a afirmação 'há genes' só pode ser entendida como o produto de uma situação nova: mostra a transferência exitosa do princípio da informação para a esfera da natureza" (SLOTERDIJK, 2006, p. 8).

Para Sloterdijk (2006), os "princípios de informação" estão na base do conhecimento contemporâneo, pois transitam entre os pensamentos e as coisas, atravessam transversalmente o que antes era um 'par' (dualismo) de polo a polo (binarismo), agindo como um terceiro valor ou vetor, como outra rota ou alternativa para compreender e produzir o mundo e os sujeitos. Desse modo, ao colocar em xeque as concepções tradicionais, o autor procura fundir as categorias tradicionalmente usadas pelos sujeitos para compreender o mundo e a si mesmos. Na mesma direção Fagot-Largeault (2004) indica que as questões contemporâneas de subjetividade no estão mais na incorporação mecânica

de peças nos corpos humanos, tal como a robótica – o que a autora chama de mecanização – , mas na intelectualização do corpo e do humano, a partir de princípios informativos sobre o mesmo.

A partir dessas recorrências muitos questionamentos podem ser realizados levando em consideração as novas configurações de ser humano e atletas, principalmente quando as articulamos com os efeitos das biotecnologias.

Machado e Silva (2008, p. 175) chama a atenção para a compreensão do ser humano no âmbito da biotecnologia. Para a autora, “na biotecnologia, a categoria humano se expressa na sua identificação como ‘ser vivo’, como no projeto genoma humano, nas técnicas de fertilização *in vitro*, nas reparações clínicas e estéticas” e outros. Segundo ela, esta concepção de ser vivo é diferente da concepção de organismo vivo ou ser humano. Quando se refere a organismo vivo argumenta que tal termo remete a todo e qualquer organismo vivo despossuído de subjetividade. A categoria ser humano, por sua vez, remete a um ser oriundo da concepção moderna de sociedade, fabricado pela natureza e alterado pela cultura. Na categoria ‘ser vivo’ o ‘humano-vivo’ se torna um tipo de sujeito múltiplo, manipulável, assimétrico, flexível, sem limites.

A fundição das categorias dualísticas citada por Sloterdijk (2006) ganha força nos argumentos de Sibilia (2002). Para a autora, ao analisarmos as alterações promovidas pela biotecnologia através de recorrências contemporâneas percebemos, claramente, a “intenção de superar a condição humana, as falências do corpo orgânico, os limites espaciais e temporais ligados à sua materialidade. Em síntese: busca-se transcender a humanidade” (SIBILIA, 2002, p. 87). E o campo em que a busca da transcendência do humano ou da fundição das categorias dualísticas tradicionais se revela mais promissor e espetacular é o das tecnologias gênicas (SLOTERDIJK, 2002). Esse campo abre possibilidades e condições de manipulação do homem por si mesmo, a partir de uma série de interferências artificiais, isso porque a biotecnologia gênica tende a “identificar a mente, o corpo e suas partes às matérias primas manipuláveis e controláveis” (MACHADO e SILVA, 2008, p. 52).

A articulação entre “princípios da informação” e possibilidades de polivalência constitui os vetores de força da constituição de novas subjetividades, a partir das quais se

abre espaço e possibilidades para um ser humano enquanto composição, fluído, operável, manipulável e transformável a partir de seus próprios interesses e das capacidades tecnológicas ofertadas. Sloterdijk (2006, p. 16) corrobora com este pensamento quando argumenta que nesta nova configuração de ser humano não se trata da subjugação ou escravização do material/objeto pelo humano/sujeito (dualismo), mas de uma abordagem não dominante, para a qual o autor sugere o termo “homeotecnologia”.

A “homeotecnologia” não compreende a matéria/objeto como algo em que se apoiam ou se colocam outras coisas, tal como se concebe a matéria-prima, ou ainda, o corpo do ser humano, mas compreende a matéria/objeto enquanto informação existente, que atua em cooperação (e não em oposição) com o sujeito. Dito de outro modo, a “homeotecnologia” opera a partir de estratégias “co-inteligentes e co-informativas”, criando novos estados de inteligência a partir das qualidades dos corpos (SLOTERDIJK, 2006, p. 17). Esse parece o caso da transferência de genes, em que se usa um vírus inócuo para transferir genes de um corpo para outro. Aliás, esse procedimento pode ser compreendido enquanto estratégias co-inteligentes e co-informativas na medida em que o vírus da transferência genética, ao aportar no corpo destinatário, “descarrega os genes anormais, os quais podem começar a funcionar e produzir as proteínas e enzimas necessárias” (WADA-AMA, 2005, n. 1, p.3) automaticamente, ou melhor, natural-artificialmente. Portanto, o sujeito homeotecnológico seria aquele que rompe com as fronteiras dualísticas, que agrega a dispersão de fronteiras em si mesmo. No caso deste estudo, o atleta biotecnológico (ou a partir das inferências de Sloterdijk, ‘homeotecnológico’) incorporaria todo o espaço de indefinição promulgado pelos órgãos controladores do esporte, ocuparia o não-lugar ou, melhor ainda, os lugares nos quais os conhecimentos e modos de compreensão dualistas não puderam dominar.

Na esteira destes argumentos, Fagot-Largeault (2004) analisa, a partir da noção de “geneticização do humano”, as novas subjetividades associadas a estas emergentes condições humanas. A autora toma de empréstimo o uso deste termo a partir do sociólogo canadense Abby Lippman (1999 *apud* FAGOT-LARGEAULT, 2004) para se referir à forma ideológica que a engenharia genética assumiu na cultura ocidental nos últimos anos, especialmente na maneira como se configurou num determinismo genético. Essa

geneticização, para ela, implica na constituição de subjetividades através de uma molecularização (molécula do DNA) do humano. Assim, seja um humano homeotecnológico ou geneticamente concebido e pré-determinado naturalmente, mas passível e possível de modificação, as novas condições biotecnológicas alteram os olhares ontológicos sobre a subjetividade humana, incluindo aqui, em especial, os atletas de alto rendimento.

Porém, a partir da noção de doping contemporâneo, a concepção de atleta configurado na biotecnologia contemporânea sofre dificuldades de posicionamentos, tendo em vista que o 'atleta homeotecnológico', ou biotecnológico, ao ter conformações diferentes daquelas de seus concorrentes, a saber, o atleta normal e o paratleta, não poderia ser entendido como recebendo vantagens em relação aos seus concorrentes, independentemente do tipo de competição que participasse, seja da ordem dos atletas normais ou dos paratletas. Tal maneira de pensar, se ocorresse, seria limitada, pois este tipo de atleta não pode ter como referente um par binário para comparações, tendo em vista que sua constituição está em outra ordem de organização, produção e pensamento. Entretanto, a WADA-AMA, ao posicionar-se sobre o uso do doping genético, por exemplo, o condena e repreende a partir do pensamento dualístico, na medida em que argumenta que o uso do doping genético "para uso ou melhoramento das habilidades atléticas é tão repreensível como qualquer tipo de dopagem *tradicional*" (WADA-AMA, 2005, n. 1, p. 1, *destaque meu*).

Assim, as relações modernas baseadas em pressupostos dualísticos e organizadas a partir de lógicas binárias entre natureza e cultura, ou ainda, natural e artificial, tornam-se problemáticas a partir dos saberes e práticas biotecnológicas, pois estas vêm con-fundir as antigas relações existentes entre esses entes, como o caso do novo tipo de atleta emergente. O ser humano atleta, que se encontra nestas condições é, por assim dizer, fruto também desta polivalência, tornando-se um ser que está além e aquém do atleta normal ou do paratleta, não se situando mais neste dualismo desportivo, mas encontrando-se num atravessamento entre eles, como uma terceira via, outra opção. Talvez seja por esses fatos que Pistorius, caso descrito na introdução deste estudo, acabe ocupando um não-lugar, ou ainda, um lugar que não pertence mais a um polo (positivo, completo, como o atleta normal) ou outro (negativo, incompleto, deficiente, como o do paratleta), mas pertence às

possibilidades de abertura e configuração de um novo lugar, a ser ocupado por um novo sujeito. Aqui, quiçá, reside a terceira via, o outro vetor, ou ainda, apenas mais uma das possibilidades de ser atleta.

As possibilidades de alteração do humano a partir das biotecnologias na busca de seu aperfeiçoamento, melhoria ou superação da condição humana, são analisados por Rose (2013) a partir do termo otimização. Por otimização Rose (2013, p. 16-17) sugere o “controle do processo vital do corpo e da mente” através das biotecnologias contemporâneas. Assim, as biotecnologias enquanto tecnologias de otimização buscam um controle total do processo vital do humano. Pode-se dizer, a partir desse conceito de otimização, que, frente às possibilidades de manipulação do ser humano por ele mesmo, as finalidades do uso das biotecnologias não residem mais em curar doenças ou melhorar a saúde, mas em maximizar, realçar e incrementar as funções do seu próprio organismo a partir dos interesses e critérios de seus “clientes”. Rose (2013, p. 37) ressalta que os sujeitos que aderem a essas possibilidades de intervenção são “consumidores, fazem escolhas na base de desejos que podem parecer triviais, narcisísticos ou irracionais, realizados não por uma necessidade médica, mas por um mercado e cultura consumidora”. Estas possibilidades biotecnológicas, como ilustra Fagot-Largeault (2004, p. 167), “colocam nas cabeças das pessoas os fantasmas da artificialização da vida, da esperança de crianças perfeitas sob encomenda”, desde a ótica da alteração do corpo internamente, geneticamente, molecularmente.

Poder-se-ia inferir, contudo, que essa dimensão biotecnológica não está na ordem do acoplamento da robótica ou do computador no humano, tal como num pressuposto dualístico ou bivalente (SLOTERDIJK, 2006). Antes, ele está em outro marco, em nível molecular. Essas alterações ocorrem “no nível orgânico, para refazer a vitalidade por dentro”, pois o ser humano não se torna menos biológico (como no caso do acoplamento de máquinas no corpo), mas justamente ao contrário disso, tornando-se “mais biológico”<sup>17</sup> (ROSE, 2013, p. 37).

---

<sup>17</sup> É neste sentido que Rose (op. cit.) também refere que esta noção de otimização, na direção da constituição de um corpo “mais biológico” (ampliar as próprias características biológicas), é diferente da noção de ciborgue (acoplamento à máquina, à tecnologia informática, etc.) inaugurada por Donna Haraway e extensivamente conhecida por diferentes campos de conhecimento no âmbito das ciências sociais e humanas.



Embora não atenda plenamente a todos os argumentos citados por Rose (2013) no que se refere à otimização, como, por exemplo, ter sido uma escolha do próprio sujeito, o caso de Pistorius parece ocupar, aqui, um lugar privilegiado para refletir sobre a concepção adotada pelo autor. Embora o atleta tenha acoplado as próteses em seu corpo, tal como num paradigma bivalente, essas próteses são denominadas de “inteligentes”, pois percebem o movimento do atleta e se adaptam às exigências desse movimento. Inclusive atletas normais reclamam das vantagens que as pernas de Pistorius lhe proporcionariam. Deste modo, Pistorius não é um atleta deficiente que apenas adaptou pernas mecânicas para sanar suas deficiências, ele tornou suas deficiências em maximização de suas potencialidades.

O doping genético funciona também nesse marco de otimização, na medida em que se “injetariam genes específicos no corpo a fim de incrementar a função de uma célula normal” (WADA-AMA, 2005, n. 1, p. 4). Nesse caso, a otimização não se dá pelo acoplamento de partes mecânicas ao corpo, elas ocorrem em nível molecular, com a inserção de novas informações que, com o tempo, passam a ser do próprio corpo do atleta. Aliás, a molecularização da vida é um dos caminhos pelos quais Rose (2013) afirma podermos compreender as mudanças em nosso momento tecnológico atual.

Parece se inserir nesse escopo de pensamento o doping genético, na medida em que não opera mais no aumento da performance do atleta apenas no nível molar. Apesar de o caso Pistorius incorrer na perspectiva de ciborguização do humano, não representando a figura tradicional do ciborgue, mas indo além dela, como já mencionado, pois suas próteses são inteligentes e se inserem como parte e extensão de si mesmo, o doping genético opera em outro nível, mais interno, invisível – por assim dizer –, inteligível apenas para alguns poucos *experts*, qual seja, o nível molecular. A otimização não se dá pela junção ou acoplamento de algo (por mais que esse algo, ao ser acoplado, passe a ser um novo corpo-sujeito), mas opera no nível da potencialização daquilo que já existia, funcionando na direção do aprimoramento do biológico e “possibilitando calcular novamente – ou esperando poder recalcular – os próprios processos vitais, a fim de maximizar seu funcionamento e incrementar seus resultados” (ROSE, 2013, p. 34). Apesar da noção de ciborgue aqui escolhida não abarcar aquela já batida figura do acoplamento de partes robóticas ou mecânicas no corpo, mas, pelo contrário, compreender o corpo enquanto algo

potencializado pelas tecnologias, indicando uma perspectiva de “cibercorpo”, tomado enquanto um corpo “semelhante ao humano na aparência, mas distanciado dele pela performance, altamente potencializada” (GOELLNER; SILVA, 2007, p. 80), a sugestão de “molecularização” de Rose (2013), ainda sim, tece contornos sobre esses corpos em níveis distintos. O que parece em pauta aqui é, novamente, a superação da dicotomia artificial e natural, na medida em que se procura potencializar o natural, tornando-o – se isso for possível –, mais natural ainda, ou, como já referido a partir de Rose (2013), mais biológico.

Miah (2008), ao tecer reflexões sobre esses aspectos, argumenta que antes de se debater acerca dos usos das tecnologias no aumento da performance humana, julgando tais aprimoramentos como auxílios artificiais no desempenho e, por isso mesmo, passível de ser considerado doping, é necessário se debater o que se entende, justamente, por ser humano, pois é a partir dessas premissas que se pode averiguar, de forma mais ponderada, os usos das tecnologias nos corpos e sujeitos. Questões que procuram responder sobre a ética do uso de determinados métodos ou substâncias (e aqui especificamente sobre as possibilidades genéticas) devem ser precedidas por reflexões acerca “do que significa ser humano? O que constitui a prosperidade humana no esporte?”, a fim de desconstruir o argumento antidoping baseado na premissa do natural *versus* artificial, que limita o avanço de discussões mais amplas não somente sobre o esporte, mas sobre as condições sociais e humanas como um todo (MIAH, 2008). Tais considerações, se postas nas agendas de discussões acerca do tema, abririam novas possibilidades de reflexão e tomadas de direção, pois, ao tentar “entender o que seria ser um humano geneticamente modificado no esporte, teremos um contexto rico no qual será possível ver como os humanos geneticamente modificados se inserem em práticas sociais como o esporte” (MIAH, 2008, p. 71).

Outro apontamento que merece destaque sobre estas discussões, pois parece incrementar ainda mais o debate, é o fato de que além da terapia gênica, e de suas várias possibilidades de uso no ser humano, conforme já discutido em seção anterior, outro campo promissor parece estar apontando no horizonte de possibilidades biotecnológicas. Esse ramo de descobertas e conhecimentos também se desenvolve no nível molecular, mas não é do tipo da codificação e aprimoramento genético, mas da compreensão e manipulação das proteínas. A proteômica é, assim, a designação que se dá para uma nova área da ciência que

tem como objeto o estudo das proteínas e “é defendida por muitos como crucial para entender como seria possível alterar as características humanas” (MIAH, 2008, p. 89). Segundo Rabilloud (2001 *apud* MIAH, 2008, p. 89), essa nova área “é considerada por alguns como uma ciência mais complexa e eticamente alarmante, por suas possibilidades de adulteração de proteínas que podem levar a interferência direta nas capacidades do indivíduo”. Assim, o sequenciamento do genoma pode ficar “para trás” no tocante às realizações das tão sonhadas promessas biotecnológicas, na medida em que “deve haver, no mínimo, cinco vezes mais proteínas do que genes”, e é possível que as proteínas tenham maior papel decisivo nas alterações humanas do que se tinha imaginado em relação aos genes.

Tais descobertas e/ou promessas parecem alarmantes nas potenciais alterações dos seres humanos e, concomitantemente, nos atletas que buscam aumentar seus rendimentos. Mesmo que ainda não tenham sido comprovados, e ainda não sejam passíveis de serem detectados, tais fatos levam a WADA-AMA a chamar “a atenção da comunidade científica para o fato de pesquisadores usarem atletas para desenvolver substâncias e métodos para o incremento da performance, os quais estão claramente em contradição com a ética esportiva” (WADA-AMA, 2002, n.2, p. 1). Além do mais, esta mesma Agência também indicou a necessidade de as associações de profissionais da área médica desenvolverem regras éticas quanto a esses procedimentos, assim como de buscarem a atenção da indústria farmacêutica para estes fatos, pois uma série de produtos farmacêuticos com potenciais usos para aprimoramento gênico tem sido adquiridos não apenas para propósitos terapêuticos, mas, também, para doping. No escopo desta discussão, a WADA-AMA sugere que sejam criados mecanismos de regulação para evitar tais acontecimentos. (WADA-AMA, 2002, n.2, p. 18). Ou seja, mesmo não havendo confirmações, parece que há a iminente ameaça. E, sem saber como retardar ou resguardar o esporte desses acontecimentos, é necessário à WADA-AMA municiar e atacar por todos os lados, especialmente no sentido de prevenir e construir um imaginário de possíveis riscos a todos envolvidos.

O alarme feito pela WADA-AMA, para que estejamos atentos às possibilidades biotecnológicas gênicas no esporte, alertando indústrias farmacêuticas, associações médicas e outras entidades acerca do doping genético, acaba por não considerar que estas

transformações já fazem parte das novas possibilidades de ser humano disponíveis na atualidade. Na esteira dessas argumentações, e procurando trazer a discussão do plano do alarme dos riscos para as possibilidades reais e existentes do uso das tecnologias sobre a vida e as tentativas de compreendê-las, Miah (2008, p. 34) argumenta que “é importante reconhecer que os *atletas geneticamente modificados* nada mais são do que o próximo estágio do uso de outros meios tecnológicos, que estão lentamente aumentando as possibilidades do que os homens podem fazer”. Além do mais, ressalta o autor, há uma grande diferença entre o doping enquanto estratégia de trapaça e as tecnologias de melhoramento da performance humana, essas largamente utilizadas em diferentes escalas pela humanidade.

Não devemos nos esquecer, contudo, que o próprio princípio do esporte é a busca da superação de limites, de transgressão de recordes, de exacerbação dos resultados. Então (se é esse o princípio da competição esportiva, e as diferentes técnicas e tecnologias podem e são usadas para esse fim, com o intuito de melhoria do desempenho do desportista, e na medida que muitas destas tecnologias já estão disponíveis em larga escala, inclusive para os indivíduos não atletas, especialmente para aqueles que, de uma forma ou outra, se incluem nas denominadas culturas físicas), o que se esperar das possibilidades emergentes de ampliação da vitalidade humana por meio das tecnologias gênicas? O mínimo que se espera é que se use tais tecnologias. É deste ponto de convergência que os diferentes tipos de atletas se conformam. É a partir da necessidade de superar as condições humanas ‘naturais’ de desempenho, seja através de objetos acoplados ao corpo, seja através de terapia gênica no incremento do desempenho ‘por dentro’, que novas subjetividades esportivas são forjadas. Assim, não é difícil compreender o porquê das biotecnologias contemporâneas serem uma tentação aos desportistas de alto rendimento, tornando-os sujeitos não apenas enquanto possíveis usuários destas materializações, mas também – e de modo complementar –, sujeitos das capacidades e promessas enunciativas destas condições biotecnológicas, na medida em que prometem a ‘superação dos limites do humano’.

Vaz (2005, p. 25) alude a estas prerrogativas quando reitera o caráter superlativo do esporte, no qual, mediante o atual estado da cultura contemporânea, a “ilimitada ultrapassagem de limites” se mostra cada vez mais necessária “aos sentidos dos

consumidores esportivos”, construindo diariamente a prerrogativa da espetacularização e superação dos extremos por parte dos atletas. No entanto, seria enganoso inferir que tais acontecimentos fazem parte somente do estado atual de nossa sociedade. Tal como descrito por Rose (2013), na epígrafe desta seção<sup>18</sup>, a superação dos limites por parte dos humanos sempre os constituiu. Pereira e Gleyse (2005, p. 56) reiteram esta afirmação ao revisar a história do doping no esporte francês, destacando que “há milênios e em todos os domínios, o homem procura ultrapassar suas próprias performances naturais com a ajuda de substâncias artificiais tendo por finalidade ir mais rápido, mais longe e por mais tempo”. Desse modo, novamente, o que está em pauta são as técnicas e tecnologias utilizadas, e não a finalidade, tendo em vista que são essas tecnologias que constituem subjetividades.

Entretanto, a noção de tecnologia assumida aqui neste estudo é aquela enunciada por Rose (2013) – e apresentada no primeiro capítulo desta tese –, a qual entende que tecnologia não envolve apenas técnicas ou aplicação de conhecimentos, mas configura, para além destes, formas de pensar e de agenciar estruturas sociais mais amplas, como, por exemplo, no caso deste estudo, relações sociais entre esportistas e a WADA-AMA, entre os laboratórios e consórcios envolvidos com a engenharia genética, grupos de desportistas a favor ou contra o uso de doping, etc. Assim, é a partir dessas diferentes tecnologias disponíveis para o aumento do desempenho esportivo que diferentes subjetividades esportivas podem ser configuradas. E, em especial, no tocante a este estudo e, especificamente a esta seção, são as biotecnologias gênicas que importam enquanto novas formas de agenciamento, de estruturação social, de construção de lugares nos quais os atletas podem se posicionar, tornando-se sujeitos destas condições: atletas biotecnológicos.

---

<sup>18</sup> Retomo aqui a epígrafe para que o leitor não tenha que voltar algumas páginas em sua leitura. “Obviamente, os humanos, na maior parte dos lugares e tempos que se tenha o cuidado de investigar, tentaram incrementar seus si-mesmos corporais usando oração, meditação, dieta, fórmulas encantatórias, exercícios físicos e espirituais, e muito mais para aumentar sua saúde, fertilidade, *proezas esportivas*, longevidade, acuidade, e quase o tudo mais [ . . . ]. O que é novo, pois, não é nem a vontade de desenvolver nem o desenvolvimento em si mesmo” (ROSE, 2013, p.36, *grifos meus*).

### **3. DA BIOPOLÍTICA À POLITICA DA PRÓPRIA VIDA: governo da vitalidade no esporte de alto rendimento**

Neste capítulo, a discussão central gira em torno dos modos de governo, controle e regulação instruídos e efetivados pela WADA-AMA no âmbito do esporte internacional através das suas ações e programas apresentados nas revistas *Play True*. A partir das compreensões de governo e de biopolítica, constantes nas obras de Foucault (1988, 1997a, 1997b), e, mais precisamente, das leituras e proposições realizadas por autores que não apenas reorganizaram estes conceitos, mas também os expandiram ou mesmo criaram novos a eles relacionados (RABINOW, 1999; ROSE, 2013; RABINOW; ROSE, 2006), as discussões que se seguem visam problematizar os arranjos dos modos de governo postos em ação pela WADA-AMA. Para tanto, na direção de seguir o argumento de que a WADA-AMA não apenas cria, elenca e regula aquilo que, a partir de verdade proclamada pela ciência, constitui o que vem a ser o esporte e o atleta de elite, algumas proposições teórico-metodológicas são importantes de serem destacadas.

No texto “Como se deve fazer a história do Eu?” Nikolas Rose (2001, p. 34) argumenta a favor de uma genealogia da subjetivação. Para tanto, o autor destaca que este pensamento, preocupado “com as práticas pelas quais as pessoas são compreendidas e pelas quais se age sobre elas”, pode ser analisado em diferentes dimensões, como a problematização, as tecnologias, as teleologias, as autoridades e as estratégias. Embora distintas entre si, elas apresentam um eixo condutor comum, qual seja, o da arte de governo. Retomando essa afirmação Rose (2001, p. 41) salienta: “cada uma dessas direções de investigação é inspirada, em grande medida, na obra de Michel Foucault. Em particular, obviamente, elas surgem das sugestões de Foucault concernentes à genealogia da arte do governo”.

O termo governo, para Foucault, se refere às práticas destinadas aos “modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos” (FOUCAULT, 1995, p. 244), as quais estão implicadas com: a) os modos como os indivíduos e grupos se posicionam no mundo e passam a entender e dar significados às coisas; b) os modos pelos quais indivíduos e grupos tornam-se sujeitos

específicos de poder; c) os modos pelos quais populações tornam-se governáveis. Desse modo, governo é “entendido no sentido amplo de técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens” (FOUCAULT, 1997a, p. 101). Há, nesse “sentido amplo”, diferentes formas de governo, sejam elas “das crianças, das almas, das consciências, de uma casa, de um Estado ou de si mesmo” (idem, *ibidem*).

As formas de governo, compreendidas como atos de conduzir as ações dos outros, ou de “estruturar o eventual campo de ação dos outros” (FOUCAULT, 1995, p. 244), indicam uma “perspectiva a partir da qual se pode tornar inteligível a diversidade de tentativas por parte das autoridades de diferentes tipos para agir sobre as ações dos outros em relação a objetivos” dos mais diversos (ROSE, 2001, p. 41). No que tange a esse estudo caberia perguntar: Como a WADA-AMA procura conduzir e estruturar o eventual campo de ação não apenas dos atletas, mas também de um conjunto de instituições que os agrega e os mantém em níveis locais, nacionais e internacionais? Quais são os recursos ou as estratégias de que ela se vale para fazer isso? Quais são os efeitos deste tipo de condução da conduta quando se pensa nas questões que hoje constituem o esporte em geral e aquele de alto rendimento?<sup>19</sup>

Em diferentes documentos desta organização, encontramos escrito, repetidas vezes, que sua maior prioridade “é desenvolver e implantar o Código Mundial Antidoping” (WADA-AMA, 2002, p. 13). Esse código tem como objetivos “proteger o direito fundamental dos atletas de participarem de esportes livres do doping, além de promover saúde, justiça e equidade para os atletas” (WADA-AMA, 2002. P. 13). Numa outra publicação também é apresentado como objetivo dessa organização a coordenação e a efetiva execução do programa antidoping, com vistas a detectar, dissuadir e prevenir o uso de doping por atletas (WADA-AMA, 2009, p. 11). É nesta direção que a ação de proteger o atleta enquanto objetivo central do Código Mundial Antidoping, que, por sua vez, é a prioridade maior da WADA-AMA, pode ser entendida e analisada como uma maneira específica de

---

<sup>19</sup> Tais questões não se configuram como novas perguntas de pesquisa para este estudo, mas se inserem no escopo da pergunta de pesquisa inicialmente elencada no primeiro capítulo desta tese. Os questionamentos acima apontados indicam problematizações referentes à perspectiva de governo aqui assumida e os modos como podem auxiliar a compreender determinadas estratégias e efeitos realizados pela WADA-AMA divulgados pela *Play True*. Desse modo, ao questionar acerca dos modos de governo da WADA-AMA se está, também, questionando sobre as práticas de subjetivação nele inseridas, tais como indicado na pergunta de pesquisa inicial.

governo dos sujeitos, tendo em vista que há 'alguém' que se preocupa em conduzir essa proteção.

A noção de governo, desenvolvida por Michel Foucault, pode ser empregada em inúmeras situações para analisar distintas estratégias de regulação e condução de sujeitos, uma vez que o governo se exerce ao longo de um eixo que compreende desde relações no nível mais micro, envolvendo apenas um indivíduo (e as relações que estabelece consigo mesmo baseadas em dados discursos), como no nível mais macro, envolvendo um coletivo de sujeitos, como no caso da população (como uma espécie). Uma dessas frentes de problematização nas quais o governo dos corpos se desenvolve é aquela voltada à vida dos sujeitos, tomando-os enquanto um "conjunto de indivíduos de uma mesma espécie". A este tipo de poder e de exercício de governo Foucault denominou de biopoder (1988, 1995, 1997a, 1997b). Para Foucault (1988, 1997a, 1997b), o biopoder agia em duas frentes distintas: uma centrada diretamente nos corpos dos indivíduos, denominada de anatomo-política dos corpos, com viés disciplinar e individualizante, e outra que os concebia, enquanto conjunto, em um coletivo de indivíduos de um mesmo grupo (tomados como suscetíveis aos mesmos tipos de regularidades, ou seja, como uma espécie), denominada de biopolítica. Para os objetivos deste estudo destaco, mais especificamente, o eixo da biopolítica, visto que é este polo do biopoder que está vinculado à multiplicidade dos indivíduos enquanto pertencentes a um mesmo grupo. Em outras palavras, é como uma massa múltipla de sujeitos, que tem características e regularidades próprias, as quais precisam ser entendidas e controladas para que se promovam ações eficazes a este grupo social, e para que ações possam ser mais bem efetivadas em sujeitos de uma coletividade, que empregarei este conceito para tensionar os investimentos da WADA-AMA em relação ao esporte de auto-rendimento. Assim, embora eu compreenda que estas ações se dão e se desdobram também sobre os corpos individuais dos atletas, sujeitos a um conjunto de diferentes formas de vigilância e de disciplinarização, meu foco, aqui, voltar-se-á para aquelas ações que visam atingir o coletivo de atletas, na forma de regulamentações, testagens, produção de documentos, campanhas antidoping, etc.

Embora Foucault tenha explorado esta compreensão de governo no contexto da discussão acerca da biopolítica, para mapear as transformações ocorridas na Europa



entre os séculos XVII e XIX, e do biopoder, como um novo tipo de poder relativo às forças biológicas características de uma população, ambos os conceitos – apesar de centralmente importantes às análises acerca dos modos de governo – tornaram-se, de algum modo, limitados para dar conta das novas transformações ocorridas no âmbito das racionalidades e tecnologias de governo dos corpos contemporâneos. Isso porque, tal como explorarei mais detidamente no que se segue (a partir de RABINOW; ROSE, 2006; ROSE, 2013), apesar de continuarmos necessariamente constituídos pelas mesmas forças biológicas que ingressaram nos modos de melhor se administrar a vida (ou seja, do biopoder tal como descrito por Foucault), no nível de governo dos atletas, dos esportistas e do esporte em geral – que busco problematizar aqui –, precisaremos ampliar o escopo de entendimento dessas estratégias de governo. Tal ampliação segue na direção de entender que essas estratégias operam, de cima a baixo, a partir de um tipo de biopoder que age não apenas na direção de garantir a vida da população (no âmbito da natalidade, do controle de doenças, da vacinação, etc.), mas, sobretudo, de ampliar a vitalidade dos sujeitos – em outras palavras, e no limite, de ampliar todas as suas capacidades. É, portanto, neste nível de investimentos que situo as racionalidades e tecnologias de governo nas quais a WADA-AMA se insere e faz parte, ao mesmo tempo em que busca conhecer e intervir.

Com essa premissa Rabinow; Rose (2006) procuram discutir os diferentes usos dos conceitos de biopoder e biopolítica utilizados na literatura contemporânea e os modos como Foucault os operou analiticamente em suas obras, indicando, ainda, que foram conceitos não muito sistematizados pelo próprio Foucault, carecendo, assim, de maiores investimentos e esclarecimentos conceituais. Nesta direção, esses autores destacam que

na tentativa de fazer um diagnóstico a partir ‘do meio’, pensamos que o conceito de biopoder direciona nossa atenção em três elementos chave que estão em jogo em qualquer transformação: o conhecimento de processos de vida vitais, as relações de poder que adotam os humanos como seres vivos como seu objeto, e os modos de subjetivação através dos quais os sujeitos atuam sobre si próprios *qua* seres vivos -, assim como suas múltiplas combinações (RABINOW; ROSE, 2006, p. 53)

Na esteira desses apontamentos, e baseados em suas produções recentes, Rabinow; Rose (2006, p. 29) assumem “que os conceitos foucaultianos de biopoder e biopolítica mantêm consideráveis utilidades analíticas”, mas que seria pertinente, ao utilizar tais conceitos no plano da atualidade, incluir alguns novos elementos. Dentre os elementos a serem incluídos os referidos autores indicam três grandes tópicos que, embora organizados de forma distinta, se articulam e interferem entre si numa cadeia maior de relações, de modo que a distinção entre esses elementos aponta apenas para potencialidades analíticas, que exploro no que se segue. Como primeiro ponto, Rabinow; Rose (2006, p.29) destacam a importância de atentarmos para os “discursos de verdade sobre o caráter ‘vital’ dos seres humanos, e um conjunto de autoridades consideradas competentes para falar aquela verdade”. Acerca deste tópico, seguem os autores, é possível que haja uma mescla de diferentes discursos de verdade e múltiplos pontos onde tais discursos emergem, como por exemplo, distintas autoridades. No caso deste estudo, tanto os discursos de verdade (as racionalidades) como as autoridades que o promulgam, configuram estratégias biopolíticas contemporâneas de governo dos atletas pela WADA-AMA. Eis um potencial analítico deste conceito e atualização.

As estratégias de intervenção e as intervenções realizadas em grupos e comunidades sociais definidos por informações de ordem biológica, denominadas por Rabinow; Rose (2006) “coletividades biossociais”<sup>20</sup>, conformam o segundo elemento indicado pelos autores na atualidade biopolítica. Pode-se entender a composição e a organização dos atletas de alto rendimento, que são submetidos à WADA-AMA, enquanto uma comunidade contemporânea baseada nas relações sociais assentadas em premissas biológicas (potencialmente passíveis de manipulação). Por fim, o terceiro elemento sugerido pelos autores refere-se aos modos de subjetivação. Modos esses “através dos quais os indivíduos são levados a atuar sobre si próprios, sob certas formas de autoridade, em relação a discursos de verdade, por meio de práticas do self [ . . .]” (RABINOW; ROSE, 2006, p. 29). Neste tópico, o exercício de si para consigo, num exercício de poder que se baseia em verdades e faz com que o próprio sujeito seja a autoridade enunciante, torna-se um poderoso modo de subjetivação. As práticas

---

<sup>20</sup> Ambos os autores trabalharão esta noção de “coletividades biossociais” com nomenclaturas ligeiramente distintas em suas obras individuais: “individualidade somática” (ROSE, 2013) e “biossociabilidade” (RABINOW, 1999).

educativas direcionadas aos atletas para que cuidem de si mesmos e dos outros puderam, aqui, ser configuradas e analisadas desde esse ponto de vista.

Como dito anteriormente, a desarticulação dessas possibilidades analíticas em diferentes elementos serve apenas para apresentar a análise num caráter mais didático, pois é difícil precisar em que momento um discurso de verdade (o que é ou não considerado doping, quais são os efeitos – maléficos – nos corpos e na saúde dos atletas, etc.) se distancia de uma autoridade enunciativa (a própria WADA-AMA, médicos, geneticistas, e outros) quando afirma tais verdades a um determinado grupo de indivíduos (atletas, comissões técnicas, fisiologistas, e outros), configurando-os como grupos biológicos e promulgam práticas, ações, estratégias para que estes indivíduos cuidem de si mesmos (autoajuda, manual do atleta, e outros) e dos outros.

Como um último ajuste teórico-metodológico cabe destacar o uso do termo “políticas da própria vida” presente no título deste capítulo. A noção de “política da própria vida” é a forma como Rose (2013) aborda a atualização da noção de biopoder e biopolítica de Foucault em seus escritos. Inspirado nos argumentos de Rose (2013), procurei pensar a biopolítica contemporânea nesses termos, entendendo que a “política de vida de nosso século parece bem diferente” daquela abordada por Foucault em seus trabalhos entre os séculos XVII e XIX, conforme já mencionado. Assim, esta biopolítica contemporânea, ou a “política da própria vida”

não está delimitada nem pelos processos de doença e saúde, nem focalizada em eliminar patologias para proteger o destino da nação. Ao contrário, está preocupada com nossas crescentes capacidades de controlar, administrar, projetar, remodelar e modular as próprias capacidades vitais dos seres humanos enquanto criaturas viventes (ROSE, 2013, p. 16).

É nesses termos que Rose assume a noção de ‘políticas da própria vida’, enquanto uma “política da vida em si mesma”, nos modos molecularizantes de pensar a vida, na abertura de espaços para *experts* conduzirem tais tarefas, na construção de subjetividades e coletividades a partir dos modos de pensar, organizar, arranjar, dirigir a vida em si mesma, procurando sua otimização, melhoramento e correção, especialmente em marcações físicas

e corpóreas. Desse modo, a ‘vitalidade’ não está mais apenas ancorada no pressuposto biopolítico (tradicional) de fazer viver, mas de aumentar as suas qualidades, de incrementar, aperfeiçoar e aprimorar o ‘viver’. São essas condições que permitem aos seres humanos “experimentar a si mesmos de novas maneiras como criaturas biológicas, como si-mesmos biológicos” (ROSE, 2013, p.17), fazendo com que a vitalidade mesma de sua existência torne-se objeto central de novas práticas de governo.

É, então, na esteira das considerações de Rabinow; Rose (2006), bem como de seus estudos individuais (RABINOW, 1999; ROSE, 2013) e de outros autores (ORTEGA, 2008; FRAGA, 2006; LIMA, 2004; SIBILIA, 2002), assumindo, portanto, uma atualização dos conceitos de biopoder e biopolítica foucaultianos, que procurei tecer considerações e análises acerca da WADA-AMA, mais especificamente acerca de sua principal publicação (*Play True*), objeto central deste estudo. Apesar de assumir as considerações desses autores, cabe ressaltar que não abandonei Foucault. Sua perspectiva, suas potentes análises e conceitos, frequentemente empregados para se fazer uma história do presente, são, aqui, reiteradamente retomados e explorados – se não de modo direto, ao menos na direção de seguir seus rastros.

### 3.1 CONSELHEIROS ESPORTIVOS

Ao abordar a importância de estarmos atentos aos discursos e às autoridades que a partir deles enunciam verdades, Rabinow; Rose (2006) nos indicam uma importante tarefa nas discussões sobre biopolíticas contemporâneas. Desse modo, caberia indagar: o que podemos entender por discursos? (e) o que são e quem seriam essas autoridades?

Tomando as delimitações conceituais acerca da noção de discurso nos trabalhos de Foucault (2002) é possível depreender que esse conceito diz respeito a) a um conjunto de condições que possibilita a existência de umas coisas e não outras; b) a um regime de

práticas que define objetos e que produz “posições vazias” a serem ocupadas por sujeitos; c) e a um conjunto de possibilidades do que pode ser dito num determinado tempo e lugar.

Fischer propõe que seria interessante tomar como ponto de partida para o entendimento de discurso o conceito de enunciado, visto que esse “parece ser o que sintetiza melhor a elaboração do autor sobre uma possível ‘teoria do discurso’” (FISCHER 2001, p. 201). Assim, a autora discute as principais considerações de Foucault sobre o conceito de enunciado, enfatizando que este autor atribui ao enunciado uma “função de existência”. Esta “função de existência” se caracterizaria: a) pela diferenciação a partir de um referente; b) pela possibilidade de uma ‘posição vazia’ a ser ocupada por um sujeito; c) pela associação com outros enunciados; d) e pela sua materialidade física (FISCHER, 2001; FOUCAULT, 2002). Desse modo, o discurso se constitui a partir de um conjunto limitado e específico de enunciados, abrangendo as funções de existência destes e, potencialmente, tendo efeitos na constituição do mundo em que vivemos e da forma como vivemos.

Além dessas características, e seguindo as considerações de Fischer (2001) e de Foucault (2002), é preciso compreender o tecido social como um conjunto múltiplo de discursos, os quais, em alguns momentos, se apoiam em enunciados semelhantes em suas condições de existência, e, em outros momentos, disputam enunciados no processo mesmo de construção de suas verdades, legitimidades, e produtividades. Assim, há uma série de discursos que ora se confrontam, ora se legitimam e apoiam e, nesse processo, constituem saberes e sujeitos.

Uma série de posições de sujeito é construída no interior das práticas discursivas para que indivíduos possam, ao ocupá-las, enunciar os saberes que constituem os discursos e que podem/devem ser veiculados. Assim, uma autoridade discursiva é aquele tipo de sujeito que possui legitimidade para enunciar determinadas verdades, desde o interior dos discursos que por ora se submete. No caso da biopolítica contemporânea, em virtude dos novos arranjos tecnológicos que vão dos laboratórios às indústrias farmacêuticas, passando pelos conhecimentos da biomedicina genômica e suas regulações bioéticas, é que novas formas de autoridades devem emergir (ROSE, 2013). Neste estudo, as análises se dirigem mais às autoridades enunciativas do que propriamente aos discursos nos quais se inserem para enunciar.

Essas autoridades devem possuir uma expertise específica, baseada nessas novas condições de conhecimento da vitalidade humana. Aliás, por *expert* podemos depreender, a partir de Castiel (1994, p. 298), o indivíduo que tem “reconhecidas habilidades e/ou conhecimentos específicos sobre determinado campo de saber” e que, em suma, é caracterizado por dois critérios que lhe garantem autoridade em seu campo de atuação, a saber, conhecimento teórico sobre o tema em questão, com vistas a propor soluções ou encaminhamentos de modo justificado e embasado, e “aptidão para desempenhar uma determinada habilidade” (CASTIEL, 1994, P. 298-299).

O “Programa de Observadores Independentes” da WADA-AMA parece se inserir no rol dessas características apontadas por Castiel. Tal programa foi formalmente instituído na Olimpíada de Sydney, em 2000, e tem sido considerado como “uma ferramenta essencial na segurança de atletas e para a verdade na luta contra o doping em nível internacional” (WADA-AMA, 2002, n. n.2, p. 8). Nesse programa é proposto que os observadores independentes assegurem a realização de todos os estágios dos procedimentos antidoping em conformidade com o Código Mundial Antidoping (WADA-AMA, 2002). Todos os membros são voluntários e participam de cursos de treinamento, compondo equipes de não mais que 15 membros, procurando haver equilíbrio entre regionalidades e gênero (WADA-AMA, 2002). Por fim, cabe ressaltar que este programa foi criado mediante “forte insistência dos representantes de atletas da WADA-AMA, ao lado de órgãos oficiais de governo e comunidade esportiva” (WADA-AMA, 2002, n.2, p. 14) – portanto, tido como legitimamente constituído até mesmo por parte daqueles são por ele regulados.

Para fazer parte desse programa, os ‘observadores independentes’ são recrutados mediante um procedimento de seleção que envolve alguns requisitos, como “ter conhecimento geral sobre técnicas antidoping em nível internacional e alguma *expertise* em, pelo menos, algumas dessas áreas: legal, técnica e médica” (WADA-AMA, 2002). Nesse excerto tomamos conhecimento acerca do modo pelo qual *experts* são recrutados e consultados e que tipo de conhecimento devem ter. Não obstante, é esse *expert* que pode dizer alguma coisa sobre doping e, ao dizer, ocupa um lugar de ‘observador independente’ que é, antes de qualquer coisa, legitimado por seu saber e ratificado pela própria WADA-AMA. Está posto aqui o que Castiel (1994) havia comentado sobre *experts*: é preciso um

saber teórico em alguma área específica para poder valer sua autoridade e legitimidade enquanto aquele que pode orientar os indivíduos de que cuida.

Em seguida, no mesmo documento, é requisitada a participação de outros sujeitos *experts*, a saber, os atletas. Para tanto, os atletas devem ter competido em Olimpíadas ou Campeonatos Mundiais de sua modalidade, além de já terem sido selecionados para controle de doping e, obviamente, nunca terem sido flagrados num exame desse tipo. No caso desse atleta ‘observador independente’, retomando o segundo critério dos *experts* apresentado por Castiel (1994), o que o legitima para ocupar tal posição é a aptidão para a realização dessa atividade, por ter saber notório por anos de prática e, talvez o mais importante, por se constituir em exemplo para outros, justamente pelo fato de nunca ‘ter sido pego’<sup>21</sup> nos exames.

Além do mais, não é apenas no “Programa Observadores Independentes” que atletas e ex-atletas podem auxiliar no combate ao doping, uma vez que a presença deles em diversos outros programas também é requerida. O principal objetivo da inserção de ex-atletas na WADA-AMA é na direção de “dar assistência a todos comitês e grupos de trabalho para compreenderem as questões que são vitalmente importantes para a atualidade do atleta” (WADA-AMA, 2002, n.2, p. 14).

Os *experts* da biopolítica contemporânea, tais como os acima aludidos pela WADA-AMA, são abordados por Rose (2013) como peritos ou especialistas somáticos. Eles podem exercer funções de diversas ordens, desde profissionais da área médica e/ou paramédica (clínicos), pesquisadores (de laboratórios ou de indústrias farmacêuticas), terapeutas (arte-terapeutas, fisioterapeutas, nutricionistas, educadores físicos) ou, ainda, conselheiros (em genética, sexualidade, educação ou treinamento). As ações que estes especialistas assumem e exercem na atualidade é um dos efeitos de uma dada racionalidade científica, que não apenas subsidia seus argumentos, práticas, saberes e intervenções, mas, sobretudo, caracteriza e possibilita um modo específico e particular de pensar acerca do corpo e de sua vitalidade. Tal racionalidade corrobora não somente na legitimação da existência desses *experts* na sociedade, mas os torna imprescindíveis. No âmbito dessa racionalidade científica

---

<sup>21</sup> O que não significa, necessariamente, que não tenha havido doping.

e tecnológica subsidiária dos “especialistas somáticos”, Miah (2008) discute acerca da construção da importância e atual necessidade de sujeitos autorizados a abordar as questões do doping, criticando de forma contundente a postura destes sujeitos quando corroboram com a panaceia criada em torno deste tema. Nesta direção ele afirma categoricamente que “há um discurso *inteligente* [voltado às questões de saúde e segurança] feito por indivíduos *respeitados* e organizações que regularmente condenam o uso de drogas e do *doping* por meio de proibição” (MIAH, 2008, p. 39, destaques do original).

Esse *expert* ou especialista somático pode ser analisado enquanto um sujeito legitimado a orientar e que exerce uma forma específica de governo, qual seja, aquela que Foucault refere como “poder pastoral”. Por esse tipo de poder ou forma de governo, Foucault (1999, 2003) compreende as maneiras pelas quais indivíduos, legitimados a cuidar, formar e orientar, dirigem outros de maneira “contínua e permanente” ao longo de suas vidas. O exercício do poder pastoral dirige-se às individualidades, tomadas como componentes do todo, da população ou, na metáfora do pastor, do rebanho. Assim, esse poder tem um paradoxo: é um poder que individualiza, mas, ao mesmo tempo, ao dar um valor tão grande a apenas um indivíduo, também valoriza toda a população, na medida em que um sujeito representa, concomitantemente, a individualidade e o todo (FOUCAULT, 1999).

Os especialistas somáticos exercem, conforme Rose (2013) novos tipos de poder pastoral, especialmente voltados às demandas de diagnósticos de risco e de suscetibilidades, como, por exemplo, os atletas de alto rendimento que estão suscetíveis a usarem substâncias proibidas pela WADA-AMA (doping), e nesse sentido, precisam de orientação, conselhos e, quiçá, terapia. Compete a um *expert* legitimado que ocupe posições de sujeito no interior de discursos (sejam discursos na ótica da saúde, da segurança, do *fair play*) guiar os atletas para os caminhos certos junto ao ‘rebanho’. Rose (2013, p. 111) reitera esses apontamentos quando explica que o poder pastoral “acontece em um campo plural e controverso, pervagado pelos códigos proferidos por comitês éticos e por associações profissionais, pelas descobertas empíricas geradas pelos pesquisadores [. . .]”, e por um sem número de organizações, entidades e associações envolvidas na condução de tomadas de



decisões, desde aquelas vinculadas ao labor até mesmo as de cunho religioso ou de autoajuda. Esse poder pastoral parece ganhar força nos programas e ações da WADA-AMA, especialmente se levarmos em conta os papéis que são organizados e oferecidos para especialistas profissionais, terapeutas ou conselheiros ocuparem.

Ainda, trazendo excertos do “Programa de Observadores Independentes”, a noção de poder pastoral é útil em outras direções. Por exemplo, os observadores independentes, que existem para garantir a ‘segurança dos atletas’, são aqueles que averiguarão se todos os procedimentos de exame antidoping estão sendo realizados de acordo com o código antidoping; também são eles que notificarão um competidor em caso de exame positivo; e, por fim, são eles que receberão as cópias e notificações dos exames de doping diretamente dos laboratórios (WADA-AMA, 2002). Em outras palavras, eles estão ali para proteger um tipo de rebanho específico (atletas de elite), buscando conduzi-los na direção correta apontada pelos preceitos científicos assumidos pela WADA-AMA – o que, necessariamente, tem, igualmente, efeitos no âmbito dos esportes como um todo.

Dentre as diversas transformações que o poder pastoral sofreu ao longo dos séculos, desde a maneira como os hebraicos o exerciam até os modos pelos quais o cristianismo se apropriou e desenvolveu essa técnica específica de poder e governo, Foucault (2003, p. 369) cita como um eixo importante dessas transformações a busca pela “mortificação”. “Todas essas técnicas cristãs de exame, de confissão, de direção de consciência e de obediência tem um objetivo: levar os indivíduos a trabalharem por sua mortificação neste mundo”, entendida enquanto uma “renúncia a este mundo e a si mesmo: uma espécie de morte cotidiana” (FOUCAULT, 2003, p. 369). Entretanto, essa noção de mortificação, presente no poder pastoral cristão, se ressignifica e ganha outros contornos no contexto das biotecnologias. Isso porque a mortificação do sujeito enquanto objetivo do poder pastoral cristão não tem espaço numa sociedade em que se busca ‘o mais’ em termos de, por exemplo, “qualidade de vida, direito à vida ou direito de escolha, eutanásia, terapia genética, clonagem humana e outros” (ROSE, 2013, p. 27). Desse modo, esse ‘novo poder pastoral’ não é um tipo de “pastoralismo em que o pastor conhece e dirige as almas confusas de seu rebanho. Ele coloca uma dinâmica de relações entre os efeitos de quem aconselha e dos aconselhados” (ROSE, 2013, p. 29). Como bem refere Rose (2013, p. 29), os

pastores do corpo, ou especialistas somáticos, emergem nas mais diversas especialidades, “cada qual com seu próprio aparato de associações, encontros, jornais, linguagens exotéricas, estrelas performáticas e mitos”.

Dentre esses especialistas somáticos é importante destacar, por exemplo, aqueles *experts* que auxiliaram o trabalho da WADA-AMA recomendando testes combinados para o controle da Eritropoietina (EPO). A Eritropoietina é um hormônio “utilizado para aumentar a formação de glóbulos vermelhos, melhorando assim a capacidade de transporte de oxigênio e, por consequência, o rendimento esportivo em modalidades de média e longa duração” (FEDER *et al*, 2000). Os testes que podem ser realizados para a sua detecção são análises de sangue e de urina. Na primeira edição da revista *Play True* (WADA-AMA, 2002, n.1) há uma descrição sobre esse hormônio, bem como é apresentado o relato dos *experts* que sugerem à WADA-AMA o teste combinado de urina e sangue como o mais prudente para averiguar a presença da EPO. Apesar disso, a WADA-AMA ressalta que se tem feito esforços contínuos no desenvolvimento de pesquisas para a “validação de um modo mais efetivo e simples do teste de detecção da EPO”, precisamente porque a Agência tem ciência de que “a Eritropoietina geneticamente produzida pode invalidar o corrente teste de urina para detecção da EPO” (WADA-AMA, 2002, n.1, p. 4). Segundo se pode ler nesta passagem da *Play True*, é na direção de um conhecimento molecular sobre a vitalidade dos esportistas de alto rendimento que os especialistas somáticos contemporâneos devem orientar-se acerca dos usos e detecções de doping. Isso em razão de as descobertas e manipulações genéticas alterarem substancialmente os modos pelos quais se pode realizar o doping e os exames para detectá-lo. Assim, os *experts* devem, também, ter saberes de ordem genética, a fim de auxiliarem a WADA-AMA na consecução de seus objetivos.

Ao valer-se dos saberes dos *experts* e de seus aconselhamentos na orientação dos atletas nessa empreitada contra o doping genético, a WADA-AMA (2005, n.1, p. 1) tem formado associações de cientistas para empreender “ações no campo da educação para informar aos atletas e as suas equipes de apoio que o doping genético segue sendo uma ciência imperfeita e arriscada”. Em suma, o que se pode observar, aqui, são algumas formas de poder pastoral contemporâneo, colocadas em ação por meio dos especialistas somáticos,

os quais informam aos atletas sobre as consequências e os efeitos do uso de aplicações biotecnológicas em seus corpos.

Nos processos de controle do doping existe uma série de ações e parceiras para que tais ações sejam realmente efetivas, ou, ao menos, tenham credibilidade. Assim, não é somente a WADA-AMA que realiza os testes antidopagem, mas credita tais tarefas a consórcios, laboratórios e outras partes interessadas, desde que possuam expertise na área. O programa de controle de doping foi estabelecido, em 2002, por exemplo, conjuntamente com as mais diversas Federações Internacionais de esportes, de acordo com o prescrito em agências reguladoras, tendo escolhido o *Drug Free Sport Consortium* (DFSC) para “desenvolver, conduzir e gerenciar este programa de testagem” (WADA-AMA, 2002, n.1, pg. 4). Os resultados da coleta de material dos desportistas submetidos aos testes antidoping são enviados a laboratórios credenciados e creditados pelo Consórcio (DFSC). Além do mais, uma série de especialistas do corpo (somáticos) é requerida para opinar e indicar quais procedimentos e testes são os mais eficazes no controle antidoping, na medida em que possuem conhecimento científico na área.

É importante destacar que, durante a confecção do Código Mundial Antidoping, se destacou, repetidas vezes, que ele só se tornou possível mediante a participação de “cerca de 30 experts, representando uma gama ampla de áreas no antidoping, vindos de diferentes regiões geográficas”, os quais, por sua vez, acabaram por legitimar, validar e tornar fidedignas as ideias ali propostas, mediante os saberes técnicos e científicos ali envolvidos (WADA-AMA, 2002, n.2, p. 8).

Dentre os aparatos criados para compor e subsidiar uma rede de significados relacionados ao doping é possível destacar que a WADA-AMA, no que se refere ao doping genético, tem “formado associações com alguns dos melhores cientistas do mundo para financiar projetos de investigação sobre a maneira de detectar, em última instância o doping genético” (WADA-AMA, 2005, n.1, p. 1). Essas implementações foram realizadas tendo em vista a “necessidade dos governos e organismos reguladores criarem um marco que regule a aplicação da tecnologia de transferência de genes” (idem, ibidem).

Observamos, assim, nesses excertos, a diversidade de aparatos fomentados por diversas organizações para o combate ao doping. Tais recorrências se articulam, enquanto

elementos de agenciamento e reforços, para a eficácia das estratégias e formas de governo. Além do mais, o exercício de governo necessita, também, do desenvolvimento de técnicas para que o sujeito aja sobre ele mesmo, na medida em que deve se sujeitar a esse regime de verdade disseminado nos aparatos que o sujeita.

Acerca do doping genético, o método ou substância que mais impõe dificuldades de regulação pela WADA-AMA, inúmeros investimentos são realizados na direção de controlá-lo, e para esta empreitada os *experts* exercem importantes papéis enquanto elementos estratégicos. Mesmo que haja uma série de especulações acerca deste método proibido (foi incluído na lista de substância e métodos proibidos desde 2003), inclusive tendo edições de documentos e conferências específicas sobre este tema ao longo dos últimos anos, “os científicos [da WADA-AMA] não acreditam que o doping genético seja uma realidade” (WADA-AMA, 2004, n.3, p. 1) – o que leva a inferir que todos os investimentos da WADA-AMA são apenas na direção da precaução. Ou ainda, que, por não haver formas confiáveis de detecção, se parte do pressuposto de que o doping genético não exista, mesmo com todos os investimentos acerca da discussão sobre ele. Nessa direção – mesmo não acreditando que o doping genético seja uma realidade – a WADA-AMA (2004, n.3 p. 2) tem “formado associações com alguns dos melhores cientistas do mundo para financiar projetos de investigação sobre os modos de detectar, em última instância, o doping genético”. Somente assim, com esforços desta ordem (no âmbito do prudencialismo perspectivo), é que os *experts* manterão a Agência informada sobre “as tecnologias de ponta para detecção do doping genético”. Os especialistas, aqui, assumem importante função no controle e regulação da vitalidade dos atletas, na medida em que eles são parte da grande engrenagem de regulação e proibição acerca dos usos que o aprimoramento do desempenho humano pode vir a representar nos esportes.

A importância dos *experts* científicos, talvez mais do que dos conselheiros, ex-atletas, treinadores e outros que possam vir a ser recrutados na luta contra o doping, parece assumir uma centralidade na cruzada de limpeza do esporte proclamada e desenvolvida pela WADA-AMA. As opiniões dos cientistas são de extremo valor, assim como suas pesquisas e desenvolvimentos científicos. Tomando essa centralidade científica como plataforma para o desenvolvimento de suas políticas, no ano de 2007, a revista *Play True* teve uma edição

especial abordando somente a Ciência e os cientistas. Nesta edição (WADA-AMA, 2007, n.2) a Agência ressaltava a importância de seu “Programa de Investigação Científica”, existente desde 2001, e colocado em ação apenas dois anos após a fundação da Agência, antes mesmo que a primeira edição da *Play True* passasse a circular. Nesta edição temática sobre a Ciência, em todas as suas seções, são os especialistas científicos que ganham centralidade, . São eles que, com o ‘poder da palavra’, anunciam as novas descobertas, os métodos de detecção de dopagem, as tendências de proibição dos usos de substâncias e métodos de doping, assim como os riscos envolvidos nesses processos. No editorial, o Diretor Geral da WADA-AMA explicita os progressos recentes da Ciência aplicada ao doping e resalta a importância dos cientistas que compõem o “Programa de Investigação Científica”, agradecendo-os publicamente:

Quero aproveitar a ocasião para expressar meu reconhecimento por seus inestimáveis trabalhos, sem os quais não se poderia fazer uma luta legítima contra o doping no esporte. Há muitos outros [cientistas] que também se dedicam ao estudo científico no âmbito do antidoping, e que tem utilizado sua experiência em outros espaços altamente especializados no serviço da luta contra o doping no esporte. A WADA-AMA e seus interessados agradecem seus trabalhos e as colaborações criadas, que nos permitem fazermos mais e com mais eficiência a detecção do doping (WADA-AMA, 2007, n.2, pgs. 6-7).

Com base nestas características apontadas anteriormente, pode-se dizer que a publicação de uma edição específica da *Play True* sobre os aspectos científicos envolvidos no doping diz respeito não somente à Ciência em si, mas a uma formação discursiva específica sobre o que é, que centralidade ocupa e que poder de verdade exerce a Ciência. E mais: enquanto formação discursiva, composta por enunciados de verdade, a Ciência precisa que estes determinados sujeitos ocupem posições para, desde seu interior discursivo, tais verdades possam ser ditas, materializando-se, assim, em sujeitos enunciadores de verdades. A esses sujeitos compete a função de *experts* ou, a partir de Rose (2013), especialistas somáticos. Tal como o excerto acima destaca, sem estes sujeitos cientistas – e sem esta formação discursiva, a Ciência – a luta contra o doping seria muito mais frágil. Deste modo, tanto o discurso como o sujeito que nele se insere para falar, que evoca legitimidade e autoridade para si ao mesmo tempo em que lhe é atribuída esta legitimidade e autoridade, são imprescindíveis na constituição do governo da vitalidade dos esportistas. Este

emaranhado de relações constitui uma forma de governo. Enquanto parte fundamental deste processo, esses sujeitos, são tomados como “os *experts*” na luta contra o doping.

Entretanto, os discursos e, em especial, os especialistas, compõem apenas uma parte do enredo da atualização da biopolítica contemporânea, ou ainda, da “Política da própria vida e da vitalidade”. Há outra direção de análises sobre esta forma hodierna de governo, a qual se centra na organização de um conjunto de individualidades, as quais, aqui, são intituladas de biossociabilidades.

### 3.2 COLETIVIDADE BIOSSOCIAL

Os esportistas de elite podem ser compreendidos enquanto um coletivo que possui características particulares que os distinguem dos sujeitos não atletas, especialmente se considerarmos que muitos deles se tornam (ou são tornados) atletas a partir de uma conformação ou característica físico-biológica tida como natural (maior resistência muscular, maior flexibilidade, maior capacidade de impulso, etc.). Essa condição lhes possibilitaria ter performances esportivas bem acima da média geral demais sujeitos. Esta forma de compreensão, que caracterizou indivíduos e os alocou em determinadas posições a partir dessas marcações biológicas, baseadas num essencialismo natural potencializado pelo treinamento, deixou de ser produtiva para analisarmos as condições contemporâneas em o que é natural, cultural ou artificial se confundem.

As concepções e epistemologias que se apoiam em perspectivas naturalistas de mundo, que veem a distinção entre natureza e cultura e atribuem à primeira um caráter essencialista e universal, se apoiam, segundo Rabinow (1999), em alguns axiomas centrais. O primeiro é de que o artificial nunca é tão bom quanto o natural. Assim, toda e qualquer intervenção humana, na natureza, seja na tentativa de imitá-la seja na tentativa de modificá-la, está sempre aquém do valor daquilo que já era dado, natural. Um segundo axioma, refere o autor, se vincula à noção de que a vida é autoprodutiva, ou seja, a natureza é que fornece

a própria vida e sua contínua produção. Por fim, a ideia de homeostase, autoregulação, subentendida como a regra central para a continuidade da ordem natural do mundo, conforma o terceiro axioma.. A própria ação humana não mais é tida como natural, a não ser que esse natural seja da ordem do significado da estimulação e expansão da própria vida humana (RABINOW, 1999).

Rabinow (1999), assim como Rose (2013), afirma que a melhor maneira para entendermos o momento atual de transformações das relações humanas e sociais com a natureza é identificarmos algumas recorrências ou efeitos em que tais transformações se manifestam. Rabinow (1998, *apud* MACHADO e SILVA, 2008) também discute as alterações da compreensão de natureza e cultura a partir das análises da constituição de sujeitos e identidades seguindo os impactos sociais da biotecnologia. Para o autor, haveria na atualidade, pelo menos, dois tipos de relações sociais baseadas nas narrativas das tecnologias da vida, a saber, a sociobiologia e a biossociabilidade. Essas duas noções se constituiriam em possibilidades para compreendermos o momento atual da influência das biotecnologias nos modos de conceber o mundo e de nos relacionarmos nele.

No caso da primeira, as relações humanas e modos de pensar ainda estariam fortemente marcados pela ideia evolucionista de mundo, na qual a sociedade se organiza a partir de elementos e marcas fundamentalmente biológicas. Desse modo, a constituição de grupos ou identidades pessoais estaria condicionada aos elementos biológicos constituintes dos sujeitos. A construção das identidades de gênero, por exemplo, a partir de marcas biológicas tais como presença ou ausência de pênis ou clitóris, seria um exemplo do modo como se opera nas sociedades ocidentais modernas a diferenciação e constituição de grupos e identidades como homem/mulher, macho/fêmea, atletas masculinos/atletas femininos.

Já no outro caso, na biossociabilidade, o que estaria em pauta é a forma como a natureza é modelada na cultura (em contraste com sociobiologia em que a natureza organiza as relações sociais). Assim, para a biossociabilidade a natureza, além de ser conhecida, forjada e refeita pela cultura, através da técnica e da biotecnologia, ao mesmo tempo e de forma inextrincável, transforma a maneira pela qual conhecemos e experimentamos aquilo que era tido como cultural, ou ainda, numa perspectiva clássica de cultura, os bens ou conhecimentos tipicamente oriundos da produção humana.

Assim, na sociobiologia haveria uma primazia do biológico na organização das relações sociais, enquanto na biossociabilidade não existiria tal primazia, nem de ordem biológica tampouco cultural. Estas duas dimensões estariam, a partir das biotecnologias de vida contemporânea, interagindo na configuração de uma terceira via de relações sociais, em que as fronteiras entre cultura e natureza estabelecidas pelo pensamento moderno estariam borradas, compondo uma nova forma de experimentações sociais.

Nas palavras do próprio Rabinow (1999, pgs. 143-144),

se a sociobiologia é uma cultura construída com base numa metáfora da natureza, então na biossociabilidade a natureza será modelada na cultura compreendida como prática; ela será conhecida e refeita através da técnica, a natureza finalmente se tornará artificial, exatamente como a cultura se tornou natural. Se este projeto chegasse a ser realizado, ele seria a base para superar a separação entre natureza e cultura.

A artificialização da natureza sugerida por Rabinow (1999) incorporaria a construção de novas verdades oriundas dos saberes biotecnológicos, em especial dos projetos genômicos. A construção dessas verdades possibilitaria a formação de novas identidades e de grupos, dando margem a redes de socialização (biossociabilidade) marcadas pelos saberes biotecnológicos, artificiais.

Casos como o relatado por Fausto-Sterling (2001/2), em que atletas olímpicas mulheres até a década de 60 do século passado tinham que desfilarem nuas perante um corpo de examinadores para certificar sua feminilidade não ocorreriam mais. Tal caso é emblemático para pensarmos a noção de sociobiologia, uma vez que somente as marcas (visíveis, palpáveis e universais) biológicas eram suficientes para determinar um grupo social, a saber, mulheres atletas olímpicas. No entanto, comenta a autora, tal modo de averiguação do sexo foi substituído por um teste mais científico, o da análise do cromossomo. Assim, o teste poderia mapear os genes das atletas e identificar pequenas regiões ou pares de cromossomos que pudessem ter a presença de hormônios masculinos. Como foi aludido em capítulo anterior, casos como o da corredora espanhola Patiño, que tinha a síndrome de insensibilidade ao andrógeno, serão mais facilmente mapeados (FAUSTO-STERLING, 2001/2). Analisando tal caso a partir da noção de biossociabilidade proposta por Rabinow (1999), não



haveria somente competições entre atletas masculinos ou femininos, mas também entre atletas portadores de tal doença ou deficiência genética em determinado par de bases de cromossomo, ou, como no caso de Patiño, haveria uma categoria para “mulheres portadoras da síndrome de insensibilidade ao andrógeno” (FAUSTO-STERLING, 2001/2).

Atualmente podemos encontrar no seio da sociedade grupos que não apenas aceitam essa possibilidade de novas formas de sujeição, através das biotecnologias contemporâneas, mas que buscam incorporar tais formas de pensar e existir em suas maneiras de viver, através de dados processos de subjetivação. Poderíamos pensar estes grupos a partir da noção biossociabilidade, cunhada por Rabinow (1999).

Exemplos que se inserem na teia da biossociabilidade contemporânea podem ser trazidos a partir do princípio da transhumanidade. Existem grupos ativistas que advogam a favor da constituição de um novo tipo de ser humano, o “transhumano”. Esses grupos se organizam e divulgam materiais na rede mundial de informações (internet), criando blogs<sup>22</sup> e encontros presenciais para discutir possibilidades transhumanas de vida.

Na carta de princípios da “Transhumanidade” encontramos, por exemplo, manifestações que corroboram com o argumento do desenvolvimento de novos grupos e novas subjetividades. Assim, objetivos tais como “ampliar o potencial humano de superar o envelhecimento, deficiências cognitivas, o sofrimento involuntário, e nosso confinamento no planeta Terra”, ou ainda, defender “o uso de técnicas que podem ser desenvolvidas para ajudar a memória, concentração e energia mental”, ou aprimorar “terapias de extensão da vida, tecnologias de escolha reprodutiva, métodos de criogenia”, e outros que ampliem e aperfeiçoem o ser humano são amplamente descritos como finalidades e princípios dessa declaração (HUMANITYPLUS, 2014). Os argumentos de Sloterdijk (2006), antes expostos sobre as possibilidades que a biotecnologia oferece ao ser humano para manipulação dele mesmo, tornam-se evidentes quando analisamos alguns dos princípios da “Declaração Transhumanista” tais como os acima descritos.

---

<sup>22</sup> Dentre os tantos movimentos criados e veiculados em blogs sobre o transhumanismo, é possível destacar o *Humanityplus*, órgão sem fins lucrativos que agrega “aproximadamente 6000 pessoas seguidoras do *Humanity+* advindas de mais de 100 países, desde Afeganistão ao Brasil, do Egito à Filipinas”. Disponível em <http://humanityplus.org>. Acesso em 02/07/2014.

No ano de 2010, por exemplo, ocorreu o evento “H+ Summit”, na Universidade de Harvard. Esse evento foi organizado em dois dias de encontros, nos quais foram discutidos os potenciais tecnológicos para modificar corpos, mentes, vida e o mundo, advogando a ideia de que “a humanidade poderá transformar-se radicalmente pela tecnologia num futuro próximo” (HUMANITYPLUS, 2014). Outro exemplo de grupos organizados a partir desta nova configuração humana está claramente explicitado num dos princípios da “Declaração da Transhumanidade”. Nela está escrito o seguinte: “Precisamos também de fóruns onde as pessoas possam discutir de forma construtiva o que deve ser feito, e uma ordem social em que as decisões responsáveis possam ser implementadas” (HUMANITYPLUS, 2014). A construção desses grupos, fóruns de debate e encontros em torno do tema transhumanista representa a agregação e criação de grupos identitários em torno das novas possibilidades de sermos humanos no seio das tecnologias da vida contemporâneas.

Com base nestes poucos exemplos já é possível perceber o quão pertinente é a reflexão de Rabinow (1999) quando ele apresenta a noção de biossociabilidade para designar grupos ativistas que se orientam a partir das biotecnologias. Inclusive, arrisca o autor, “esses grupos terão especialistas médicos, laboratórios, histórias, tradições e uma forte intervenção dos agentes protetores para ajudá-los a experimentar, partilhar, intervir e ‘entender’ seu destino” (RABINOW, 1999, p. 147). Não obstante, a organização *Humanityplus* possui parceiros, instituições apoiadoras, *newsletter*, publicações oficiais, além de consultores especialistas como biomédicos gerontólogos, cientistas políticos e diretores de empresas biotecnológicas (HUMANITYPLUS, 2014).

Os apontamentos apresentados por Rabinow (1999) auxiliam a pensar e analisar as novas configurações de grupos sociais ou de sujeitos a partir dos efeitos das aplicações biotecnológicas nos seres humanos. Em outro sentido, mas ainda sobre o mesmo tema, Rose (2013) concebe tais transformações a partir das interconexões que estabelecem com diversas dimensões sociais contemporâneas. Dentre essas dimensões destaco, nesse momento, “a molecularização”.

Conforme já abordado, por tal termo Rose (2013) indica um modo particular de compreensão da vida, e que as Ciências naturais e biomédicas concebem a vida e a vitalidade humana em níveis microscópicos, os quais podem ser manipulados e agenciados

de diversas maneiras. Nessa ótica a vida, compreendida enquanto codificações não visíveis a “olho nu”, está sob permanente acesso e intervenção humana. Desse modo, a visão de corpo baseada numa compreensão molar tem sofrido alterações na medida em que os avanços biotecnológicos criam possibilidades de conhecê-lo neste outro nível, molecular, nos quais as possibilidades de mapear e descrever o corpo são realizados a partir de elementos infinitamente menores. Desse modo a vida é sofre ações nos termos de propriedades funcionais do código sequencial genômico e em suas variações (ROSE, 2013).

É possível percebermos a maneira pela qual este modo de pensar pode ser incorporado no esporte de alto rendimento, inclusive regulando modos de participação de atletas e determinando suas identidades (sujeitando-os), como vimos, por exemplo, no caso da corredora espanhola Patiño, citado por Fausto-Sterling (2001/2). O caso dessa atleta expõe o modo como se regulou, no âmbito esportivo internacional, a identidade de gênero da corredora a partir do nível molecular. Caso Patiño submeteu-se a um exame tradicional de verificação de sexo das competidoras, utilizado até meados da década de 60 do século passado, ela teria passado despercebida pelo exame de averiguação de feminilidade. Porém, ela teve que se submeter a um exame em nível ‘molecular’, no qual retiraram células de sua bochecha através do método de raspagem e identificaram a presença de um cromossomo Y em sua constituição genética. Aliás, “seus lábios [vaginais] ocultavam testículos e, além disso, ela não tinha ovários nem útero” (FAUSTO-STERLING, 2001/2).

A regulação da participação de Patiño, assim como, a determinação de seu sexo foram realizadas em nível molecular. Inclusive, tal averiguação também desencadeou outras observações como a presença de pequenos testículos e a ausência de ovário, marcas corporais que, tradicionalmente, não identificam uma mulher. Estas conclusões só puderam ser acessadas a partir de um conjunto de aparatos que permitem tais des-cobertas (algo que já estava lá, coberto, mas ainda não tinha vindo à tona).

Não obstante dessa linha argumentativa, Sibilia (2002, p. 77) relata a ascensão de um modo de pensar “informático-molecular” em detrimento do “mecânico-geométrico”. Nesse novo “estilo de pensamento” a matéria prima da vida, seu enigma fundante, não está em nível molar, mas sim no nível da informação. Tal emergência de pensamento ocorreu a partir da “exploração da vida em escala atômica”, o que resultou, posteriormente, numa

“descoberta fundamental: a estrutura da molécula do DNA” (SIBILIA, 2002, p. 75). De modo semelhante, Lima (2004) relata a superação do corpo-máquina pelo corpo-informação, na medida em que a promulgada ideia e concepção de ser humano, baseado, sobretudo, na modernidade e na metafísica, têm sucumbido mediante as tecnologias contemporâneas.

Tomando a descoberta da molécula de DNA como um marco no princípio de inteligibilidade da vida a partir da informação genética, passamos, por assim dizer, a explorar, mapear e manipular a vida a partir de códigos de informação. Esses códigos, entretantes, não são visíveis em nível molar, tornando-se “visíveis” – e diria até mesmo possíveis de serem produzidos, em meio aos aparatos tecnológicos que lhe dão sustentação, tais como microscópicos e outros – em níveis moleculares. Assim, o nível molecular proposto por Rose (2013) se assenta, também, numa visão de “informático-molecular”, tal como citado por Sibilía (2002), e de “corpo-informação”, aludida por Lima (2004). E mais, tal modo de pensar ganha força nas palavras de Sloterdijk (2006) quando ele trata das relações entre biotecnologia, homem e natureza a partir da noção de “princípios de informação”.

Os caminhos para análises apontados pelos autores indicam pistas que foram seguidas na discussão do problema de estudo aqui proposto. Isso porque as ideias aqui apresentadas servem para construir um panorama amplo do modo pelo qual as relações entre artificial e natural (RABINOW, 1999), entre modos de pensamento em nível molar e molecular (ROSE, 2013) e princípios de informação (SIBILIA, 2002; SLOTERDIJK, 2006; LIMA, 2004) podem auxiliar a compreender a emergência e configuração de uma forma particular e contemporânea de compreensão da vida e do humano. Ou ainda, retomando as indicações iniciais deste capítulo acerca das biopolíticas contemporâneas, tais modos de pensar acarretam em coletividades biossociais.

Na esteira dos processos formativos da WADA-AMA o Programa de Conscientização ocupa um dos lugares mais centrais das ações empreendidas. Dentre os principais objetivos preconizados, a conscientização dos atletas em “quem nós somos e quem queremos ser” é uma das razões desse programa, indicando os tipos de ações e comportamentos esperados dos sujeitos que são e virão a ser os esportistas de elite (WADA-AMA, 2002, n.1 p. 5). Para tanto, este programa “é alocado em áreas de intenso movimento de atletas nos eventos esportivos (como por exemplo: o salão de janta dos atletas, a zona mista internacional ou

nos centros esportivos)”. Nestes espaços, há a exibição, através de banners, laptops e outras ferramentas dos principais valores e ações da WADA-AMA.

A afirmação acima destaca pela WADA-AMA, em que os atletas devem se reconhecer em sujeitos de um mesmo grupo, através do análogo preceito socrático do “conheces a ti mesmo”, é discutido por Rose (2013) como formas de coletivismo. As novas formas de coletivismo debatidas por Rose (2013, p. 205) apresentam “circunstâncias onde as formas de vida, os compromissos éticos, os tipos de políticas e as tecnologias de comunicação” assentam as bases para que tais coletividades sejam possíveis. Assim, nessas coletividades o indivíduo não é uma parte isolada do grupo, mas é, ao mesmo tempo, representante e representado, são comunidades coletivas em que os sujeitos pode e devem ser responsáveis e portador de seus discursos. Essa condição de pertencimento a um grupo é um dos investimentos da WADA-AMA quando incita os atletas a pertencerem a um grande grupo social, a saber, os atletas de elite, e que possam também incluir seus pares nesse mesmo grupo.

Dentre outros exemplos enquanto ações de governo direcionadas a coletividade biossocial dos atletas de elite é possível citar uma das principais ações da WADA-AMA (se não a principal), qual seja, o Código Mundial Antidoping. Na preparação de sua implantação, em 2002, foram realizadas ações de integração em conjunto com uma série de órgãos, tais como federações internacionais, comitês olímpicos, organizações governamentais, autoridades públicas e outros. O principal objetivo desses esforços em conjunto era o de criar não apenas o Código Mundial Antidoping (embora esse fosse a materialização dos esforços), mas sobretudo, unir diferentes frentes, instituições e ações sob um guarda-chuva geral, que desse conta de representar toda a campanha antidoping em nível mundial. Era necessário um estandarte da WADA-AMA que fosse aceito e homologado por diversas partes interessadas. A esse documento deu-se o nome de Código Mundial Antidoping. A esses esforços de homogeneização e uniformização das ações atribuiu-se o nome de harmonização (WADA-AMA, 2002, n. 1, p. 13). No desenvolvimento da estrutura do Código Mundial Antidoping uma das principais ações estabelecidas residia justamente na planificação de uma “harmonização universal”, que contemplasse os principais tópicos da luta antidoping. (WADA-AMA, 2002, n. 1, p. 14).

A perspectiva de uma política geral de harmonização acerca do doping no esporte não é uma ideia recente. Miah (2008, p. 63, destaques do original) ressalta que “a ideia da abordagem *harmonizante* ao (anti) doping tem sido associada à governança do esporte desde quase seu início, no começo da década 1960”, mas que somente na atualidade tem tomado contornos mais claros. Reitera ainda que o principal argumento da política de harmonização é “garantir que muitas instituições esportivas estejam em concordância sobre os métodos de teste e sancionamento” (MIAH, 2008, p. 63). Entrementes estas políticas sofreram com discordâncias entre governos e instituições esportivas durante muitos anos, e a criação da WADA-AMA em 1999 veio justamente para dar conta de superar esses obstáculos.

Exemplos dessa política de harmonização são inúmeros na revista *Play True*, especialmente na seção do glossário. Neste espaço são apresentados termos comuns que permeiam a WADA-AMA e que devem ser compreendidos pelo leitor, sendo, por isso mesmo, destacados na revista, na medida em que assumem importância nas ações da agência. No glossário de uma das primeiras edições da revista é apresentado um grande parceiro da WADA-AMA na cruzada antidoping o *International Intergovernmental Consultative Group on Anti-Doping in Sports* (IICGADS). É uma instituição, como o próprio nome sugere, intergovernamental, presente em mais de 25 países, sediada na Austrália e fundada em 1999. Em parceria com a WADA-AMA procura “encorajar o desenvolvimento regional de sustentação de associações intergovernamentais ou arranjos específicos para o antidoping” (WADA-AMA, 2002, n.2, p. 5). Nesta tarefa, em parceria com a WADA-AMA, procura coordenar participações governamentais no mundo, na tentativa de “facilitar a harmonização de políticas em áreas de responsabilidade e jurisdição exclusivas de governos” (WADA-AMA, 2002, n.2, p. 1). Assim, através de processos de regulação intergovernamentais no esporte em diferentes esferas internacionais, o processo de harmonização das políticas antidoping tomam a forma de estratégias, princípios, ações comuns em nível global. Eis a tarefa da harmonização: formar uma coletividade social a partir de agenciamentos sobre o doping que atinjam o escopo internacional, através de mecanismos regulatórios cada vez mais sofisticados, em que nenhuma esfera vinculada ao esporte e referida ao doping possa ser deixada de fora. Tais ações conformam uma coletividade bio-social.

Além da já citada IICGADS, em outro glossário da revista é citada a *Concerted Action in the Fight against Doping in Sport* (CAFDIS). Este programa foi criado em 2001 e é financiado pela Comissão Europeia, e consiste “na criação e suporte de um website com informações antidoping”, tendo como principais parceiros comitês olímpicos internacionais, federações internacionais e nacionais, laboratórios credenciados e outros.

Um marco fundamental nos processos de harmonização das políticas antidoping foi a Conferência Mundial de Doping no Esporte, que precedeu a confecção do Código Mundial Antidoping, realizada na cidade de Copenhague, Dinamarca, em março de 2003, com a presença das mais diversas representações e autoridades vinculadas ao esporte mundial. Esta conferência recebeu uma edição temática exclusiva da revista *Play True* (WADA-AMA, 2003, n. 1), que apresentava os principais pontos de destaque do célebre evento. O principal objetivo da conferência foi o de discutir, aceitar e aplicar políticas para a implantação do Código Mundial Antidoping, resultando ao final do evento na publicação da resolução que aceitava o Código Mundial Antidoping. Ao final, estava delineada a conquista e materialização do principal objetivo da WADA-AMA: “Pela primeira vez todos os atletas irão participar sob as mesmas regras, as mesmas normas e as mesmas sanções para as regras antidoping”. Ao final, esta conferência “remeteu uma poderosa mensagem aos trapaceadores: seus dias estão contados” (WADA-AMA, 2003, n. 1, p. 1)

Na tentativa de garantir cada vez mais adeptos à política de harmonização, e tendo em vista as enormes discrepâncias que constituem os governos políticos, as federações nacionais de esportes e as próprias práticas esportivas nos diferentes redutos do planeta, muitas vezes a WADA-AMA, embora reconhecida instituição de controle esportivo internacional, não possui alcance suficiente para gerir as distâncias e diferenças existentes nos esportes e nos setores de governos onde estes ocorrem. Assim, a WADA-AMA elenca estratégias para adentrar cada vez mais em espaços antes não reconhecidos.

Em 2005, por exemplo, à WADA-AMA foi solicitada que desempenha-se um papel consultivo na Convenção Internacional contra o doping no Esporte da UNESCO. As proposições finais desta convenção “foram ratificadas por mais de 125 dos 193 Estados Membros da UNESCO (que representa quase 90% da população mundial)” (WADA-AMA, 2009, n. 2, p. 6). Desse modo, mesmo que tenha como filiados as mais diversas instituições

esportivas internacionais e governos de boa parte dos países, quando há espaços em que as políticas de harmonização não conseguem adentrar, a criação de parcerias com órgãos supranacionais tornam-se uma alternativa produtiva no alcance dessas metas.

A constituição de uma rede ampla que congrega um sem fim de associações e entidades nacionais, internacionais e até mesmo supranacionais, tal como descrito enquanto ações da WADA-AMA, vai na direção de compor uma teia ampla de efetivação não apenas de mecanismos reguladores contra o doping, mas também, na construção e reforço de identidades coletivas baseadas em pressupostos biológicos, como o caso do doping e de seus aprimoramentos da performance esportiva. Rose (2013) destaca que uma das decorrências das construções de coletividades biossociais são a materialização de associações, organizações e entidades que representem os cidadãos biológicos inscritos em determinadas marcas biológicas (no caso desse estudo sobre o uso de doping). Normalmente, descreve o autor, os serviços prestados por essa amálgama de instituições incluem informativos, publicações, programas, aconselhamentos, aportes jurídicos, entre outros, tal como ilustrado a partir do material da WADA-AMA.

Não obstante a esta teia de relações – e, pelo contrário, compondo mais ainda estas formas de regulação de modo a estender o controle sobre o doping nos mais variados recônditos do planeta –, a WADA-AMA solicitou à *International Police Organization* (INTERPOL), reconhecida organização internacional de polícia, que a auxiliasse na condução dos aspectos de policiamento acerca do doping. Desde 2004, a partir de uma reunião na sede da Interpol, em Lyon (França), em que estiveram presentes representantes do Comitê Olímpico Internacional, da WADA-AMA e da Secretaria Geral da Interpol, ficou definida uma parceria no combate ao tráfico de substâncias possivelmente utilizadas para o doping. Nesta ocasião foi firmada uma parceria que resultou “numa rede de Oficinas Centrais Nacionais da Interpol em cada um dos 186 países membro da WADA-AMA, um sistema de comunicação de base de dados policiais global e seguro, que possam ser utilizados para localizar pessoas redes” relacionadas ao doping (WADA-AMA, 2007, n.1 p. 4). No bojo destas relações não apenas as políticas de harmonização tomam forma, mas, sobretudo, as de policiamento – neste caso criminal – compondo formas de regulação cada vez mais amplas e precisas. Tais estratégias se desenvolvem como formas de governo dos atletas, e mais, formas de governo



da vitalidade esportiva, na medida em que buscam exercer o controle daquilo que viria a ser a potencialização do atleta. É neste escopo que a noção de biopolítica aqui sugerida, enquanto uma política da própria vida emerge, pois, diferentemente da “biopolítica tradicional” não atua apenas no controle dos processos de vida/morte ou saúde/doença, mas opera no controle da vitalidade da performance, do “mais”, na regulação de uma coletividade que pretende incrementar as próprias capacidades vitais.

Tal deslocamento do biopoder é também analisado, como referido, por distintos autores em suas pesquisas (FRAGA, 2006; LIMA, 2004; SIBILIA, 2002). Lima (2004), por exemplo, ao analisar as transformações hodiernas relativas à produção do corpo, ressalta que as novas modalidades de poder-saber operam na direção de um corpo compreendido enquanto informação, especialmente pelo DNA. Na esteira das argumentações que tenho elencado, o autor segue na direção do que propõe Rose (2013), com “molecularização”, e Sloterdijk (2006), com “princípios da informação”. Não distante disso – aliás, na mesma direção –, Sibilía (2002) também analisa o projeto faústico do homem a partir dos princípios informacionais. Fraga (2006), por sua vez, analisa os modos de governo contemporâneos dos corpos no “mercado da vida ativa” através do que ele denomina biopolítica informacional, na medida em que as estratégias por ele analisadas compõem redes de informações para que os sujeitos cuidem de suas saúdes através de um estilo de vida ativo.

Embora não sejam abundantes, uma série de estudos vêm sendo realizados na direção de atualizações do biopoder e da biopolítica foucaultianos, sobretudo aqueles voltados aos novos investimentos nos corpos (LIMA, 2004; SIBILIA, 2002), passando por análises dos aspectos de saúde e, também, da cultura física e esportiva de modo geral (FRAGA, 2006). Obviamente, os suportes teórico-metodológicos de Rose (2013), Rabinow (1999) e Rabinow e Rose (2006) marcam iniciativas mais amplas sobre estes aspectos. Há também estudos que desenvolveram análises sobre a WADA-AMA a partir da noção de governo e biopolítica foucaultianos, porém, mantendo os conceitos tal como aqueles elaborados originalmente por Foucault. Silveira (2013), por exemplo, ao analisar os discursos oficiais da WADA-AMA acerca do doping no esporte, explorando, especialmente, as questões de gênero e sexualidade vinculadas às tecnologias contemporâneas, destaca que os principais aspectos veiculados pela WADA-AMA se referem, sobretudo, às questões de

saúde e do incentivo à prática de atividades físicas, configurando, portanto, uma forma de governo sobre os corpos das atletas baseado na premissa eminentemente política do biopoder.

Assim, cabe dizer que as considerações aqui elencadas, sobre as formas de regulação dos corpos e dos sujeitos atletas, só fazem sentido neste estudo se pudermos analisá-las enquanto constituintes de um novo coletivo ou comunidade de indivíduos, que se baseia, especialmente, no controle de suas capacidades vitais. É nessa direção que, ao regular as políticas de aumento do desempenho de atletas de alto rendimento, a WADA-AMA acaba, concomitantemente, conformando-os enquanto um grupo social específico. Esse grupo social, submetido ao controle da vitalidade, está numa nova ordem de saber-poder, pois os elementos de biossociabilidade que os constituem são os diversos incrementos que potencializam suas performances, em especial, aqueles relacionados aos “princípios de informação” ou os que se encontram no nível da “molecularização”. É evidente que outros recursos, que atuam no plano “molar” de melhoria do rendimento esportivo continuam atuando, mas mesmo esses, embora vistos a “olho nu”, são igualmente alvos de regulação e controle, constituindo-se também em vetores da biossociabilidade.

Portanto, o que está em pauta na conformação da biossociabilidade dos atletas de alto rendimento não é tanto o nível em que as aplicações ocorrem nos seus corpos, sejam elas “informativas”, “moleculares” ou “molares”, mas o próprio exercício de conhecimento, controle e regulação exercido pela Agência. Em suma, é o próprio ‘governo da vitalidade da performance esportiva’, a partir das inúmeras estratégias utilizadas pela WADA-AMA, que acaba por conformar uma coletividade específica, baseada na vitalidade em si mesma. Este grupo biossocial são os atletas de elite.

### 3.3 GOVERNANDO A SI MESMO

Dentre as diferentes formas nas quais o governo é moldado e estabelecido, especialmente se atentarmos para as considerações de Rabinow e Rose (2006) referentes à atualização da noção de biopolítica contemporânea, poder-se-ia destacar as tecnologias do eu, ou ainda, as técnicas de si. Essa forma específica de governo se assenta em técnicas para a relação da pessoa consigo mesma, através de diferentes formulações e práticas, tais como o indivíduo conhecer a si mesmo (epistemológica), controle de si mesmo (despótica) ou cuidado de si mesmo (cuidado) (ROSE, 2001). Para Rose (2001), tais tecnologias do eu são “corporificadas em práticas e técnicas particulares”, como cartilhas de ensino, diários, confissões, entre outros, além de necessitarem de um *expert* autorizado e legitimado a orientar a relação do indivíduo para com ele mesmo.

Nas palavras do próprio Foucault (1997, p. 109) podemos definir as técnicas de si enquanto os

procedimentos que, sem dúvida, existem em toda civilização, pressupostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relação de domínio de si sobre si ou conhecimento de si por si. Em suma, trata-se de recolocar o imperativo do conhecer-se a si mesmo.

Essa forma de governo do conheça-se, regule-se, cuide-se de si mesmo precisa de objetivos, metas e códigos específicos para sua organização e referência epistemológica, assim como, de diversos aparatos e materiais que corroborem e sustentem tais referências. E são essas referências morais que indicarão não apenas o cuidado que se deve ter consigo mesmo, mas, de modo mais amplo e abrangente, “o que fazer de si mesmo? Que trabalho operar sobre si? Como se governar, exercendo ações onde se é o objetivo dessas ações, o domínio em que elas se aplicam, o instrumento ao qual podem recorrer e o sujeito que age?” (FOUCAULT, 1997, p. 110).

Nas discussões que seguem são tensionadas algumas ações e programas da WADA-AMA a partir desta noção das tecnologias do eu. O cuidado de si proposto aos atletas

submetidos à WADA-AMA se vale de diferentes técnicas e tecnologias e procuram, como alcance final, o governo de si e dos outros, como parte estruturante de um governo mais amplo voltado ao gerenciamento da vitalidade dos atletas através do controle do doping.

Dentre os diferentes espaços e práticas promulgados pela WADA-AMA em que são incitadas diferentes técnicas de si é possível citar as ações de conscientização acerca do tema nas diversas arenas esportivas. No programa de conscientização contra o doping nos eventos esportivos, por exemplo, comumente é exposto um banner de 4 metros quadrados nos lugares de maior circulação de atletas, intitulado “o comprometimento” ou “o testemunho”. Ao passar pelo banner “atletas são requisitados para ler o testemunho (Eu acredito no espírito do jogo limpo [Fair Play] e rejeito o uso de doping no esporte) e em seguida assinam o banner [caso] apoiem o testemunho” (WADA-AMA, 2002, n1. p.6). Além do mais, os atletas também tem a opção de postar uma foto no banner por eles assinado, reafirmando ainda, mais, através de suas imagens, o compromisso firmado.

Esta parece ser uma das formas das tecnologias do eu citadas anteriormente por Rose (2001), qual seja, uma técnica despótica, na medida em que o sujeito deve exercer um controle sobre si mesmo, seus desejos, aspirações, impulsos. Acerca desse cerceamento em torno do atleta, para que regule a si mesmo, Miah (2008, p. 64) alerta que “há uma falta de comprometimento com a prevenção por meio da educação e uma carga de responsabilidade opressora colocada sobre o atleta que domina a cultura do doping no esporte”, tendo em vista que o atleta é o principal responsável por todas as ações referentes ao doping e aquilo que permite que adentre seu corpo. Tal imposição não leva em consideração o fato de que a busca incessante pelo resultado esportivo, a “ilimitada superação de limites” (VAZ, 2005), e todos os outros aspectos e elementos envolvidos na busca do maior desempenho, acabam por influenciar, sujeitar, impor ao atleta de alto rendimento, muitas vezes, o uso de métodos ou substâncias tidas como doping. Aliás, em muitos casos, o atleta sequer sabe que está utilizando um método ou substância proibida. É a este emaranhado opressor sobre o atleta e, especialmente, à sua não problematização com conseqüente transferência de responsabilidades, que Miah (2008) refere como falta de comprometimento e prevenção pela WADA-AMA. Para ele, não adianta, apenas responsabilizar um único sujeito por uma rede extremamente ampla e complexa da busca do ilimitado desempenho esportivo.

Além do mais, a tentativa de modelação da conduta dos atletas, nesse exercício de si para consigo, encontra argumentos naquilo que Rose denominou de “etopolítica”. Por etopolítica o autor refere “as tentativas de modelar a conduta dos seres humanos mediante influência em seus sentimentos, crenças e valores – em resumo, agindo sobre a ética” (ROSE, 2013, p. 46). A requisição dos atletas para lerem o banner citado anteriormente, em que é necessário reafirmar a si mesmo que crê no jogo limpo, se inscreve numa relação de si baseada na ética da justiça e equidade que permeia o ideal olímpico. Ações como esta compõem um emaranhado de valores e crenças que devem orientar as ações dos atletas submetidos à WADA-AMA, e assim se procura garantir o autogoverno, um dos pilares da governança de um coletivo de forma mais ampla. Esta política do cuidado de si a partir da ética é também referida por Gros (2004, p. 643) quando afirma – fazendo uma releitura do trabalho de Foucault (2004) – que no cuidado de si “a ética exige exercícios, regularidades, trabalho; porém, sem efeito de coerção anônima [. . .] Não é uma obrigação para todos, é escolha pessoal de existência”. Ora, com isso, não se está dizendo que as ações da WADA-AMA não devem ser para todos os sujeitos – obviamente é isto que a Agência procura –, mas se quer afirmar que a prática do cuidado de si deve ser realizada mediante escolha individual do próprio sujeito, mesmo que ele tenha que considerar, como referência e extensão, as escolhas dos outros. É esta ação que o faz sujeito ético: o sujeito esportista na relação de si para consigo mesmo, ao acreditar veementemente no jogo limpo, dobrará a si mesmo tendo como princípios morais aquilo que acredita (a justiça e a equidade na disputa esportiva), sem o uso de elementos que potencializem sua performance. Evidentemente, desde que esses elementos sejam proibidos ou liberados pela WADA-AMA, enquanto instância que, através de seus especialistas e seus discursos de verdade, detém o poder de dizer o que é certo e/ou errado.

Cabe ressaltar, ainda, que estas práticas de governo de si através de técnicas de si fomentadas pela WADA-AMA, podem ser tomadas enquanto um controle da vitalidade dos atletas, pois operam no controle da vitalidade mesmo, da regulação do aumento e aprimoramento do humano enquanto doping. Esse tipo de preocupação etopolítica que tem como direção o modo “como deveríamos conduzir a nós mesmos apropriadamente em relação a nós mesmos, e em nossas responsabilidades para com o futuro” (ROSE, 2013, p.

46) parece encontrar nas ações da WADA-AMA um lugar de apoio para materializar-se enquanto estratégias de controle acerca do doping.

No programa “O Passaporte do Atleta”, citado inicialmente em 2002 na *Play True*, a WADA-AMA oferece a possibilidade de o atleta se registrar e se autogerir a partir das informações disponibilizadas. O passaporte do atleta “é similar a um passaporte de viagem governamental”. Funciona da seguinte maneira: o atleta faz um cadastro e *login* no sitio da WADA-AMA e

recebe seu portal confidencial e personalizado de atleta. Logando, o atleta tem acesso aos seus resultados de controle de doping, informações antidoping, assim como, tem uma maneira fácil de atualizar a WADA-AMA sobre seu endereço e horários de treino. O programa é também uma linha direta de comunicação entre a WADA-AMA e o atleta (WADA-AMA, 2002, n.2, p. 10).

Além do mais, eventualmente, a base de dados do atleta poderá ser requerida e compartilhada com outros órgãos e instituições internacionais antidoping vinculadas a WADA-AMA, tais como federações internacionais, comitês olímpicos e etc. Assim, havendo essa harmonização de informações, condutas, resultados, os “atletas podem monitorar seu próprio histórico de testagem” (WADA-AMA, 2002, n.2, p. 10). Este tipo de ação de si para consigo é reiterada por Rose (2013) quando destaca que na atualidade há uma necessidade do cidadão biológico informar sobre si mesmo e a si mesmo acerca de suas suscetibilidades, inclinações e potencialidades de incorrer em riscos na ordem da vitalidade, nesse caso, no uso de substâncias proibidas pela WADA-AMA. Não obstante a isso, Couto (2009) desenvolve a tese de que na atualidade os indivíduos precisam, constantemente, do uso de algum tipo de droga para poder atender as demandas hodiernas vorazes e velozes. Desse modo, destaca ele, é cada vez mais comum se dopar, desde que se possa administrar a si mesmo, através de controles e informações sobre seu atual estado de vida ou de ‘espírito’. O programa antes mencionado, opera nesses mesmos moldes, como um espaço técnico de confissão e responsabilização do indivíduo, nesse caso, atleta.

Outro exemplo da responsabilização do atleta no que se refere a culpabilização sobre o uso de substâncias proibidas pela WADA-AMA, pode ser analisado em outro evento

internacional. Em dezembro de 2002, no Fórum Internacional de Atletas, que reuniu na Suíça representantes de atletas das diversas Federações Internacionais, associações continentais e Comitês Olímpicos, definiu-se, ao final, uma série de recomendações a serem seguidas por atletas de toda parte do mundo. Dentre as recomendações se destacam aquelas voltadas aos cuidados de si por parte dos atletas, assim como, suas responsabilizações, como já aludido. Uma destas recomendações enfatiza a necessidade dos “atletas assumirem total responsabilidade pela ingestão de qualquer substância, incluindo suplementos alimentares, que possam gerar resultados positivos nas amostras de doping”. Além do mais, “os atletas aceitam o princípio que mesmo com as influências dos treinadores, agentes, médicos e governos eles são responsáveis por suas ações” (WADA-AMA, 2002, n. 3, p. 13).

Assim, o cuidado de si deve ser estendido aos outros, pois o atleta deve ter o cuidado de gerir aquilo que lhe é oferecido, sendo o único responsável por aquilo que ingere e/ou coloca em seu corpo. Não basta ter um gerenciamento sobre suas ações, mas também, sobre as ações dos outros que digam respeito a ele mesmo. As técnicas que incidem no atleta para que cuide cada vez mais de si, devem ser estendidas a toda a rede de suporte ao atleta. E aqui, ao cuidar de si mesmo, cuida concomitantemente dos outros que o cercam, e essas técnicas de cuidado se estendem a todos envolvidos, seja como exemplo, seja com regulação mesma. A importância do outro como referência para o cuidado de si é fundamental para esta relação de cuidado do sujeito consigo mesmo. Gros (2004, p. 650), revisando a importância do outro nas tecnologias do eu, pontua que “o cuidado de si é, portanto, atravessado pela presença do Outro: o outro como diretor de existência, o outro como correspondente a quem escrevemos e diante de quem nos medimos, o outro como amigo que socorre, parente benfeitor”. Parece caber aqui a referência aos ex-atletas que compõem o *staff* da WADA-AMA, analisados em seção anterior como *experts* do esporte por suas experiências. Entretanto, além de – ou por serem - *experts*, eles são muitas vezes solicitados a prestarem apoio aos atletas, sendo tomados como exemplos e referências para as ações a serem empreendidas pelos esportistas.

Ainda acerca dos cuidados e gerenciamentos sobre si por parte dos atletas submetidos à Agência, cabe destacar que no ano de 2005 a WADA-AMA lançou a plataforma ADAMS (*Anti-Doping Administration & Management System* – Sistema de Administração e

Gestão Antidoping), concebida, enquanto política de harmonização, para ser a “ferramenta de gestão de base de dados com base na web [sitio da Internet] da WADA-AMA. Essa plataforma proporciona funcionalidade e flexibilidade, bem como permite que os membros coordenem suas atividades de antidoping e cumpram com suas responsabilidades” referentes ao Código Mundial Antidoping (WADA-AMA, 2005, n.2, p.1). As técnicas de si aqui envolvidas são da ordem do despotismo, tal como refere Rose (2001), na medida em que exercem formas de poder que exigem que os atletas controlem a si mesmos, mediante a sujeição ao sistema implantando. Além disso, por estar alocado na página da WADA-AMA na Internet, este sistema se torna com muita facilidade “acessível virtualmente de qualquer lugar do mundo. O atleta só tem que conectar a um computador que conte com acesso à Internet para poder administrar seu perfil, atualizar informações, informar seu paradeiro, solicitar resultados de provas [...]” (WADA-AMA, 2005, n.2, p. 3), etc. Desse modo, o governo se dá de forma intermitente, e uma vez cadastrado, o atleta deve periodicamente atualizar seus dados, correndo o risco de, caso esteja desatualizado, sofrer punições, visto que seu cadastrado é visualizado por uma série de agências e órgãos vinculados à WADA-AMA. As Federações Internacionais e as Agências Antidoping ao redor do mundo, a partir da conectividade da Plataforma ADAMS, têm acesso às mais diversas informações sobre os atletas, pois esta plataforma serve “como um centro de distribuição e depósito central de todas informações referentes ao doping”(WADA-AMA, 2005, n.2, p. 2).

Mais adiante, no mesmo documento, é relatado que a função de mapeamento do paradeiro do atleta foi desenvolvida “para maximizar o efeito surpresa e a eficiência das provas não previstas [em períodos] fora de competição”. Assim, através dessas estratégias, força-se o atleta a permanentemente exercer um controle e cuidado sobre si, gerenciando de forma ininterrupta suas atividades esportivas e profissionais. Está posto aqui uma espécie de coerção para que haja o controle do atleta sobre si, diferenciando-se daquele cuidado baseado em pressuposto ético – por Rose (2013) denominado de etopolítica de si –, efetivando-se, assim, um cuidado de si para si sob constante vigilância, uma espécie de atualização ‘informacional’ da famosa noção foucaultiana de panóptico.

A importância do gerenciamento de si por parte do atleta materializa-se numa edição especial da revista *Play True* sobre este tema, que teve como título central “Implicando [ou



engajando] o Esportista” (WADA-AMA, 2009, n.1). Extensamente dedicada às estratégias para que o atleta se engaje nas ações antidoping, a revista procura destacar as ações realizadas ao longo dos anos na conscientização dos atletas. Embora seja referido no editorial da revista que a luta contra o doping deve estar focada para além da centralidade do atleta, é possível perceber excertos que o posicionam no centro e o responsabilizam nesta cruzada do jogo limpo – *play true*. Desse modo, mesmo reiterando que o

modelo antidoping tradicional tem evoluído de uma estratégia que se centrava unicamente no esportista e dependia basicamente dos controles, investigação e educação, para um novo tipo de modelo que incorpora o entorno do desportista e os elementos que originam o doping [. . .] tais como a batalha contra a produção, distribuição e tráfico de substâncias ilegais [. . .] (WADA-AMA, 2009, n.1, p. 1)

O excerto segue na direção de ainda contemplar as parcerias com indústrias farmacêuticas e laboratórios de pesquisa, o desenvolvimento de estratégias e métodos de detecção, a cooperação entre órgãos públicos e privados, etc. Mesmo que se aluda sobre a ampliação das formas e estratégias antidoping, ao longo desta edição da *Play True*, como dito, ocorrem ‘deslizes’ e ‘vazamentos’ destes discursos, ou seja, reitera-se, em inúmeros momentos, a responsabilização dos atletas no cuidado de si acerca do doping. Na página seguinte ao editorial, por exemplo, ao comentar sobre o uso de doping por parte de atletas, é externado que “quem decide não dopar-se somente toma essa decisão por convicções pessoais fundamentadas em valores sólidos como respeito, saúde, honra, dedicação e trabalho duro”. Ou ainda, em outro trecho:

Estamos convencidos que a dissuasão e detecção desempenham um papel chave na luta contra o doping, mas a solução a longo prazo consiste em programas educativos eficazes baseados em valores que capacitem os desportistas e os jovens para tomarem decisões informadas e proteger a integridade do esporte (WADA-AMA, 2009, n.1, p.3)

Assim, ao que parece, a decisão do uso do doping ou não compete somente ao esportista. A ele são oferecidos todos os recursos disponíveis para que tome a decisão correta, desde cartilhas, Programas Oficiais, informações virtuais, estratégias reguladoras e

punitivas, mas, ao fim e ao cabo, compete somente a ele, a partir de um código moral universal que rege o esporte moderno, avalizado e regulado pela WADA-AMA, a decisão do uso ou não de substâncias ou métodos considerados doping. Assim, independentemente de usar ou não, o atleta é o único responsável por gerenciar – governar – a sua vitalidade, desde os preceitos do conheça-se, cuide-se, controle-se a si mesmo.

Nesta seção, discuti e analisei o material da WADA-AMA nas revistas *Play True* empregando o uso do último recurso analítico sugerido por Rabinow e Rose (2006) na direção de uma biopolítica contemporânea ou “Política da própria vida” (ROSE, 2013), a saber, as técnicas de si. Para os autores, em suas diferentes obras e abordagens, o domínio de si para consigo, através de técnicas e tecnologias, consiste num nível fundamental de governo da vitalidade contemporânea. Como referido anteriormente, as práticas de si para consigo existiram ao longo de muitos anos na humanidade. O que as difere deste momento histórico-cultural, é que elas operam no controle da vitalidade, do “algo a mais”, do desempenho humano. No caso deste estudo, tais práticas de si no governo da vitalidade são de extrema importância na regulação do doping nos atletas de alto rendimento, na medida em que muitos métodos ou substâncias proibidos ainda não são facilmente detectáveis pelos métodos antidoping disponíveis. Desse modo, as estratégias de governo de si por parte dos atletas se compõem com parte fundamental de um controle biopolítico da vitalidade esportiva de modo mais amplo.

#### **4. RÉQUIEM PARA O ESPORTE MODERNO: ou de um prelúdio do meio**

A busca pela definição da palavra réquiem nos conduz a diferentes significados. Normalmente, um réquiem é caracterizado como uma tradicional missa para os mortos, realizada no âmbito das tradições mais antigas da Igreja Católica. No entanto, sua tradução literal, do Latim, também pode significar descanso. A alusão a este termo no título deste capítulo tem a intenção de instigar ambas as coisas: por um lado, o debate acerca da possibilidade de se pensar, a partir das condições hodiernas das biotecnologias no esporte, a morte do esporte moderno. Por outro lado, no sentido literal da tradução, inferir não na morte do esporte moderno, mas numa espécie de ‘descanso’ deste, de modo a colocá-lo em suspensão – não eterna –, para que possamos, ao suspendê-lo, problematizar as antigas bases que o constituem e as novas que estão por vir. Para tanto, na tarefa final desta tese, em que retomar os principais argumentos aqui discutidos é um elemento imprescindível, também proponho frentes e aberturas de discussão não no sentido de ‘matar’ o esporte moderno, mas de apresentar questionamentos para que as reflexões acerca dele se mantenham vivas, abertas, ativas. Na condução destas pretensões, retomo brevemente o que é, afinal de contas, este esporte moderno para, ao reiterar as discussões sobre o objeto desta tese, tecer aberturas no presente que sejam prelúdios para um futuro. Eis o fio condutor deste capítulo.

#### **Esporte Moderno: suas bases e contradições**

A modernidade é um período histórico que tem início no Renascimento e consolida-se no Iluminismo, caracterizando-se pela centralidade do homem na cosmovisão que se instala (antropocentrismo), baseada, sobretudo, no uso da razão e não mais da fé para a compreensão de si e do mundo. Nessa condição, a racionalização e objetivação das práticas humanas passam a ser não só um objetivo, mas também, um método (VEIGA-NETO, 2002).

O esporte moderno, enquanto uma prática cultural que emerge nesse período, caracteriza-se pela constituição de uma série de elementos que os distinguem das outras práticas da cultura corporal, ou cultura corporal de movimento<sup>23</sup>. Como já destaquei a partir das palavras de Stigger (2002), o esporte moderno caracteriza-se por atender critérios como burocratização, rendimento, recordes, filiação a federações esportivas, calendário de competições, premiações, etc., e tem como ideais princípios e características como igualdade, disciplina, equidade, moral, universalidade, justiça, domínio, rigor, equilíbrio, responsabilidade, autocontrole, organização, respeito, e outros, que abundam e constituem sua base de existência (CARRAVETA, 1997). Mesmo passado mais de um século desde a primeira olimpíada da era moderna (Atenas, 1896), tais fundamentos ainda permeiam discursivamente o esporte, mesmo que as relações sociais, e principalmente econômicas, o tenha transformado sobremaneira, colocando-o permanentemente em rota de colisão com seus ideais. Ou seja: é possível afirmar que as necessidades de rendimento máximo no esporte sobrepujam seus ideais, fazendo que os lemas de Pierre de Coubertin (idealizador dos Jogos Olímpicos modernos) estejam em permanente confronto entre si e entre as práticas esportivas contemporâneas. Desse modo, a célebre menção (atribuída a Coubertin) de que no esporte “o importante não é vencer, mas sim competir” choca-se, constantemente, com a inscrição gravada em pedra na entrada do Colégio Didon, em Paris, no final do Século XIX: *citius, altius, fortius* (mais rápido, mais alto, mais forte), que também foi tomada enquanto princípio do esporte moderno por Coubertin (CARRAVETA, 1997).

Esta conjectura de forças e disputas entre os ideais esportivos parece se potencializar frente às condições biotecnológicas contemporâneas, na medida em que elas atuam no aumento do desempenho atlético por parte dos desportistas. Daí que a tarefa do esporte moderno em seguir seus princípios de disciplina, igualdade, justiça, *fair play* - ou *play true*, fica cada vez mais difícil de ser executada. Mais árdua ainda é a tarefa do órgão responsável por regular, controlar e coibir o uso destas novas condições, na medida em que não apenas cada vez mais se tem novos métodos e substâncias para atender o lema *citius, altius, fortius*, mas, principalmente, porque a transcendência desse lema e dos limites no esporte torna-se

---

<sup>23</sup> Estou ciente das diferenças teórico-metodológicas e conceituais acerca destas distintas nomenclaturas. Não é meu objetivo neste estudo discutir detidamente as terminologias utilizadas para se referir aos objetos de conhecimento da Educação Física, ou ainda, as práticas humanas de movimento. Para melhor compreensão e início de discussão sugiro Bracht (1999) e Betti (2005).

cada vez mais sua finalidade, colocando por terra o outro lema do ideal esportivo, em que o importante é competir.

É nesse emaranhado de condições que a biotecnologia vem oferecer subsídios para o aumento do desempenho esportivo, conformando um novo tipo de esportista: o atleta biotecnológico. Este foi o primeiro eixo de discussão e argumentação da tese aqui apresentada sobre o esporte de alto rendimento contemporâneo e os modos como a WADA-AMA lida com estes aspectos, e que exploro melhor a seguir.

### **O Atleta Biotecnológico**

Discuti neste estudo, especialmente no capítulo 2, as condições biotecnológicas contemporâneas e os modos como atravessam as formas de existência humana na atualidade, permitindo novos tipos de sujeições, inclusive no âmbito do esporte de alto rendimento e nos desportistas que se encontram neste escopo. Levando em consideração argumentos e estudos de Haraway (1984), Couto (2001, 2009), Sibilia (2002), Lima (2004), Miah (2006, 2008), Goellner e Silva (2007) e, sobretudo, Rabinow (1999), Sloterdijk (2006) e Rose (2013), discuti e apresentei a configuração de um novo sujeito esportivo, que não está mais na ordem bivalente de classificação dos atletas convencionais, distinguidos, normalmente, entre normais e deficientes.

Por outro lado, a não assunção do paradigma bivalente não implica em haver, necessariamente, um terceiro vetor, ou um terceiro tipo de atleta, tal como procederia numa análise dialética. Pelo contrário, entendo que há uma série de limiares e gradientes de sujeições, desde aqueles relacionados à figura tradicional de ciborgue, baseada em acoplamentos mecânicos no corpo, transitando por outra configuração 'ciborguiana', tal como referido por Haraway (1984), Couto, (2001), Goellner e Silva (2007), passando também por um tipo de indivíduo sujeito à biotecnologia na ordem dos "princípios de informação" (SIBILIA, 2002; LIMA, 2004; SLOTERDIJK, 2006), até aquele tipo de sujeição na ordem da "molecularização" ou genética (RABINOW, 1999; ROSE, 2013; MIAH, 2008).

Independentemente da abordagem ou nomenclatura utilizada para designar estas novas possibilidades de sujeição a partir dos saberes e práticas oriundas das biotecnologias contemporâneas – embora haja distinções conceituais entre elas, tal como procurei mostrar ao longo do capítulo 2 – o que está em pauta, aqui, é a superação das dicotomias tradicionalmente utilizadas para nomear os desportistas em atletas normais ou paratletas e, sobretudo, nas dificuldades impostas por estes tipos de sujeição para regular as participações esportivas no âmbito do esporte de alto rendimento. Esses novos sujeitos esportivos possuem em comum o aumento de seus desempenhos atléticos no plano da “própria vida” ou da “vitalidade”. Isto significa que todos os implementos, métodos ou substâncias a eles disponíveis para o aumento de suas capacidades (que podem optar ou não em fazer uso), atuam na condição vital em si mesma, implicam numa potencialização e aumento daquilo que já existia, operam na lógica do “mais”. De alguma maneira isto já era previsto no lema *citius, altius, fortius*. Porém, na atualidade e a partir das biotecnologias, isso ocorre no plano interno mesmo do corpo, na modificação genética, no aprimoramento das informações moleculares, no acoplamento de chips inteligentes, na ingestão de substâncias potencializadoras ou mascaradoras, num nível que não pode ser mais visto a “olho nu”.

Desse modo, a configuração do atleta biotecnológico não só é uma realidade, mas como tal, impõe uma série de desafios para a WADA-AMA enquanto órgão responsável pela regulação destes sujeitos no esporte. A regulação destas novas tecnologias no esporte de rendimento, tomando-as enquanto uma forma de governo, foi o outro eixo de discussão apresentado neste estudo.

### **A Política da própria vida**

Seguindo considerações de Rabinow (1999), Rose (2013) e Rabinow e Rose (2006) sobre as necessárias atualizações do conceito de biopolítica foucaultiano, assim como, as pistas construídas sobre o uso deste mesmo conceito na atualidade a partir de estudos que

se valerem dessas atualizações ou até mesmo as propuseram (FRAGA, 2006; LIMA, 2004; SIBILIA, 2002; ORTEGA, 2008), organizei as análises referentes às “políticas da própria vida” ou da “vitalidade” realizadas pela WADA-AMA no controle e regulação do doping no esporte de alto rendimento.

Partindo da noção de governo de Foucault (1995, 1997a, 1997b) e, mais precisamente do biopoder e biopolítica (1988, 1997a, 1997b), procurei analisar os modos como a WADA-AMA estabelece sua prática de regulação no esporte de alto rendimento. Porém, ao perceber que suas ações estavam muito mais voltadas no controle da vitalidade dos atletas, a atualização conceitual sugerida por Rabinow (1999), Rose (2013) e Rabinow e Rose (2006) tornou-se o ‘guia’ das análises. No argumento sobre as “políticas da própria vida” a tese é de que o governo dos atletas e do doping contemporâneos – já assumindo a premissa da existência de atletas biotecnológicos conforme discutido anteriormente – se dá na regulação da vitalidade, especialmente, a partir de três vetores de governo, quais sejam: a) a presença de *experts* (RABINOW; ROSE, 2006) ou “especialistas somáticos” (ROSE, 2013); b) a construção de uma “coletividade biossocial” (RABINOW; ROSE, 2006), ou “biossociabilidade” (RABINOW, 1999), e ainda, “Individualidade somática” (ROSE, 2013); e c) as ações do “governo de si” (RABINOW; ROSE, 2006; FOUCAULT, 1995, 1999, 2003, 2004).

Quanto ao primeiro vetor das análises das políticas de vitalidade dos atletas, a presença de diferentes tipos de autoridades como estratégias de convencimento, legitimação e interpelação dos discursos contra o doping eram abundantes. Havia diferentes formas de autoridades baseadas em expertises específicas, tais como ex-atletas, cuja experiência e saber notório lhes garantiam o privilégio de falar, com propriedade, acerca das possibilidades de vitória sem o uso de recursos proibidos no Código Mundial Antidoping, assim como – e especialmente estes – os especialistas científicos, que, localizados no âmbito da formação discursiva da ciência, falavam a partir e em nome dela, ‘qualificando’ os enunciados dirigidos aos atletas de alto rendimento sobre os malefícios e, principalmente, sobre a eficiência dos métodos de detecção do doping esportivo.

O segundo vetor de governo da vitalidade dos atletas estava centrado na construção de uma “coletividade biossocial”. A partir de uma série de enunciados compunha-se um apanhado de discursos que, em suas convergências, eram destinados a

determinados tipos de sujeitos que faziam parte de um grupo específico, a saber, os atletas de alto rendimento. As ações e estratégias direcionadas a esta determinada comunidade, no intuito de demovê-la do uso do doping no esporte, não apenas procurava educar e regular os atletas, mas também, no momento mesmo de suas enunciações, compunha um grupo social específico. Tal fato também ocorria naquilo que a WADA-AMA denomina de políticas de harmonização, em que se busca estender a todos os domínios possíveis a mesma forma de controle sobre o doping, numa espécie de cruzada transnacional e universal dos princípios e aplicações do Código Mundial Antidoping. Nestas empreitadas, ao se dirigir especificamente a determinados tipos de sujeitos - e, aqui, em especial aqueles que pretendem fazer uso das biotecnologias contemporâneas -, se conforma uma coletividade social baseada em pressupostos biológicos não naturalizados, ou seja, a construção desta coletividade social não ocorre apenas pelas marcas biológicas 'naturalmente herdadas', mas se dá - e aqui é ponto de destaque - nas marcações naturais que podem ser modificadas artificialmente.

Por fim, o último vetor deste complexo biopolítico contemporâneo de governamento está alocado nas técnicas de si para consigo fomentadas pela WADA-AMA. Neste tópico era notório o empreendimento de estratégias de responsabilização do atleta em relação ao doping, não apenas tornando-o o principal (senão o único!) responsável por aquilo que coloca em si e em seu corpo, mas criando modos nos quais o sujeito poderia agir sobre si mesmo exercendo um autocontrole, um reconhecimento ou um cuidado em relação a si mesmo. Desse modo, as plataformas da WADA-AMA alocadas no sistema "ADAMS" ou no "Passaporte do Atleta" se mostraram espaços fecundos para as análises acerca destes aspectos.

### **Réquiem ou Prelúdio?**

Não pretendo, aqui, decretar a morte do esporte moderno. Tampouco tecer considerações com tamanha propriedade sobre a morte do esporte de forma análoga ao



que fez Foucault acerca da morte do homem na obra “As palavras e as coisas”. O que procurei fazer neste estudo foi debater as bases contemporâneas das possibilidades de sermos humanos, tomando como recorte para isso os atletas de alto rendimento em suas relações com os métodos e substâncias de aumento de seus desempenhos no esporte de alto nível, discutindo os modos como o uso desses recursos é considerado doping pela Agência reguladora destes processos à luz das noções de “sujeito” e “políticas da própria vida”. Meu argumento central, e que constitui esta tese, é de que vivemos na atualidade inúmeras formas de potencializar nossas vitalidades, para além meramente da supressão de agravos, doenças e patologias, mas no sentido de maximização dos nossos eus, de nossas capacidades humanas. Tais possibilidades ocorrem, também, no cenário esportivo. Ao adentrar no esporte – este fortemente marcado por ideais modernos –, distintos princípios se chocam, como, por exemplo, a necessidade do aumento ilimitado da superação de limites esportivos (recordes), a disponibilidade cada vez mais crescente de maximização das potencialidades humanas, através de novas substâncias e métodos – e aqui especialmente aquelas concernentes às aptidões físico-atléticas –, e a necessidade de regulação daquilo que é permitido ou não de ser ‘in-corporado’ pelos atletas. Na esteira desses processos, assumo a tese de que temos, na atualidade, condições biotecnológicas suficientes para maximizar nossas vitalidades e que o governo destas vitalidades opera numa lógica biopolítica um pouco distinta daquela elaborada por Foucault, havendo a necessidade de alguns ajustes e deslocamentos conceituais.

Assim, ao sugerir um réquiem para o esporte moderno não o pretendo ‘matá-lo’ e tampouco o dizer ‘morto’, mas colocá-lo em suspensão, na medida em que assumo que novos atravessamentos o compõem na atualidade. Desse modo, me alio a Miah (2008) quando afirma que atletas geneticamente modificados constituem apenas o próximo estágio do esporte moderno. Também relembro as indicações de Ramirez e Ribeiro (2005) quando destacam que substâncias geneticamente modificadas ou que se valem de técnicas gênicas já circulam no meio esportivo de forma trivial. Nesse exercício de suspensão do esporte moderno, com vistas a realizar problematizações no sentido foucaultiano mesmo do termo, em que se colocam “perguntas sobre as condições que nos possibilitam determinados modos de perguntar”, novas questões podem e devem ser postas enquanto uma estratégia política de abertura para novas reflexões, de outras direções, de distintos agenciamentos.

Um exercício que não se encontra nem num início e tampouco num fim – especialmente de um fenômeno social tão poderoso como o esporte – talvez se encontre, de forma ainda desconcertante para nós, pois somos parte deste emaranhado cultural, num prelúdio do meio.

----- X -----

Comumente é na parte introdutória de um trabalho como este que marcamos nossas inscrições teóricas, metodológicas, profissionais, pessoais, acadêmicas. Optei por adentrar diretamente no tema e tornar os escritos desta tese os mais precisos possíveis sobre o tema e objeto de estudo em questão, prescindindo destas apresentações de filiação. Também não as pretendo agora. Escrevo este último trecho para dizer – e penso isso necessário na medida em que me constitui e constituiu este trabalho – que esta tese não é nem o início e nem o fim de um estudo. Ela é uma pequena materialização dos investimentos que tenho feito desde meados do curso de mestrado (2005), quando iniciei minhas incursões teóricas sobre os estudos do denominado “pós-humano”. Dei continuidade em meus investimentos acadêmicos enquanto professor universitário nas diversas instituições em que trabalhei. Dou continuidade nas orientações que faço na graduação e nos grupos de pesquisa que participo ou coordeno. Darei continuidade a este tema explorando outras facetas das biotecnologias contemporâneas nos corpos e sujeitos no âmbito das mais diversas culturas físicas. Escrevo tais registros agora porque me parecem pertinentes a este capítulo. Porque, assim como os esportes, as biotecnologias e o doping contemporâneos compõem um emaranhado que se situa ‘no meio’ de transições mais amplas que nos levam a refletir sobre nossa própria condição humana, a materialização desta tese também ocorre nesta mesma operação: ela tanto pode ser um prelúdio como um réquiem dos estudos e de seu autor, mas certamente é ‘um meio’ destes.

## 5. REFERÊNCIAS

ARBIX, Glauco. Biotecnologia sem fronteiras. In **Novos Estudos**. Julho, 2007.

BENTO, Jorge. O. Desporto e princípio do rendimento. In TANI, G.; BENTO, J.O.; PETERSEN, R.D. **Pedagogia do desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 58-90.

BETTI, Mauro. Educação física como prática científica e prática pedagógica: reflexões à luz da filosofia da ciência. In **Revista brasileira de Educação Física e Esportes**, São Paulo, v.19, n.3, p.183-97, jul./set. 2005.

BORÉM, Aluízio; SANTOS, Fabrício, R. **Biotecnologia simplificada**. 2 ed. – Viçosa, 2004.

BORIN, J.; GONÇALVES, J. Educação Física/Esporte e Rendimento de Alto Nível. In GOELLNER, S. (org). **Educação Física/Ciências do esporte: Intervenção e Conhecimento**. Florianópolis, 1999.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. In **Cadernos Cedex**, ano XIX, nº 48, Agosto/1999.

\_\_\_\_\_. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 4 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

BROWN, C. M.; CAMPBELL, I. PRIEST, F. G. **Introducion a la biotecnología**. Editorial Acríbia. Zaragoza, España. 1989.

CARRAVETA, Elio S. **O Esporte Olímpico: um novo paradigma de suas relações sociais e pedagógicas**. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1997.

CASTIEL, Luis D. Uma saúde pública molecular!? In **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 10 (3): 285-319, jul/set, 1994.

CORAZZA, Sandra M. Manual Infame... mas útil para escrever uma boa proposta de tese ou dissertação. In **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. (org.) BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

COUTO, Edvaldo. O zumbido híbrido. A filosofia ciborgue do corpo. In **Revista Margem**. São Paulo, nº 13, Jun, 2001. p. 85 – 99.

\_\_\_\_\_. Corpos dopados. Medicalização e vida feliz. In RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, M. R. S.; GOELLNER, S. V. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente**. Rio Grande: FURG, 2009.

DE ROSE, Eduardo H. O uso de anabólicos esteróides e suas repercussões na saúde. In **Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Física e Desportos Valores humanos, corpo e prevenção: a procura de novos paradigmas para a educação física / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Física**. - Brasília: 1989. p. 81-91.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da Pesquisa Qualitativa. In: DENZIN, Norman, K; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre, Artmed, 2006.

DIAS, Rodrigo G. Genética, Performance Física Humana e Doping Genético: o Senso Comum Versus a Realidade Científica. In **Revista Brasileira de Medicina do Esporte – Vol. 17, No 1 – Jan/Fev, 2011**. p. 62 – 70.

FAGOT-LARGEAULT, Anne. A introdução na medicina de técnicas oriundas da genética ocasionou uma ruptura antropológica? In **Scientiæ zudia**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 161-177, 2004.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. In **Cadernos Pagu**, n. 17/18, 2001/02, p. 9-79.

FEDER, Marta *et al.* Informações sobre o uso de medicamentos no esporte. In **Revista Brasileira Medicina do Esporte**, vol. 6, nº 4 – Jul/Ago, 2000. p. 125-130.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, novembro de 2001a, p. 197 – 223.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria T. C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. O Sujeito e o Poder. In Dreyfus, Hubert; Rabinow, Paul. **Michel Foucault – Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. RJ: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. Do governo dos vivos. In **Resumo dos cursos do Collège de France (1970 – 1982)** / Michel Foucault. Tradução de Andréa Daher; consultoria, Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997a. p. 99 – 106.

\_\_\_\_\_. É preciso defender a sociedade. In **Resumo dos cursos do Collège de France (1970 – 1982)** / Michel Foucault. Tradução de Andréa Daher; consultoria, Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997b. p. 69-78.

\_\_\_\_\_. Tecnologias del yo. In Tecnologias **Del yo y otros textos afines**. Ediciones Paidós Ibérica. I.C.E. de La Universidad Autónoma de Barcelona. 1999.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 6ed.

\_\_\_\_\_. “*Omnes et Singulatim*”: uma crítica da razão política. In **Ditos e Escritos IV – Estratégia, Poder-Saber**. Tradução Vera Lucia Ribeiro. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 355-386

\_\_\_\_\_. Polêmica, política e problematizações. In **Ditos e Escritos V – Ética, sexualidade, política**. Tradução Elisa Monteiro, Inês Barbosa. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.

\_\_\_\_\_. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

\_\_\_\_\_. Crise da medicina ou crise da antimedicina. In **Verve**, 18: 167-194, 2010.

FRAGA, Alex B. **Exercício da informação: governo dos corpos no mercado da vida ativa**. Campinas, SP: Autores associados, 2006.

FROW, John; MORRIS, Meaghan. Estudos culturais. In DEZNIN, Norman, K; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre, Artmed, 2006.

GARCIA, José L.; MARTINS, H. O *ethos* da ciência e suas transformações contemporâneas, com especial atenção à biotecnologia. In **Scientiæ zudia**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 83-104, 2009.

GAUDENZI, P.; ORTEGA, F. O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização. In **Interface**. V16, n. 40, p. 21-34, jan/mar, 2012.

GEBARA, Ademir; et al. **Esporte: História e Sociedade**, Campinas: Autores Associados, 2002. p. 191 – 196.

GOELLNER, Silvana V.; SILVA, André L. S. Universo biotecnológico e fronteiras partidas: esporte, gênero e novo eugenismo. In **Gênero**. Niterói, v. 7, n.2, p. 79-89, 1. Sem. 2007

\_\_\_\_\_. Biotecnologia e neoeugenia – olhares a partir do esporte e da cultura *fitness*. In COUTO, E.; GOELLNER, S. V. (orgs.). **O triunfo do corpo: polêmicas contemporâneas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GROS, Frédéric. Situação do curso. In FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004b. p. 613-632.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. In **Educação & Realidade**, Porto Alegre: v.22, n.2, 1997. p. 15-46

HARAWAY, Donna. **Manifiesto Ciborg**: el sueño irónico de un lenguaje común para las mujeres en el circuito integrado. Tradución Manuel Talens con pequeños cambios de David Ugarte, 1984. Disponível em <[http://webs.uvigo.es/xenero/profesorado/beatriz\\_suarez/ciborg.pdf](http://webs.uvigo.es/xenero/profesorado/beatriz_suarez/ciborg.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2012.

HUMANITYPLUS. Disponível em <http://humanityplus.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1994.

LEITE, Marcelo. Retórica determinista no genoma humano. In **Scientiæ zudia**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 421-52, 2006

LIMA, Homero Luís Alves de. **Do corpo-máquina ao corpo-informação**: o pós-humano como horizonte biotecnológico (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

MACHADO e SILVA, Regina Coeli. Um rosto para vestir, um corpo para usar: narrativa literária e biotecnológica. In **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 151-188, jan./jun., 2008.

MANSKE, George. **Da educação de atletas biotecnológicos: modos de governo sobre o doping contemporâneo.** Projeto de tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MIAH, A. Rethinking enhancement in sport. **Ann. N.Y. Acad. Sci.**,n.1093, p.301-320, 2006.

\_\_\_\_\_. **Atletas geneticamente modificados: ética biomédica, doping genético e esporte.** São Paulo: Phorte, 2008.

MOORES, Ezequiel. F. **Atleta sem pernas, Oscar Pistorius causa polêmica.** Disponível em <HTTP://terramagazine.terra.com.br/interna>. Acesso em 04/08/2011.

NELSON, Cary; TREICHLER, Paula; GROSSBERG, Lawrence. **Estudos culturais: uma introdução.** In: Alienígenas na sala de aula. Tomaz Tadeu da Silva (org.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ORTEGA, Francisco. Corporeidade e biotecnologias: uma crítica fenomenológica da construção do corpo pelo construtivismo e pela tecnobiomedicina. In **Ciência e Saúde Coletiva**, 12 (2): 381-388, 2007.

\_\_\_\_\_. **O corpo incerto – corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

OSCAR PISTORIUS, 2014. Disponível em <http://www.oscarnpistorius.com>. Acesso em 02 de setembro de 2011.

PAIVA, Luciana Laureano. Corpos amputados e proteizados: “naturalizando” novas formas de habitar o corpo na contemporaneidade. In COUTO, Edvaldo; Goellner, Silvana. **Corpos Mutantes: ensaios sobre novas (d)eficiências corporais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PILOTTO, Fátima M. **Educação corporal de atletas na ginástica artística.** (Tese de doutorado) Programa de Pós-graduação em educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

POLI NETO, Paulo.; CAPONI, S.N.C. A medicalização da beleza. In **Interface** - Comunic., Saúde, Educ., v.11, n.23, p.569-84, set/dez 2007.

RABINOW, Paul. Artificialidade e iluminismo: da sociobiologia à biossociabilidade In **Antropologia da razão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p.135-157.

RABINOW, P.; ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. In **Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais** no. 24 Abril de 2006 - p. 27-57

RAMIREZ, Andréa; RIBEIRO, Álvaro. Doping genético e esporte. In **Revista Metropolitana de Ciências do Movimento Humano**. São Paulo, vol. 5, n. 2, p. 9-20, jun. 2005.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. Campinas, vol. 27, n.1, set. 2005.

REVISTA CIÊNCIA HOJE. Edição 312. Vol. 52. Mar, 2014.

REVISTA SUPER INTERESSANTE. Edição 275. Fev, 2010.

REVISTA WOMEN'S HEALTH. Edição 1. Nov, 2008.

RIBEIRO, Renato Janine. Novas fronteiras entre natureza e cultura. In: NOVAES, Aduato (Org.). **O homem-máquina: a ciência manipula o corpo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003 (p.15-36).

RIFKIN, Jeremy. **O século da biotecnologia: a valorização dos genes e a reconstrução do mundo**. São Paulo: Makron Books, 1999.

RIPOLL, D. . A mídia e a configuração de determinados modos de ser professor de ciências na contemporaneidade. **Educação e Cultura Contemporânea**, v. 6, p. 93-105, 2009.

ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do eu. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 33-57, jan.-jul., 2001/

\_\_\_\_\_. **A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no Século XXI**. São Paulo: Paulus, 2013.



SANDOVAL, Armando E. Doping. In PANCORBO SANDOVAL, Armando E. **Medicina do Esporte: princípios e prática**. Tradução Flávia Marques Ribeiro *et al.* Porto Alegre: Artmed, 2005.

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico** – corpo, subjetividade e tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVEIRA, Viviane T. Tecnologias e a mulher atleta: novas possibilidades de corpos e sexualidades no esporte contemporâneo. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SLOTERDIJK, Peter. El hombre operable. Notas sobre el estado ético de La tecnología gênica. In Revista Observaciones Filosóficas. Antropologia/Mayo, 2006.

SMITH, John. E. Biotechnology. 3<sup>rd</sup> ed. Cambridge. University Press. 1998.

SOARES, Carmen Lúcia. Educação física escolar: conhecimento e especificidade. In: Revista paulista de educação física. São Paulo, suplemento 2, p. 6-12, 1996.

\_\_\_\_\_. **Educação física: raízes europeias e Brasil**. Campinas, SP. Autores Associados, 1994.

STIGGER, M. **Esporte, Lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico**. Campinas/SP. Autores Associados. CBCE, 2002.

\_\_\_\_\_. Relações entre o esporte de rendimento e o esporte na escola. In STIGGER, M. P.; LOVISOLO, H. (orgs.) **Esporte de rendimento e esporte na escola**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. p. 103-134.

STIGGER, M. P.; LOVISOLO, H. (orgs.) **Esporte de rendimento e esporte na escola**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

TAVARES, Otávio. Doping: argumentos em discussão. In **Revista Movimento**, Porto Alegre, cv. 8, n. 1, p. 44-55, jan./abr., 2002. p. 41-55.

\_\_\_\_\_. Notas Para Uma Análise da Produção em Ciências Sociais Sobre Doping no Esporte. In **Esporte e Sociedade**, número 2, Mar2006/Jun2006. Disponível em <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/espsoc>. Acesso em 30 de setembro de 2011.

VAZ, Alexandre. Doping, esporte, performance: notas sobre os “limites” do corpo. In **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, vol. 27, n.1, set. 2005. Pgs. 23-36.

VEIGA-NETO, Alfredo. Olhares... . In **Caminhos Investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. (Org.) COSTA, Marisa Vorraber. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 23-38.

VICTORINO, Valério I. P. A revolução da biotecnologia: questões da sociabilidade. In **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **12**(2): 129-145, novembro de 2000.

## 6. FONTES

WORLD ANTI-DOPING AGENCY - AGÊNCIA MUNDIAL ANTIDOPING (WADA-AMA), 2014. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **WORLD ANTI-DOPING CODE**, 2009. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 30 de setembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **WADANEWS**, n.1, fevereiro, 2002. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **WADANEWS**, n.2, junho, 2002. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **WADANEWS**, n.3, dezembro, 2002. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 1, primavera, 2003. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 2, 2003. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 3, 2003. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 1, 2004. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 2, 2004. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 3, 2004. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 1, 2005. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 2, 2005. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 3, 2005. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 1, 2006. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 2, 2006. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 3, 2006. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 1, 2007. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 2, 2007. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 3, 2007. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 1, 2008. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 2, 2008. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**. Especial Issue, 2008. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 3, 2008. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 1, 2009. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 2, 2009. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 1, 2010. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 2, 2010. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 1, 2011. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 2, 2011. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 1, 2012. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 2, 2012. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 1, 2013. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **PLAY TRUE**, n. 2, 2013. Disponível em <http://www.wada-ama.org/>. Acesso em 02 de julho de 2014.